

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO  
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Susi Franco Moutinho

EAD MAIS PRESENTE, MENOS DISTANTE.  
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SUAS INTERFACES COM A EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL EM SAÚDE: um estudo exploratório

Rio de Janeiro

2010

Susi Franco Moutinho

EAD MAIS PRESENTE, MENOS DISTANTE.  
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SUAS INTERFACES COM A EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL EM SAÚDE: um estudo exploratório

Dissertação apresentada à Escola Politécnica  
Joaquim Venâncio como requisito parcial para  
obtenção do título de mestre em Educação  
Profissional em Saúde

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Correia Matta

Rio de Janeiro

2010

M934e

Moutinho, Susi Franco

EAD mais presente, menos distante. Educação a distância e suas interfaces com a educação profissional em saúde: um estudo exploratório. / Susi Franco Moutinho. - 2010.

109 f. : il. ; graf. ; mapa ; tab.

Orientador: Gustavo Correia Matta

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

1. Educação a Distância. 2. Educação Profissional. 3. Modelos de Educação a Distância. 4. Tecnologia da Informação e da Comunicação. 5. Saúde. 6. Brasil. I. Matta, Gustavo Correia. II. Título

CDD 371.35

Susi Franco Moutinho

EAD MAIS PRESENTE, MENOS DISTANTE.  
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SUAS INTERFACES COM A EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL EM SAÚDE: um estudo exploratório

Dissertação apresentada à Escola Politécnica  
Joaquim Venâncio como requisito parcial para  
obtenção do título de mestre em Educação  
Profissional em Saúde

Aprovado em 07/10/2010.

BANCA EXAMINADORA

---

(Ana Margarida de Mello Barreto Campello – EPSJV/FIOCRUZ)

---

(Francisco José Silveira Lobo Neto – EPSJV/FIOCRUZ )

---

(Maria Inês do Rego Monteiro Bomfim – Faculdade de Educação - UFF)

## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão deste trabalho é a marca da conquista de mais uma etapa profissional que pessoalmente se constitui em uma grande vitória que jamais poderia ter sido alcançada sem as contribuições de todos aqueles que me motivaram.

Em primeiro lugar agradeço a Deus que por caminhos que eu jamais imaginei acabou me conduzindo até o lugar que Ele planejou para mim e assim cheguei até aqui.

Agradeço a minha família, meu marido Sidnei, aos filhos Rafael e Lucas, aos meus pais Enock e Neuza e como não poderia faltar minha sogra Ilma pela paciência e confiança na minha capacidade de superar qualquer desafio para obter esta vitória.

Agradeço aos meus iluminados professores do Programa de Mestrado da EPSJV, fontes de admiração constante pelo talento e brilhantismo que certamente me inspiraram abrindo um universo de idéias que eu não conhecia.

Agradeço aos meus colegas de trabalho inicialmente do Hemorio pelo apoio que possibilitou minha candidatura ao mestrado e posteriormente aos colegas da ENSP/FIOCRUZ que entenderam a importância da continuidade e conclusão deste curso não só por uma questão pessoal mais também institucional.

Agradeço aos colegas de turma do MESTRADO/EPSJV/2008, a primeira turma de Pós-graduação Strictu Senso da EPSJV, foi uma honra estudar com vocês.

Enfim agradeço a todos que de alguma forma colaboraram para o êxito do trabalho.

*Dedico este trabalho à meu marido, Sidnei;  
meus filhos, Rafael e Lucas; e aos meus pais,  
Enock e Neuza.*

## RESUMO

Este trabalho analisa o campo da Educação a Distância no Brasil e suas interfaces com a educação profissional em saúde e identifica os marcos históricos da EAD no Brasil como modalidade de ensino, assim como as propostas da educação à distância na formação profissional em saúde no Ministério da Saúde. Promove a reflexão crítica sobre a educação à distância como modalidade para formação em saúde. Está estruturado por uma pesquisa documental explorando fontes na literatura e na legislação que subsidiam a análise e reflexão sobre o tema. Direciona o foco para algumas questões tais como a que vem sendo utilizada como objetivo estratégico da atual gestão do MS que parece consistir na possibilidade de incorporação do processo de trabalho ao processo pedagógico, oportunizando o acesso a metodologias mediatizadas por tecnologias de informação e comunicação (TICs), segundo a gestão atual, considerando as desigualdades sociais e econômicas regionais, além de atender as demandas de formação para o Sistema Único de Saúde – SUS. Apresenta as principais políticas do Ministério da Saúde e relaciona os indicadores quantitativos quanto a oferta de cursos nas instituições credenciadas pelo MEC com as matrículas na modalidade EAD por região geográfica no Brasil. Conclui indicando a abertura de um novo termo da EAD chamado de Educação Não Presencial e identifica uma forte tendência nos projetos do MS de optarem pela modalidade Educação Profissional à Distância.

Palavras-Chave: Educação Profissionalizante. Educação a Distância. Sistema Único de Saúde.

## **ABSTRACT**

This Work examines the field of Distance Education (EAD) in Brazil and its interfaces with professional health education and identifies the landmarks in Brazil as Distance Education mode of education, as well as the proposals of distance education in vocational training in health in the Ministry of Health (MS) promotes critical thinking about distance education as a modality for training in health. Is structured by a documentary exploring research sources in the literature and legislation that support the analysis and reflection on the subject. Directs the focus to some issues like that has been used as a strategic objective of the present management of MS that seems to provide for the incorporation of the work process to the educational process and the opportunity to access methodologies mediated by information and communication technologies (ICTs ) according to the current administration, considering the regional social and economic inequalities, and meet the demands of training for Health System (SUS). Presents the main policies of the Ministry of Health and lists the quantitative indicators regarding the provision of courses in institutions accredited by Ministry of Education (MEC) with enrollment in distance education mode by geographic region in Brazil. The conclusion indicated the opening of a new term called the distance education (EAD) of Non Attendance and identifies a strong trend in the projects of MS to opt for Professional Education Distance Learning mode.

**Keywords:** Professional Education. Distance Education. Unified Health System.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Escola do Engenho Vermelho.....	30
Ilustração 2	Linha do Tempo.....	31
Ilustração 3	Instituições e Pólos Credenciados para oferta de EAD por Região.....	38
Ilustração 4	Instituições Públicas e Privadas credenciadas para oferta de EAD por Região.....	39
Ilustração 5	Dimensões da EAD.....	78
Ilustração 6	Organograma do Ministério da Saúde .....	82
Ilustração 7	Organograma da SGTES .....	83

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Matrículas na EAD por Região Geográfica em 2007 .....	40
Tabela 2	Estabelecimentos com Ensino Médio – Ano 2009 .....	41
Tabela 3	Instituições de Ensino Superior – Ano 2008 .....	42
Tabela 4	Evolução do Número de IES, Cursos, Vagas e Inscritos na Educação a Distância - Brasil – 2002/2008 .....	65
Tabela 5	Número de cursos de educação a distância, por grau acadêmico, segundo a Categoria Administrativa – Brasil – 2008 .....	66
Tabela 6	Número de Matrículas em cursos de educação a distância, por grau acadêmico, segundo a Categoria Administrativa – Brasil – 2008 .....	66
Tabela 7	Estatísticas Básicas e Indicadores da Educação Superior, Graduação a distância, por Categoria Administrativa – Brasil – 2008.....	67
Tabela 8	Matriculados e Egressos dos Cursos a Distância da EAD/ENSP/FIOCRUZ por região – Brasil – 2008 .....	92

## LISTA DE QUADROS

Quadro1	Utilização da Internet – PNDA/2005.....	36
Quadro2	Concepções de EAD.....	58
Quadro3	Quadro Comparativo .....	72

## LISTA DE SIGLAS

ABRAEAD	Anuário Brasileiro estatístico de Educação Aberta e a Distância
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BM	Banco Mundial
CEB	Câmara de Educação Básica
CECIERJ	Fundação Centro de Ciência e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEDERJ	Centro de Educação Superior a Distância (Consórcio CEDERJ)
CF	Constituição Federal
CNBB	Conselho Nacional de Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
CONED	Congresso Nacional de Educação
CVSP	Campos Virtual de Saúde Pública
DEGES	Departamento de Gestão da Educação em Saúde
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
EPS	Educação profissional em Saúde
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
ETSUS	Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INMAD	Instituto Nacional de Ensino Médio a Distância
IUB	Instituto Universal Brasileiro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MBA	Master of Business Administration
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
NOB	Norma Operacional Básica

OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PROFAE	Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem
PSF	Programa de Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
RH	Recursos Humanos
SEED	Secretaria de Educação a Distância do MEC
SGTES	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
Una-SUS	Universidade Aberta do SUS
UNED	Universidad Nacional de Educación a Distancia
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
WEB	World Wide Web - em português: "Rede de alcance mundial".

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE</b> .....	17
2.1 BREVE HISTÓRICO RECENTE DA EPS .....	18
2.2 EPS: LEGISLAÇÃO, CONCEPÇÕES E PRÁTICAS .....	20
<b>3 PANORAMA DA EAD NO BRASIL E NO MUNDO CONTEXTUALIZADO HISTORICAMENTE</b> .....	27
<b>4 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	44
<b>5 AS DIMENSÕES DA EAD</b> .....	59
5.1 A DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA .....	59
5.2 A DIMENSÃO POLÍTICA .....	64
5.3 A DIMENSÃO DA GESTÃO.....	69
<b>6 A EAD NA SAÚDE</b> .....	80
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	94
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	104

## 1 INTRODUÇÃO

O interesse desta pesquisa em desenvolver o estudo sobre Educação à Distância (EAD) se dá em razão da acelerada ampliação que esta “modalidade” vem adquirindo nos últimos anos. Em geral, quando pensamos em EAD as idéias que surgem em nossas mentes podem estar ligadas a algo inovador, diferente do tradicional, moderno, de grande dimensão, no entanto, também é possível pensar em desvalorização da prática pedagógica, avaliação insuficiente, educação de menor valor.

De certo que no meio acadêmico é possível encontrar grupos que são favoráveis e contrários a EAD. Entre os argumentos vistos como favoráveis estão: ampliação do acesso à educação, a mundialização da economia, necessidade de alargamento das fronteiras, estabelecer vínculos internacionais, aprender com outras culturas, buscar alternativas interessantes para o conjunto dos países, agregar valor ao ensino, promover a concorrência para a melhoria da qualidade da educação. Porém, em contrapartida, também encontramos argumentos desfavoráveis: falta de infra-estrutura e de tecnologia apropriada aos cursos na modalidade, carência de profissionais devidamente preparados para atuarem como tutores ou coordenadores, evasão dos alunos, desvalorização salarial, quebra do vínculo entre o corpo docente e discente devido à ausência de relacionamento interpessoal, entre outros. Estes são apenas alguns exemplos das questões ou sentidos em torno do tema e devem ser considerados como elementos relevantes para promover a reflexão crítica sobre a EAD. A partir disso, podemos afirmar que se trata de um tema rico e bastante polêmico.

Apenas pelo fato da diversidade de idéias sobre a EAD seria uma razão suficiente para justificar a necessidade de desenvolver um estudo mais aprofundado sobre o tema.

Há, porém, muitas outras razões que nos levam à acreditar na relevância da realização do projeto e, por conta disto, este estudo pretende se constituir em uma pesquisa exploratória que investigue o campo da EAD, notadamente na saúde, com o objetivo de analisá-lo propondo aprofundamento de questões e possibilidades de pesquisa nesta área.

A principal preocupação do estudo será analisar a política de educação à distância no Brasil e suas interfaces com a educação profissional em saúde além de analisar suas dimensões, os marcos históricos e promover a reflexão crítica sobre a EAD como modalidade para formação em saúde.

No decorrer das análises pretende-se abordar a inserção da EAD no cenário político-pedagógico prioritariamente no Brasil, na área de saúde, além de abordar o crescimento da política de EAD como proposta de inclusão social a partir dos ideais de democratização da

educação. Pretende ainda investigar as diretrizes das políticas educacionais do atual governo relacionadas a EAD e sua aplicação na área da Saúde.

Entende-se que a Educação em Saúde é uma prática social presente no contexto das políticas que envolvem os interesses públicos e privados e, portanto, faz-se necessária a maior exploração do tema por meio de uma abordagem que propicie a reflexão crítica tanto dos intelectuais estudiosos do assunto quanto dos profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Nossa pretensão é investigar a EAD para propiciar uma maior aproximação do tema que possibilite aprofundar conhecimentos na área.

Não há como desconsiderar a instauração da EAD no meio acadêmico. A modalidade foi estabelecida formal e legalmente, portanto, a questão principal que aqui se coloca não é uma questão de aceitação ou não e sim a necessidade emergente de conhecê-la, construir um saber consubstanciado a seu respeito para no mínimo aprender a lidar com ela, tendo em vista não ser possível ignorá-la.

O estudo será estruturado por uma pesquisa bibliográfica e documental explorando fontes na literatura, na legislação e em documentos institucionais que irão subsidiar a análise e reflexão sobre o tema.

A EAD está presente em todos os níveis de ensino, em muitos cursos, instituições de ensino e empresariais ao redor do mundo e isso inclui a área de saúde da qual nos ocupamos de estudar neste momento.

Nesta abordagem estaremos analisando como a EAD vem sendo apropriada pela educação profissional em saúde.

Estudaremos as principais políticas ofertadas pelo Ministério da Saúde (MS) que se utilizam da EAD como veículo para sua realização.

Considerando a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES) como a instância responsável por promover a formação de recursos humanos na área da saúde e como tal está entre suas atribuições elaborar e propor políticas de formação e desenvolvimento profissional para a área da saúde atuando no planejamento, coordenação, bem como no apoio as atividades relacionadas ao trabalho e à educação no setor.

A partir destas questões emergem outras perguntas que também poderão ser consideradas relevantes para este estudo:

1. Quais as características da modalidade do Ensino à Distância e como ela se aplica na formação profissional em saúde?
2. Como identificar as concepções e políticas presentes nos projetos de EAD?

Tais questões necessitam ser aprofundadas e ampliadas à luz dos conceitos científicos para que possam gerar reflexões capazes de contribuir para o fortalecimento dos processos educacionais e conseqüentemente para melhoria na qualificação dos profissionais de saúde que atuam nas instituições públicas de saúde.

Inicialmente nossa idéia foi realizar uma pesquisa de campo e eleger uma instituição de educação na área da saúde como campo de estudo, realizar entrevistas com os profissionais da gestão, da área pedagógica e possivelmente até mesmo com egressos, porém, por conta dos entraves burocráticos para a liberação da autorização por parte da instituição escolhida, tivemos que redefinir e traçar novos objetivos para o projeto para que não perdesse o foco da investigação e desta forma poder realizar o trabalho em tempo hábil considerando-se os curtos prazos para a defesa da dissertação no mestrado.

Além disso, a recente inserção da pesquisadora principal numa instituição que trabalha com EAD, também gerou o interesse no tema, considerando ainda sua experiência anterior como educadora e coordenadora das atividades educacionais na área de saúde pública na última década.

Nossa abordagem pretende contemplar as concepções e práticas educativas que atualmente estendem-se desde a formação inicial até a pós-graduação.

Neste contexto, o Ministério da Saúde e as escolas de governo em consonância com os princípios do SUS têm assumido um papel formulador de estratégias de ensino, notadamente no que diz respeito à construção de processos de EAD.

É possível evidenciar no MS a promoção de debates sobre formação e prática profissional em saúde e a reordenação de programas de ensino, pesquisa e cooperação técnica que apontam para o reconhecimento do mundo do trabalho e do processo de formação profissional como contextos de produção de conhecimentos.

O foco nas necessidades sociais toma lugar central na formulação de políticas de formação dos profissionais de saúde.

Outro eixo de análise identificada foi a necessidade de desenvolver condições para atender à demanda crescente de formação profissional na área da saúde pública, impulsionada pela consolidação e descentralização do SUS, em todo o território nacional.

Neste contexto, se torna necessário analisar as características da formação profissional em saúde na modalidade a distância em contraponto as características dos cursos presenciais.

Considerando o avanço da EAD, sua complexidade e as diferentes concepções sobre a mesma, destacamos o posicionamento que pretende justificá-la remetendo-se as ações pedagógicas convencionais como práticas insuficientes para dar conta da diversidade de

situações. Nesta concepção, o desenvolvimento de cursos presenciais tradicionais em larga escala implica num processo de longa duração e altos custos financeiros, além de um aporte de recursos docentes quase inalcançáveis, o que resulta, na melhor das hipóteses, num atendimento à pequena parte das demandas.

Ainda nesta vertente, como resposta a necessidade de superação de tal desafio, surgem os novos instrumentos e recursos da informática que aparecem como uma possibilidade a mais para o campo da educação.

Esta investigação pretende direcionar o foco para algumas questões tais como a que vem sendo utilizada como objetivo estratégico da atual gestão do MS que parece consistir na possibilidade de incorporação do processo de trabalho ao processo pedagógico, oportunizando o acesso a metodologias mediatizadas por tecnologias de informação e comunicação, segundo a gestão atual, considerando as desigualdades sociais e econômicas regionais, além de atender as demandas de formação para o SUS.

Portanto a base para realização deste estudo é a Educação profissional em saúde, que atuará como lente. Os dados serão analisados a partir da concepção de EPS ligada ao conceito de politecnia e das relações de trabalho e educação que são permeadas pelo referencial teórico que adotamos.

Objetivo geral deste trabalho é analisar a atual política de formação profissional do ministério da Saúde e como objetivos específicos pretendemos investigar as propostas da educação à distância na formação profissional em saúde no Ministério da Saúde além de promover a reflexão crítica sobre a educação à distância como modalidade para formação em saúde.

O primeiro capítulo aborda a Educação profissional em Saúde quanto a relação das TICs e a sociedade do conhecimento e sua interface com a EPS. Apresentamos um breve histórico da EPS a partir da Lei 4.024/61 até a atual LDB e os decretos mais recente a que regulamentam para enfim relacionar algumas questões pertinentes a EPS com os teóricos que contribuíram para construir os ideais da politecnia aplicada a práxis dos profissionais de saúde.

O segundo capítulo diz respeito as origens da EAD apresentamos um breve histórico da EAD num panorama mundial retratando cronologicamente os seus passos pelos principais meio de comunicação que possibilitaram seu desenvolvimento assim como os principais projetos e instituições que se destacaram ao longo dos anos. A partir da introdução das TICs faremos uma abordagem mais recente de sua atuação retratando sua inserção nas instituições de ensino no Brasil e relacionando algumas estatísticas quanto ao número de pessoas

envolvidas como estudantes usuários da internet iniciando uma abordagem relacional entre as noções da sociedade do conhecimento, do Capital Humano e da EAD.

No terceiro capítulo realizamos a revisão da literatura onde procuramos destacar alguns pesquisadores brasileiros e suas obras sobre a EAD para abordar suas concepções e relacioná-las com as demais questões levantadas por este estudo. A título de instrumento de análise procuramos identificar na concepção dos pesquisadores uma concepção em comum sobre a EAD para que também pudesse servir de base teórica ao estudo.

No quarto capítulo destacamos as Dimensões da EAD com a finalidade de mapear a pesquisa em três dimensões distintas: dimensão epistemológica; dimensão política e dimensão da gestão com intuito de estudá-las didaticamente separadas para melhor compreensão do objeto.

O quinto capítulo discute a EAD na Saúde está voltado para as questões relacionadas com a competência do SUS no que se refere formação de recursos humanos para a saúde. Apresentamos a atual estrutura do Ministério da Saúde e a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, assim como suas principais iniciativas para promoção da formação e desenvolvimento dos profissionais do SUS.

E por fim, no sexto e último capítulo apresentamos as considerações finais sobre os resultados da pesquisa e da nossa apropriação sobre o tema que nos motivou realizar a investigação.

## 2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

A cada dia percebemos ser recorrente o discurso que propaga os ideais de uma nova sociedade vigente, a sociedade da informação/sociedade do conhecimento. É muito comum reconhecermos nos discursos frases tais como: “estamos vivendo a era do conhecimento”. Essas expressões chegam até nós de várias maneiras e por todos os sentidos. No anúncio da TV, pelo rádio, nos cartazes espalhados por toda a cidade, nos jornais e revistas de grande circulação e principalmente pela internet. Daí é possível perceber que existe uma associação bem afinada entre a ideologia da sociedade do conhecimento e a difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), pois segundo Pronko:

Expressões como “sociedade da informação ou “era do conhecimento” tornam-se cada vez mais frequentes para a definição do mundo atual. Essa caracterização tem estado associada, principalmente, aos acelerados avanços e a ampla difusão das tecnologias de informação e comunicação – TICs e a generalização da utilização diretamente produtiva da ciência e da tecnologia que permeiam, cada vez mais, todas as nossas atividades cotidianas. (NEVES; PRONKO, 2008, p. 141)

Mas o que isso tem a ver com a Educação Profissional em Saúde? Aparentemente tudo a ver, pois a EPS é regida pelas políticas de educação e educação em saúde que não estão isentas dos pressupostos disseminados por tal ideologia.

Pode parecer óbvia essa afirmação porém, não podemos esquecer que além da literatura as práticas e instituições educacionais desenvolvem um papel fundamental e estratégico para a propagação dos ideais hegemônicos a partir da apropriação dos conceitos.

Na verdade, atualmente estamos diante de um verdadeiro “Arsenal Teórico” conforme diz Pronko e cita alguns teóricos que se ocupam do tema: Adam Schaff; Peter Drucker; Boaventura de Sousa Santos; Antonio Negri; Michael Hardt; Manuel Castells; Alain Touraine; Daniel Bell além de Armand Mattelart também citado como referência para explicar a noção de “sociedade da informação”.

Entendemos que um dos pilares do conceito de “Sociedade da Informação” se apóia na suposta democratização social pela ampliação do acesso à informação e ao conhecimento (NEVES; PRONKO 2008, p. 147). É justamente esta a vertente ligada ao avanço das TICs que também se relaciona diretamente com a EPS pois o que temos visto é o crescimento dos projetos, programas e estratégias governamentais voltados para a qualificação dos trabalhadores que são desenvolvidos através da modalidade a distância.

## 2.1 BREVE HISTÓRICO RECENTE DA EPS

A Educação Profissional foi legalizada no Brasil em 1961, Lei 4.024/61 (Senado Federal, 2010). Desde os anos 50 podia-se perceber a introdução da EP nos análises técnicas de instituições internacionais, assim como na produção de teóricos do campo com ênfase em uma concepção de desenvolvimento que acabou por se constituir na teoria de educação inspirada na teoria do “capital humano”, de Theodore W. Schultz, vencedor do prêmio Nobel de economia de 1979. (ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO 2008, p.183)

Neste sentido, observamos o surgimento de estudos sobre economia da educação e de economia da saúde com abordagem que apontam os gastos em saúde representam investimentos no desenvolvimento econômico de competência do Estado.

Por esta ótica, o caminho para se alcançar maior produtividade de trabalho passaria pela melhoria dos programas de saúde e da organização sanitária para a promoção da saúde.

No que se refere a educação, o investimento na melhoria da qualidade, era visto como possibilidade de aumento de renda e posse do capital, devido a sua potencialidade de capacitar para o trabalho.

O Tema Recursos Humanos para as atividades em saúde foi escolhido como tema central da IV Conferência Nacional de Saúde realizada em 1967 na Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública em Manguinhos, Rio de Janeiro (atual FIOCRUZ). Nesta conferência surgiram propostas de formação de técnicos de saúde de nível médico para o atendimento do mercado de trabalho, tendo em vista a aceleração do crescimento econômico e a introdução novas tecnologias no processo de trabalho em saúde (equipamentos médicos no âmbito hospitalar). Esta proposta vem ao encontro do modelo de saúde adotado no pós-64, que foi de ampliação da produção de serviços médicos hospitalares em larga escala.

Caberá evidentemente aos governos responder a esta simples questão: “Quanto poderão as nações gastar, de maneira justificável, com os serviços de saúde que devam oferecer às suas populações?” Tais serviços – como por sinal também ocorre com a educação – não são fáceis de analisar do ponto de vista custo-benefício, porém os administradores mais capazes certamente saberão utilizar a moderna metodologia da planificação, para provar que investir em saúde representa um impacto positivo – possível, de medir sobre a qualidade dos recursos humanos de cada país. (BRASIL, 1967, p. 46).

Entre as categorias de formação profissional em saúde, podemos destacar os atendentes de enfermagem, com nível de escolaridade elementar (quatro primeiras séries do ensino fundamental), e os médicos.

No entanto, observamos que na prática a formação de técnicos de enfermagem não significou o ingresso da categoria no mercado de trabalho ou na garantia de ocupação do cargo. Observamos ainda a redução da formação profissional em atividades de treinamento em serviço idealizados conforme a divisão técnica do trabalho em saúde no sentido da manutenção da hegemonia cientificista e tecnicista na área de saúde. As propostas pedagógicas adotadas em serviço eram vistas como capazes de substituir e solucionar as carências de formação técnica dos profissionais numa perspectiva reducionista da educação no ensino de tarefas do posto de trabalho.

Como esclarece Frigotto:

No plano político-ideológico, a teoria do Capital Humano veicula a idéia de que o subdesenvolvimento não diz respeito às relações de poder e dominação, sendo apenas uma questão de modernização de alguns fatores, onde os recursos humanos qualificados – “capital humano” – constituem o elemento fundamental. (ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, 2008, p.184)

Podemos perceber ainda que esta teoria passa a idéia de que as questões de disputa pertinentes ao capitalismo podem ser superadas pelos trabalhadores desde que o seu trabalho esteja qualificado, potencializado com a educação, treinamento etc. Em relação a economia o conceito de “capital humano” estabelece uma relação direta entre capital constante e capital variável (força de trabalho) na produção de valor e promove o trabalhador assalariado a duplo proprietário: da força de trabalho – que ele vende ao capitalista – e de um capital adquirido por ele que pode ser medido pela quantidade de educação ou de “capital humano” que conseguiu acumular. Segundo esta ótica, a concepção de educação e, diretamente relacionada a ela, a educação profissional fica reduzida a mero fator técnico da produção, reforçando a lógica de adaptação e conformação dos trabalhadores ao existente. “numa perspectiva economicista, instrumentalista, pragmática e moralizadora” (ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, 2008, p.184).

Em contrapartida ao ideário do “capital humano” iniciou-se nos anos 80, a construção do resgate da educação centrada na perspectiva da escola unitária, de formação politécnica buscando o aprofundamento do sentido e dos desafios da visão do trabalho como princípio educativo inserido como prática social constituinte das relações sociais e não meramente como concepção de adaptação.

A relação trabalho-educação é inserida neste campo de disputa de concepções abordando a dimensão contraditória da educação e sua potencialidade transformação da sociedade.

É criado um espaço na escola que dá possibilidades para a construção de mediações que articulem os interesses dos trabalhadores no processo de sua qualificação resgatando a tripla dimensão do homem – individualidade, natureza e ser social – e o saber científico e tecnológico historicamente produzido por ele.

A educação profissional em saúde, concebida não como mero instrumento de adestramento em técnicas produtivas tem o papel de recuperar a relação entre conhecimento e prática de trabalho. Tem o objetivo de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos científicos das diversas técnicas e são nestas bases onde estão fundamentados os princípios da politecnia pois a partir da formação é possível compreender e desenvolver a organização do trabalho na sociedade.

Diferente da perspectiva mercadológica excludente e alienada, cabe à educação contribuir para emancipação dos trabalhadores para busca de uma sociedade melhor que possibilite a conquista do direito universal à saúde e à educação para todos os cidadãos.

A introdução de novas tecnologias e biotecnologias cada vez mais presentes no decorrer dos anos 90, gerando transformações no mundo do trabalho, influenciaram a incorporação de idéias de politecnia no projeto de lei de diretrizes e bases da educação nacional proposto numa perspectiva contra-hegemônica pelos setores progressistas à Câmara dos Deputados em 1988, no entanto, após oito anos de muita disputa de concepções e trâmites burocráticos, não foi possível vencer a proposta neoliberal apresentada no projeto do Senador Darcy Ribeiro que acabou sendo aprovado em 20 de dezembro de 1996, se constituindo na Lei nº9.394/96, a atual LDB. As regulamentações posteriores a publicação da lei continuaram a favorecer as tendências neoliberais e foram adotadas como fundamento da educação profissional em saúde, como por exemplo, a regulamentação curricular com base na pedagogia das competências.

## 2.2 EPS: LEGISLAÇÃO, CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

De acordo com a legislação: “A educação profissional é uma modalidade educacional expressa na LDB como um subsistema que será integrado às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência, à tecnologia e tem por finalidade conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. (BRASIL, 1996). O alvo da educação profissional é o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador jovem ou adulto. (BRASIL, 1996). Por conseguinte, a educação profissional não mais estará atrelada a um nível específico de escolaridade, mas será

desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho (BRASIL, 1996).

Observamos que a nova LDB introduz algumas inovações: o reconhecimento de habilidade e conhecimento adquiridos fora do sistema formal de ensino. O mecanismo utilizado para certificação possibilitando o prosseguimento ou conclusão de estudos são os exames de certificação que incorpora a aprendizagem prática realizada no trabalho, na família e no viver. Conforme o art. 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. É um dos aspectos mais promissores da nova Lei, pois alarga os horizontes do processo educativo para além dos bancos da escola. Promove, portanto, a valorização do vínculo entre educação escolar, trabalho e práticas sociais. (BRASIL, 1996).

Esta inovação abre brechas para que as instituições possam condicionar a matrícula não somente ao nível de escolaridade do aluno mas também a sua capacidade de aproveitamento de estudos em certos cursos especiais.

Segundo Frigotto, é possível perceber a verticalidade da educação profissional pois é abrangente a todos os níveis de ensino e por conseguinte esta característica aponta para o caráter complementar da educação profissional se comparado a educação geral contemplada na nova LDB. (FRIGOTTO, 1998, p.138-165)

Encontramos referências sobre a educação profissional em saúde no Dicionário de Educação profissional em saúde no verbete ‘Educação Profissional em Saúde’ EPS que relata o que está previsto no Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004, a EPS compreende: “formação inicial ou continuada, a formação técnica média e a formação tecnológica superior”. (BRASIL, 2004).

A EPS pode ser realizada nos serviços de saúde como formação inicial ou continuada, assim como em instituições de ensino (formação técnica e tecnológica). A formação técnica compreende as formas de ensino integrado, concomitante ou subsequente ao ensino médio e se organizam atualmente em doze subáreas de formação em saúde<sup>1</sup>, são elas: biodiagnóstico, enfermagem, estética, farmácia, hemoterapia, nutrição e dietética, radiologia e diagnóstico por imagem, reabilitação, saúde bucal, saúde visual, segurança do trabalho e vigilância sanitária.

---

<sup>1</sup> Referenciais Curriculares Nacionais da área (BRASIL, 2010d).

No que se refere à Educação à Distância encontra-se no Decreto nº. 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005) que regulamenta o artigo 80 da Lei nº9394 a seguinte redação:

Art. 1º Para fins deste Decreto, caracteriza-se a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005)

O decreto citado acima define a regulamentação, dispositivos, normas, correlação, ensino/educação/distância, critérios, credenciamento, autorização, reconhecimento, oferta, programas, cursos, entre outros.

Está previsto no artigo 2º que a educação à distância poderá ser ofertada desde a educação básica ao Doutorado, incluindo-se as modalidades de EJA, Educação Especial e Educação profissional.

No § 1º do art.3º destaca-se que os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

A saúde, como área profissional, diz respeito às ações integradas referentes às necessidades individuais e coletivas, com base em modelo que ultrapasse a ênfase na assistência médico-hospitalar.

São diversos os locais onde se desenvolvem as ações de saúde: centros de saúde, postos de saúde, hospitais gerais e especializados, laboratórios, domicílios, centros comunitários, escolas e outros espaços sociais.

Neste sentido, a educação profissional em saúde é um objeto de disputa e embate de projetos societários.

Apesar da hegemonia de idéias e práticas de educação profissional que têm como objetivo a adaptação e conformação dos trabalhadores ao existente e ao mercado de trabalho, assim como às necessidades de manutenção e transformação do capital, existem projetos contra hegemônicos que lutam por uma educação e saúde que tenham como finalidade a construção de uma sociedade mais humana e solidária. (ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO 2008, p.188)

Podemos destacar como exemplos, na ‘educação profissional em saúde’, a ‘concepção ensino e serviço’, desenvolvida pelas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS), e a ‘concepção politécnica’, desenvolvida pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/FIOCRUZ). Essas experiências são realizadas num cenário contraditório e complexo, o cenário histórico e social do capitalismo tardio, em

que se confrontam as posições progressistas e a realidade da formação recente do capitalismo em nosso país, que tende a tornar a saúde uma mercadoria.

A formação omnilateral e a humanização do trabalhador pelo trabalho é o alvo da educação profissional em saúde em sua perspectiva de transformação.

Segundo Frigotto (1985, p.4), o caráter politécnico do ensino, “decorre da dimensão de um desenvolvimento total das possibilidades humanas” onde, conforme Marx, na Ideologia Alemã, os pintores serão ‘hombres que además pintem’.

No pensamento de Gramsci (COUTINHO 2006, p.93): “todos os homens são filósofos”; ele acreditava que era preciso reconstruir o conceito sobre a filosofia e sobre quem poderia praticá-la por ser considerada algo muito difícil para homens comuns, para ele, todos os homens são carregados de uma “filosofia espontânea” que está contida nas suas práticas e nos grupos sociais nos quais estão inseridos, sendo exercida mesmo que de modo inconsciente. É neste ponto que a formação humana pode promover reflexão desta visão de mundo desagregada, possibilitando ao homem, após a tomada de consciência, elaborar uma concepção crítica de si mesmo como sujeito historicamente determinado.

Tornar a concepção de mundo crítica quer dizer aproximá-la da realidade e superar convicções que não condizem com o real. Tornar uma concepção coerente significa afinamento entre pensar e agir, entre teoria e prática, entre filosofia e política.

Uma concepção de mundo unitária pode ser entendida como uma concepção crítica e coerente de um grupo ou classe social, isto é de homens não isolados que envolvem e norteiam as ações de todas as pessoas deste grupo.

Neste sentido ‘Unitário’ não é único, nem homogêneo, mas é síntese do diverso. Para entendermos melhor esta concepção de mundo unitária e preciso compreender que as pessoas que fazem parte de um grupo são capazes de superar suas concepções individuais por uma concepção que dá unidade a este grupo, ou seja, o grupo é constituído por sujeitos singulares que estão comprometidos por serem membros orgânicos deste grupo.

Marx aponta que o trabalho assume duas dimensões, o trabalho como mundo da necessidade e trabalho como mundo da liberdade. O primeiro está subordinado às necessidades imperativas do ser humano considerado em sua condição de ser histórico-natural que necessita produzir os meios da manutenção de sua vida biológica e social. É a partir desta premissa que o ser humano pode usufruir o trabalho mais especificamente humano.

Analisando a concepção do trabalho, constitui-se idéia central de construção da humanidade e remete a um conjunto amplo de questões mais gerais, sendo fundamental para a

compreensão das relações sociais. Esta concepção, idealmente seria o processo genuíno de desenvolvimento humano.

Ao longo da sua história o homem vai se recriando, desdobrando suas potencialidades, através de seu próprio trabalho e da ação contínua e, ao ser produtivamente ativo, encontra sentido para a sua vida (VIEIRA, 2005).

Segundo Frigotto, o trabalho não se refere apenas à remuneração de uma tarefa, mas emerge como um direito. A ele, liga-se uma profissão e o direito à qualificação (FRIGOTTO, 2002).

O conceito de qualificação compreende vários aspectos e segundo Hirata (1994) é multidimensional. Podemos entender a qualificação do emprego como aquilo que se refere ao conjunto de exigências a partir do posto de trabalho. Outro aspecto se refere à qualificação do trabalhador diretamente relacionado ao conjunto de atributos dos trabalhadores, também é preciso considerar a qualificação como relação social sendo entendida como o resultado das contradições e tensões “de uma correlação de forças capital-trabalho, noção que resulta da distinção mesma entre qualificação de empregos e qualificação de trabalhadores” (FERRETTI, 2002). A qualificação como relação social expressa, de maneira concreta, a concepção de força de trabalho como mercadoria.

Segundo Pereira, 2006, os trabalhadores técnicos de saúde desenvolvem trabalho complexo, na perspectiva de valor de uso e, por conta disso necessitam de uma formação qualificada. Para garantir que o trabalhador da saúde terá acesso a esta formação qualificada é de fundamental importância a defesa da escola e da escolaridade como política pública e como condição para a formação dos trabalhadores técnicos em saúde. Além disso, não podemos ignorar a dimensão política e técnica da prática educativa na saúde; a crítica ao positivismo, ao cientificismo e ao tecnicismo; o trabalho como princípio educativo e a idéia da qualificação como construção social. (PEREIRA, 2009, p.186)

Outro elemento relevante nesta investigação é a questão da emancipação humana em relação à formação do trabalhador em saúde.

Especificamente em relação à educação profissional em saúde, é importante compreender que a lógica da integração ensino-serviço apresenta limites enquanto estiver circunscrita aos aspectos metodológicos... Portanto a formação do trabalhador em saúde, muito além de ser orientada pelo e para os serviços de saúde, estando a eles integrada, deve ser orientada pela emancipação humana, devendo se integrar à totalidade contraditória da realidade social. (HIRATA, 1994, p.109).

Segundo Pereira e Ramos (2006), nos estudos que estão diretamente relacionados a questão da reprodução técnica e mecânica dos procedimentos ensinados e aprendidos no cotidiano de trabalho, observamos a questão da fragmentação:

Na prática da enfermagem, a divisão de tarefas – a fragmentação do trabalho – ajudou a manter a divisão entre um trabalho que requer pouca qualificação (representado pelo cuidado), exercido pelas auxiliares de enfermagem, e um trabalho especializado ‘mais intelectualizado’ (de controle, coordenação, de interlocução com o médico), exercido pelas enfermeiras. (PEREIRA; RAMOS, 2006, p. 24).

Encontram-se referências sobre as práticas supervisionadas da educação profissional (campo de estágio), que ainda perpassam as idéias de que o ensino técnico é sinônimo de treinamento, realizado por trabalhadores que precisam saber fazer, mas não precisam deter o saber sobre por que ou para que são as práticas, desde que aprendam o fazer de cada procedimento, quando, na realidade, deveriam estar desenvolvendo oportunidades de experimentação e crescimento pessoal.

As relações de aprendizado se configuram pela prática, pelas experiências vivenciadas nos serviços de saúde organizados para funcionar de maneira fragmentada. Os Serviços de saúde estão divididos em departamentos, chamados divisões, Serviços, Seções e Setores, estruturados segundo as profissões: divisão clínica onde estão os médicos, divisão de enfermagem, serviço de assistência social, serviço de nutrição etc., nas quais os trabalhadores são como instrumentos, coisas ou recursos destituídos de vontade ou de projeto próprio, como afirma Campos (1997).

Nesta concepção, as atividades são realizadas mecânicamente, como atos monótonos, o que explica, em grande parte, a rotina de trabalho, a falta de motivação dos trabalhadores e consequente queda de qualidade da assistência prestada. É possível perceber claramente este efeito na prática quando observamos a perda da empatia e sensibilidade em profissionais que durante o atendimento não conseguem olhar nos olhos do seu paciente, não se emociona mais nem com a morte ou com a vida que acaba de chegar pois foi aos poucos perdendo a sensibilidade ou simplesmente passou a considerá-la banal e sem nenhuma reação afetiva humanamente falando. Esta falta de sensibilização é gerada pela dificuldade em compreender e identificar a importância de seu fazer na equipe de saúde. (ZOCCHÉ, 2007).

Ao ensinar um tema é preciso buscar sua compreensão no contexto em que está inserido para depois localizá-lo em uma situação específica, no campo de atuação profissional. É preciso discuti-lo e exemplificá-lo para alcançar a construção do conhecimento, e entender o sentido real daquilo que aprendemos, a partir daí seria possível avaliar a apreensão do conhecimento.

Como diz Hoffman (2005), pensar no aluno, em como vive, em como aprende e de que jeito aprende, entre outras questões, é ponto crucial para avaliar melhor.

Segundo Zocche, (2007). O que não se avalia não se qualifica como aprendizado relevante. Portanto esta reflexão nos leva a crer que o enfrentamento das questões de saúde e educação não pode ser feito de forma isolada e individual, ao contrário é preciso abrir mão daquilo que consideramos como verdades absolutas e partir para o consenso, dialogando entre os pares e abrindo espaço para ouvir a voz de todos os que estão envolvidos no processo, na tentativa de deixar para traz a forma de organização do trabalho pautada em concepções que não respondem mais as necessidades atuais.

Deste modo compreende-se que não há desvinculação da Educação em Saúde e a Saúde em relação à prática vivenciada por esses profissionais, mas o seu dia-a-dia acaba mesclando as atividades de forma que quando assiste acaba educando e quando educa também pratica assistência ao mesmo tempo.

### 3 PANORAMA DA EAD NO BRASIL E NO MUNDO CONTEXTUALIZADO HISTÓRICAMENTE

Ao pesquisarmos a palavra “Distância” encontramos, entre outros, os seguintes significados:

[...] um espaço entre dois corpos, espaço muito grande que separa dois seres, dois lugares ou dois objetos, lonjura, ato ou efeito de distanciar(-se), afastamento, separação, apartamento, intervalo de tempo transcorrido entre dois instantes, separação de indivíduos de distintas classes ou níveis sociais devido a diferenças entre eles ou a preconceitos existentes na sociedade. (HOUASSIS, 2001, p.1061)

Mesmo sem explorar a fundo a subjetividade da palavra percebe-se que a “distância” compreende em sua lógica sentidos de tempo e espaço, além de noções de sentidos opostos, categoria ideológica ou até mesmo estado de espírito.

É comum em nossa cultura imaginarmos o que está distante, além do horizonte, como o lugar onde alcançaremos tudo aquilo que sempre desejamos encontrar, por outro lado, o distante, também tem sentido de ser aquilo que foi deixado para trás, a terra natal, as lembranças, o que traz saudade. Esta característica ambígua é de fato facilmente perceptível na noção de distância, sendo assim, torna-se possível afirmar que no sentido lato da palavra não se pode conceber uma única direção ou compreensão do seu significado.

Desde os primórdios da humanidade até a estruturação do mundo ocidental, as pessoas sempre tiveram como característica cultural, no seu modo de produção de ciência e conhecimento, o fator da proximidade.

Os grandes reis e governantes chamavam para perto de si os sábios e entendidos para ensinar sobre todo tipo de conhecimento necessário. Encontramos relatos bíblicos datados de 559 a.C. sobre Assuero – soberano Persa conhecido como Xerxes pelos Gregos: Ester 1:13-14: “Então perguntou o rei aos sábios que entendiam dos tempos (porque assim se tratavam os negócios do rei na presença de todos os que sabiam a lei e o direito (...) viam a face do rei, e se assentavam como principais no reino (...).” (BÍBLIA ONLINE, 2010).

Na idade moderna, no início do século passado, as camadas populares tinham na relação mestre-aprendiz o principal modelo de aprendizagem possível, de maneira que o aluno deveria acompanhar de perto todos os passos do seu mestre para conquistar e conhecer todos os segredos na arte de seu ofício. (COMENIUS, 2002)

Atualmente, o homem continua buscando formas de trazer para perto de si o domínio do saber, a conquista do desconhecido, por várias razões e sentidos, quase todas recheadas pela sede de conquista e pelo desejo de romper barreiras, perseguir novos desafios.

Depois da lua, estamos querendo chegar a Marte, depois de Marte....

Porque será que o homem quer ir sempre mais distante? Será que está na verdade querendo chegar mais perto? Que relação aparentemente conflituosa pode existir entre a distância e a proximidade das coisas? Do saber? Do próprio homem?

Diante destes poucos exemplos, percebemos possibilidades de reflexão para distintos nexos de distância. Na verdade nosso real propósito foi apenas introduzir o assunto em pauta, a Educação à Distância, de maneira que possibilite pensar que existem sentidos e intencionalidades contidas nesta proposta de educação, como diria Freire (2001), a educação não é neutra, além disso, queremos chamar a atenção para sua possibilidade para diversidade, ou seja, partindo de um ponto comum é possível chegar a ilimitados destinos, tudo dependerá da rota, do caminho traçado e do projeto, da indicação do objetivo, além do veículo que se pretende utilizar neste percurso.

A seguir apresentaremos alguns relatos sobre a origem da EAD no mundo para compreender melhor como e porque surgiu.

Conforme Keegan (1991), A EAD não surgiu no vácuo, tem uma trajetória de experimentações, sucessos e fracassos.

Desde o século XVIII ate os dias atuais a EAD vem crescendo, diversificando-se e fortalecendo-se enquanto educação formal oferecida em inúmeros países ao redor do mundo.

A partir de diversas pesquisas pela internet (NUNES, 2010) sobre as origens da EAD encontramos alguns relatos interessantes que apresentam a trajetória da EAD na linha do tempo e em relação os meios de comunicação que inicialmente foram utilizados como veículos mediadores da EAD e os meios de comunicação interativos que hoje vem sendo utilizados para alavancar e possibilitar o desenvolvimento de experiências em EAD.

Os primeiros registros sobre a utilização da EAD datam de 1728 em Boston/EUA quando a Gazeta de Boston, em sua edição de 20 de março, publicou um anúncio: "material para ensino e tutoria por correspondência". Um pouco mais tarde, na Europa, surgiram atividades referentes ao ensino por correspondência em diversos países.

Desde 1858, a Universidade de Londres passou a conceder certificados a alunos externos que realizavam ensino por correspondência.

A Universidade de Chicago oferecia um curso da língua hebraica por correspondência/não presencial em 1881.

A EAD só chegou com força no Brasil em 1937, com a criação do Serviço de Radiodifusão Educativa, do Ministério da Educação; o esquema era trazer aulas no rádio que eram acompanhadas por material impresso.

Durante a Segunda Guerra Mundial, 1939 – 1945, várias experiências foram adotadas desenvolvendo-se melhor as metodologias aplicadas ao ensino por correspondência que, depois, foram fortemente influenciadas pela introdução de novos meios de comunicação de massa, principalmente o rádio, dando origem a projetos muito importantes, principalmente no meio rural.

Neste período pode-se afirmar que a EAD foi utilizada como meio para atender a necessidade de capacitação rápida de recrutas norte americanos, com o surgimento de novos métodos entre eles se destacam as experiências de F. Keller para o ensino da recepção do Código Morse, (NUNES, 2010) que também foram utilizados, em tempos de paz, para a integração social dos atingidos pela guerra e para o desenvolvimento de novas capacidades laborais das populações que começaram a migrar em grande quantidade do campo para as cidades da Europa em reconstrução.

Em vários países da Europa, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, EUA, África, Israel, China e na antiga URSS há registros de universidades e institutos que realizavam atividades referentes a EAD. Inicialmente a maior parte das atividades resumia-se ao estudo por correspondência e a utilização do rádio como meio de transmissão de aulas.

Em 1947 através da Radio Sorbonne de Paris, foram transmitidas aulas de quase todas as matérias literárias da Faculdade de Letras e Ciências Humanas.

Na Espanha, em 1968, o Centro Nacional de Ensino Médio por rádio e televisão da Espanha se transforma no Instituto Nacional de Ensino Médio a Distância (INEMAD).

Mais recentemente, em 1975 na Alemanha foi criada a Fernuniversität, dedicada exclusivamente ao ensino universitário.

Em geral o propósito da EAD nestes países era de alcançar pessoas que tem algum tipo de dificuldade de frequentar as aulas presenciais, ou porque não podem abandonar seu trabalho para voltar às aulas ou com a intenção de minorar os problemas das enormes distâncias, para assistir as crianças isoladas, com dificuldades de frequentar as aulas convencionais e para qualificar os professores.

Entre as primeiras experiências de maior destaque encontra-se certamente, a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), realizada em 1961 pelo Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) cuja preocupação básica era alfabetizar e apoiar os primeiros passos da educação de milhares de jovens e adultos através das "escolas radiofônicas" principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Desde o início o MEB utilizou o rádio para a montagem de uma perspectiva de sistema articulado de ensino com as classes populares. Porém, após o golpe de 1964, a

repressão política desarticulou o projeto inicial, alterando a proposta e os ideais de educação popular de massa do movimento.

### MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB



Ilustração 1 - Escola do Engenho Vermelho - visita de supervisão na hora da aula em 08.06.1966

Fonte: FÓRUNS EJA BRASIL, 2010.

No início do século XX já existiam produções de filmes educacionais e também transmissões radiofônicas, todas nos Estados Unidos. Na Alemanha, os primeiros cursos à distância com utilização de vídeos datam de 1890.

Em 1948, com a televisão, logo surgiram novas chances de transmitir conhecimentos e em 1965 foi criada a TV Educativa. Em 1977, foi criada a Fundação Roberto Marinho que, em 1980 colocou no ar o Telecurso 1º e 2º graus que em 1995 passou a se chamar Telecurso 2000. Nos dez anos seguintes este curso, que ensina as matérias do ensino fundamental e médio via programas de televisão e apostilas impressas já havia formado 4 milhões de pessoas.

Algumas experiências exitosas foram surgindo, porém, já naquela época, observamos um traço constante de descontinuidade de projetos, principalmente os governamentais.

Na atualidade as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) vem impulsionando o alargamento da EAD no Brasil e no mundo. A Ideologia da Cibercultura (LEVY, 1999, p.17), está criando novas formas de convívio social, dispensando a presença física, segundo a opinião de seus defensores.

Deste ponto de vista, para a modernidade tornou-se urgente a integração das TICs na educação, conforme as palavras de Belloni não apenas como meios de melhorar a eficiência

dos sistemas, mas principalmente como ferramentas pedagógicas efetivamente a serviço de formação do indivíduo autônomo, conforme exigido pelas novas condições socioeconômicas (BELLONI, 2001, p.6). Ainda assim nos países periféricos a expansão do ensino superior, ainda está calcada nos materiais impressos, televisão e rádio, salvo algumas exceções, reduzindo as possibilidades e as estratégias de EAD.

Vejamos no quadro abaixo, a linha do tempo que apresenta cronologia e a utilização dos meios de comunicação na EAD desde a correspondência até a internet.

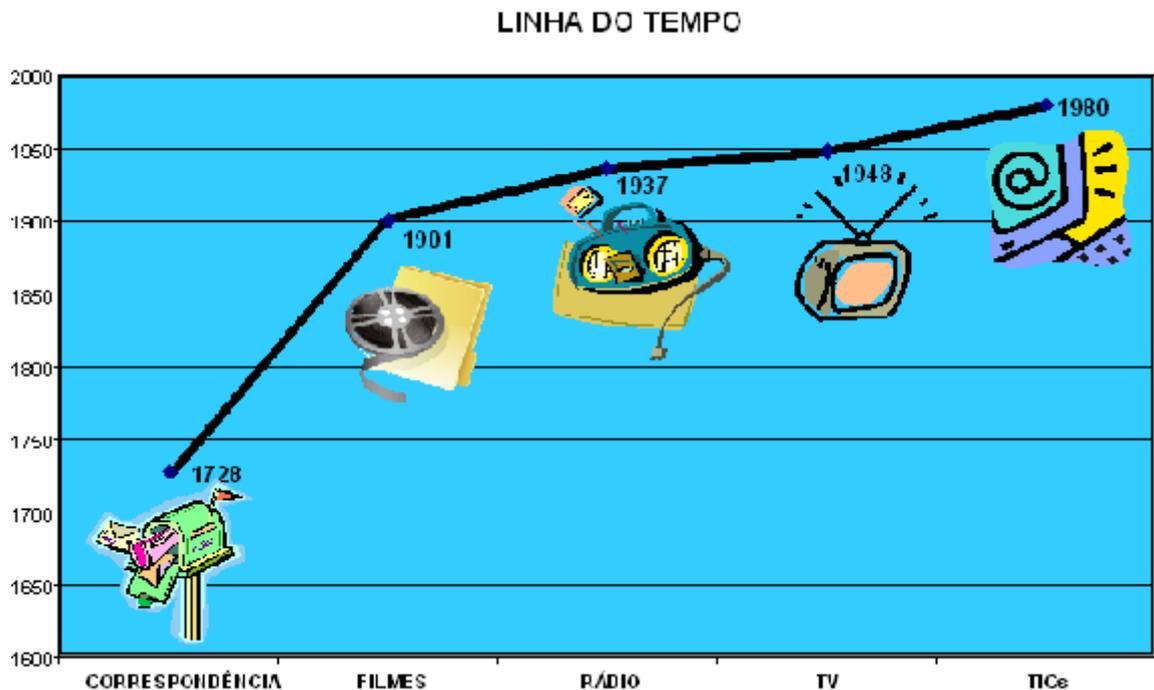


Ilustração 2 - Linha do Tempo  
Fonte: o autor, 2010

A primeira instituição particular a trazer a EAD foi o Instituto Monitor, que desde 1939 contabiliza mais de 5 milhões de estudantes.

O Instituto Universal Brasileiro, que foi criado em 1941, até hoje tem uma imensa gama de alunos por correspondência que realizam cursos profissionalizantes por meio de material impresso e, recentemente, fitas de vídeo. Com o foco na técnica, o IUB, atualmente possui 200 mil alunos, perfazendo durante toda a sua história uma gama de mais de 4 milhões de estudantes.

Estes dois, o Instituto Monitor e o Instituto Universal Brasileiro foram os únicos cujas propostas sobreviveram desde o começo estando ativos até hoje.

Porém, em diversos países do mundo, o grande salto da EAD deu-se a partir de meados dos anos 60 com a institucionalização de várias ações nos campos da educação

secundária e superior, começando pela Europa (França e Inglaterra) e se expandindo aos demais continentes.

Os cursos na modalidade EAD existem em mais de 80 países, tanto em nações desenvolvidas como nos países em desenvolvimento. Algumas das maiores e mais tradicionais universidades possuem programas de EAD, resgatamos alguns exemplos<sup>2</sup>:

*Penn State University* - USA – Foi uma das universidades pioneiras em cursos à distância, tendo iniciado o primeiro curso por correspondência em 1892. Atende a todos os estados americanos e mais de 40 países em sete continentes, oferecendo mais de 50 cursos; aproximadamente 20.000 novos alunos se matriculam a cada ano.

*University of Wisconsin* – EUA (início em 1958) – Tem 12.000 alunos à distância matriculados anualmente.

No Reino Unido, em 1969, foi criada a *The Open University*. A escola tem mais de 700 mil alunos de graduação, pós e extensão, (quantidade de alunos acumulada até hoje) sendo que 66% são locais, os outros 34% são formados por estudantes do mundo todo. A maioria dos cursos tem como metodologia o acompanhamento de material impresso.

*Athabasca University* – Canadá (início em 1970) – Tem 32.000 alunos ingressando a cada ano em 39 cursos de graduação e 2 cursos de mestrado.

*UK Open University* – Inglaterra – (início em 1970) – É considerado o primeiro curso universitário globalizado. Atende mais de 50 países e cerca de 180.000 novos alunos se matriculam a cada ano.

Na Espanha o principal centro de ensino é a *Universidad Nacional de Educación a Distancia* (UNED). Criada em 1972, oferta cursos em 26 carreiras diferentes e no ano passado matricularam-se 1,8 mil alunos estrangeiros. A universidade é pública, e a única taxa destina-se à matrícula custando aproximadamente 600 euros para os alunos de graduação, cursos de língua e especializações e até 2 mil euros para MBA's. Tem atualmente 200.000 alunos e oferece 177 cursos de graduação, especialização e pós-graduação.

*FernUniversität* – Hagen, Alemanha – (início em 1975) – Oferece cursos de graduação, mestrado, pós-graduação e educação continuada.

*Radio e Television Universities* – China – (início em 1979) – Oferece cursos de graduação e especialização.

*The Open University of the Netherlands* - Holanda (início em 1984) – Oferece oito cursos de graduação.

---

<sup>2</sup> A partir de diversos estudos realizados na rede mundial de computadores encontramos referências em: (CRONOLOGIA DA EAD, 2010).

*Indira Gandhi National Open University* – Índia (início em 1985) – Oferece cursos de graduação e pós-graduação e tem 1,5 milhão de alunos na Índia e em 35 países.

No Canadá aproximadamente 90 instituições oferecem programas a distância com pré-requisitos mais flexíveis, exceto a fluência em inglês – a não ser para um curso de línguas. Quem administra e divulga o ensino do país é o Centro de Educação Canadense.

Encontramos relatos de experiências que se destacaram em nível do ensino secundário (PERRY; RUMBLE, 1987): *HermodsNKI Skolen*, na Suécia; *Radio ECCA*, na Ilhas Canárias; *Air Correspondence High School*, na Coreia do Sul; *Schools of the Air*; na Austrália; *Telesecundária*, no México; e *National Extension College*, no Reino Unido.

A EAD também tem sido largamente usada para treinamento e aperfeiçoamento de professores em serviço, como é o caso do México, Tanzânia, Nigéria, Angola e Moçambique.

Em diversos países, programas não formais de ensino têm sido utilizados em larga escala para adultos nas áreas de saúde, agricultura e previdência social, tanto pela iniciativa privada como pela governamental. Hoje é crescente o número de instituições e empresas que desenvolvem programas de treinamento de recursos humanos através da modalidade da educação à distância.

No campo empresarial a EAD é a opção mais usada pelas empresas ao investir na capacitação de seus funcionários.

A Europa vem investindo de forma acelerada em educação à distância para o treinamento de pessoal na área financeira, através do treinamento para alcance de maior produtividade e redução de custos na ponta (NUNES, 1992).

Nos Estados Unidos, desde 1993, o programa do governo oferece destaque quanto ao investimento em formação e treinamento de pessoal, o que certamente vem gerando significativo impulso à educação à distância naquele país.

Peters (2003) um dos maiores estudiosos sobre EAD, relacionou os principais aspectos dos processos de produção industrial nesta modalidade, identificando-a como forma industrializada de educação.

Segundo Belloni, (2001b) durante os anos de 1980, duas concepções teóricas predominaram no cenário educacional: de um lado, o modelo fordista e, de outro, uma proposta de educação mais aberta e flexível, mais condizente com os novos tempos do capitalismo. Para esta autora, nos anos 90, a lógica industrialista ocupou cada vez menos espaço em detrimento da ampliação e difusão das “teorias da pós-modernidade e de modelos pós-fordistas de organização industrial” (BELLONI, 2001b, p.85). Na sua concepção, os

objetivos e estratégias de EAD estão sendo (ou devem ser) redefinidos em função de análises e críticas orientadas pelos paradigmas pós-modernos e desconstrucionistas.

Nos tempos em que vivemos, no decorrer da Década da Educação instaurada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), observamos que um dos principais pilares em que se constrói o ideal da EAD no Brasil é a chamada “democratização do conhecimento”.

Praticamente em todos os discursos, favoráveis ou contrários, sobre EAD há referências a respeito da capilaridade (RAMOS-DE-OLIVEIRA, 2010), que a modalidade vem adquirindo em todos os níveis de ensino. A entrada da EAD nas escolas, nos institutos, nas faculdades e universidades parece ser irreversível, pois, até mesmo aqueles que não a consideram como algo que venha acrescentar elementos favoráveis à melhoria da educação, compreendem que não há como deixá-la de fora do circuito sem o risco de chamado de “desatualizado”. Há também aqueles acreditam não bastar a utilização das TICs como suporte à EAD.

Apenas colocando o aluno diante de informações, problemas e objetos de conhecimento pode não ser suficiente para envolvê-lo e despertar-lhe tal motivação pela aprendizagem (...) é preciso criar um ambiente que favoreça a aprendizagem significativa ao aluno. (ALMEIDA, 2000, p.79 apud ALMEIDA, 2010).

O fenômeno EAD tem atingido proporções tão gigantescas que se alguém desejar conhecer mais sobre este assunto e realizar uma pesquisa sobre o tema "educação à distância" em um site de busca da WEB em português encontrará no mínimo 1.200.000 resultados e se refinar a pesquisa, apenas em artigos acadêmicos será possível encontrar aproximadamente 47.100 títulos sobre o mesmo tema. Porém, se a pesquisa for em inglês será possível encontrar cerca de 51.300.000 resultados no geral e 2.950.000 sobre artigos relacionados ao tema.

Diante do fato é impossível não reconhecer que o tema está alcançando perspectivas cada vez mais elevadas e diversificadas em muitos ambientes. O tema está em alta nas academias, nas instituições e empresas públicas e privadas. O poder de alcance da EAD vem ganhando força capaz de “atingir a muitos”, ensinando “tudo” em “diversos lugares”.

No nosso país há autores como Fredric Michael Litto e Maria Luiza Belloni discutindo sobre a questão da EAD.

No que se refere a educação formal de nível superior, estima-se que no Brasil o número de pessoas que aspiram ingressar na universidade é maior que o triplo do número de vagas atualmente oferecidas. Como aumentam os concluintes do ensino médio a cada ano, percebemos que esta situação só tende a se agravar. Neste contexto, a EAD aparentemente convergindo com a necessidade de aplicação da escolaridade de milhões de pessoas que, por

motivos diversos, não teriam a possibilidade de freqüentar um curso superior presencial. Considerando a atual infra-estrutura física existente, diante da quantidade de pessoas a serem educadas, a idéia de utilizar a EAD na formação superior pode ser vista como uma alternativa promissora para aumentar a oportunidade de instrução e complementar o sistema presencial de ensino, ainda assim atualmente já existam alguns milhares de alunos matriculados em cursos superiores autorizados à distância, esta demanda está longe de ser atendida, ainda mais se pensarmos em garantir uma oferta de formação de qualidade e não apenas em quantidade.

Segundo Lobo Neto, os projetos de EAD que pretendem expressar uma educação de qualidade não devem prescindir de um critério fundamental. “O critério fundamental de reconhecimento da qualidade de qualquer programa de EAD – como o de qualquer processo educativo – é sua referenciação nas necessidades humanas, social e historicamente definidas”. (SILVA, 2003, p.401).

Outros estudiosos acreditam que a EAD de qualidade também precisa considerar no seu planejamento aspectos específicos desta nova modalidade e não apenas transpor ambientes, recursos e metodologias educacionais usualmente utilizados.

Como destaca Demo:

O objetivo fundamental da Teleeducação<sup>3</sup> não é o de reforço à didática obsoleta em uso. Não se trata apenas de enfeitar a aula com efeitos especiais. A Teleeducação, com os recursos de que dispõe, precisa assumir o compromisso com a aprendizagem dos alunos. (PRETI, 2000, p.147)

O fator do distanciamento físico entre professores e alunos pode gerar situações diferentes daquelas que ocorrem no modelo presencial e, por conta disso, o trabalho docente nas tutorias presenciais e virtuais nos parece ser indispensável.

Diante destas peculiaridades a EAD demanda investimentos direcionados a diversos fatores tais como: produção de materiais didáticos com características apropriadas à situação em questão; aquisição de tecnologia em equipamento necessários a sua manutenção; construção dos ambientes físicos e virtuais e prioritariamente a capacitação dos profissionais envolvidos.

Nesta vertente, o papel mediador do docente que atua na EAD é fundamental, nela, o professor é aquele que estabelece as condições para viabilizar a aprendizagem do aluno, utilizando os diferentes meios e recursos atualmente disponíveis em abundância. Na modalidade o aluno estuda individualmente, porém não isolado. O uso de mídias possibilita estabelecer comunicação constante entre professores e alunos.

---

<sup>3</sup> Pedro Demo, professor titular da UnB, departamento de Serviço Social. Uso o termo Teleeducação como sinônimo de Educação a Distância.

Percebemos que há diferentes propostas de EAD em oferta, alguns projetos inovadores com materiais didáticos de boa qualidade, especialmente os que são escritos para atender as características específicas da modalidade.

É comum encontrar entre os argumentos dos favoráveis a EAD o benefício do corte de gastos com alimentação, transporte e cópias, além do valor da mensalidade que geralmente é menor. Outro argumento é que para estudar numa universidade estrangeira não é preciso sair do país (RODRIGUES, 2010). As universidades do exterior também oferecem cursos à distância para brasileiros. A principal vantagem desta opção é ter um diploma internacional com um gasto infinitamente menor do que seria o de viajar para a sede da faculdade.

Apesar de parecer simples, os requisitos costumam ser maiores para alunos estrangeiros e a maioria dos cursos pertence à área de administração, pedagogia, licenciatura e psicologia. Para tentar um curso como este o aluno precisa ter um bom aparato tecnológico e conhecimento da língua oficial do país, além de preencher os pré-requisitos da escola.

No Brasil, pesquisas quanto a utilização da internet por estudantes registram o número de pessoas que a utilizam para finalidades de educação e aprendizado.

### UTILIZAÇÃO DA INTERNET – PNAD/2005.

Estudantes com 10 anos ou mais que utilizaram a internet no período de referência*	Percentual de estudantes que utilizaram a internet					
	Brasil	Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
	35,9	19,8	20,5	46,3	47,9	40,6

Quadro 1 - Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Fonte: IBGE 2005.

\* Condição de estudante e utilização da internet, no período de referência dos últimos três meses, considerando:  
1 - Data de referência - data fixada para o cálculo da idade e para a investigação de características de trabalho. Corresponde ao último dia da semana de referência que, para a pesquisa realizada em 2005, foi o dia 24 de setembro de 2005.

2 - Mês de referência - Para a pesquisa realizada em 2005, foi o mês de setembro de 2005.

Verificamos que na tabela 1, aproximadamente 36% dos estudantes com 10 anos ou mais acessaram a internet. Percebemos que nas regiões norte e nordeste há desigualdade inclusive digital em relação as demais regiões.

Na região sudeste, onde estão localizadas as megas cidades e, por conseguinte há maior concentração populacional o índice de acessos foi superior as demais atingindo quase a metade dos estudantes. Nas regiões norte e nordeste onde o contingente populacional são relativamente menores o índice registrado ficou próximo de 20%, o que aponta para a questão

da desigualdade digital nestas regiões. Vale destacar porém que nas regiões sul e centro-oeste o índice ficou próximo do mesmo resultado registrado no sudeste.

Estes números apontam para a ampliação e consolidação das TICs como instrumento utilizado na educação e sua capilarização de forma global em todas as regiões do país, ainda que possamos considerar o recorte da pesquisa realizada no período especificado fato este que não garante que o mesmo resultado possa ser evidenciado em outro momento.

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2005, o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE entrevistou 408.148 pessoas e 142.471 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação. Segundo as análises do IBGE:

Os números de pessoas que utilizaram a Internet foram bastante distintos em função das finalidades para as quais a acessaram. Na população de 10 anos ou mais de idade, as maiores proporções foram as das pessoas que acessaram a Internet com as finalidades de educação e aprendizado (71,7%) e comunicação com outras pessoas (68,6%), enquanto a menor foi a das que usaram esta rede para comprar ou encomendar bens e serviços (13,7%). (IBGE, 2005)

Diante dos dados registrados pelo IBGE, os resultados configuram larga utilização da internet para finalidades de educação e aprendizado. Este fato confirma como as TICs vem contribuindo para avanço da EAD.

Outra questão da EAD foram as críticas relacionadas a falta de regulamentação por parte do governo federal, o que foi mudado em 1998, por decreto presidencial. Assim sendo, em 1999 surgiram os primeiros cursos superiores regidos por lei no Brasil. Em 2007 existiam 215 cursos reconhecidos pelo MEC.

O Sistema de Consulta de Instituições Credenciadas para Educação a Distância e Pólos de Apoio Presencial - SIEAD, segundo a última atualização realizada em 30/08/2010, são **334 instituições credenciadas**<sup>4</sup> para a oferta da EAD em todo País. Os cursos estão distribuídos em **5902 pólos de apoio presencial**<sup>5</sup> (Ilustração 3).

A vinculação das instituições aos pólos não é regional, isto é, os pólos localizados em uma determinada região não são necessariamente vinculados as instituição desta mesma região.

---

<sup>4</sup> Instituições credenciadas são as instituições de ensino que obtiveram credenciamento junto ao MEC para atividades de EAD.

<sup>5</sup> O pólo de apoio presencial é o local de atendimento dos estudantes da educação a distância no município, conforme Decreto 5622/05

## INSTITUIÇÕES E PÓLOS

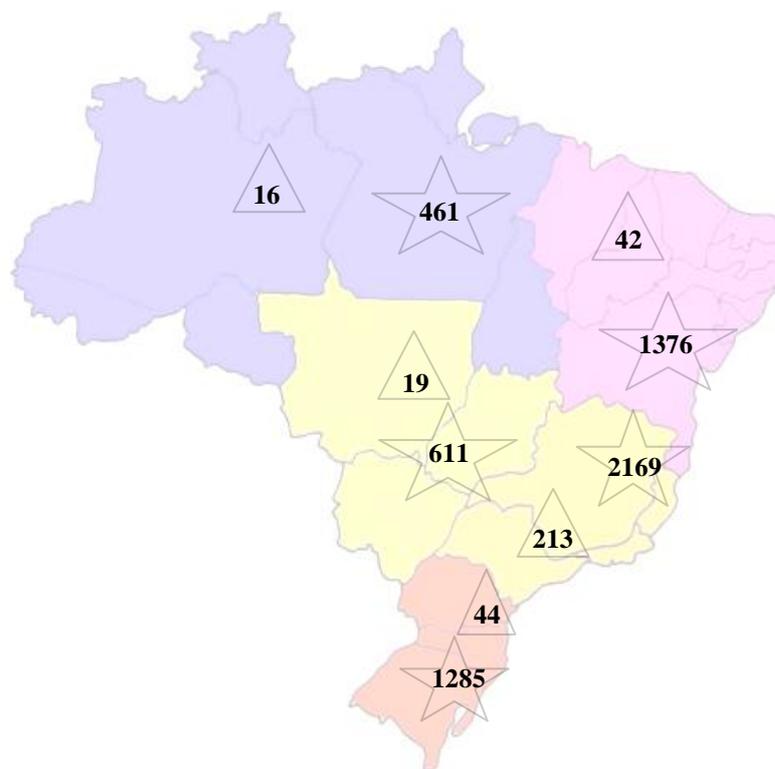


Ilustração 3 – Instituições e Pólos Credenciados para oferta de EAD por Região  
Fonte: o autor, 2010

### Legenda

	<b>Instituições credenciadas</b>
	<b>Pólos de apoio presencial</b>

## INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

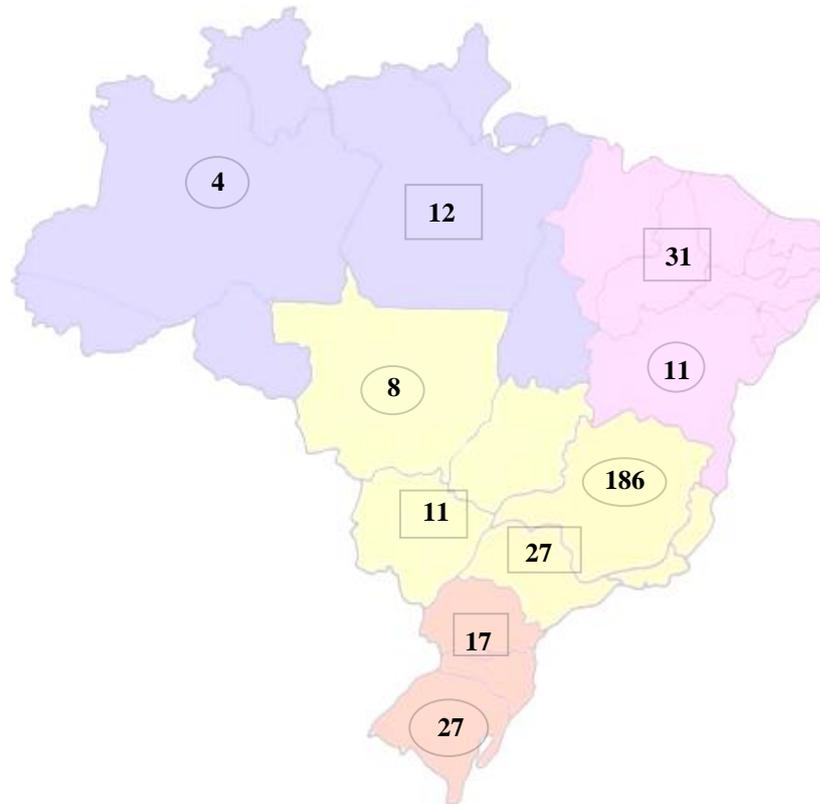


Ilustração 4 – Instituições Públicas e Privadas credenciadas para oferta de EAD por Região  
Fonte: o autor, 2010

### Legenda

□	<b>Públicas</b>
○	<b>Privadas</b>

Na Ilustração 4, observamos que a maior quantidade de instituições privadas concentram-se na região sudeste e sul, nas regiões norte, nordeste e centro-oeste onde a EAD ainda não tem grande abrangência a maior parte das instituições credenciadas que oferecem curso na modalidade é de natureza pública.

Apresentamos na tabela 2 abaixo os dados do Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância – ABRAEAD divulgados em 2008.

### MATRÍCULAS NA EAD POR REGIÃO GEOGRÁFICA EM 2007<sup>6</sup>

REGIÃO	MATRÍCULAS	%	POPULAÇÃO ESTIMADA – IBGE
Norte	107.190	14,0%	7,95%
Nordeste	73.169	9,5%	28,01%
Centro-Oeste	60.827	7,9%	7,19%
Sudeste	327.415	42,7%	42,32%
Sul	198.599	25,9%	14,53%
<b>Total</b>	<b>767.200</b>		<b>100%</b>

Tabela 1 - Contagem da População - Inclusive a população estimada nos domicílios fechados  
Fonte: IBGE, 2007

Segundo a tabela 2, o número de matrículas em EAD no Brasil alcançou a marca de 767.200 alunos em 2007. Observamos que as regiões Sudeste e Sul juntas acumulam 68,6% dos alunos matriculados em todo país. A região com o menor índice de alunos matriculados é Centro-Oeste com 7,9% seguida pelas regiões Nordeste e Norte.

Em relação ao percentual populacional por região, segundo dados do IBGE, o Centro-Oeste é a menor região apesar disso apresenta uma relação de equilíbrio entre o percentual de matriculados e da população. Este mesmo equilíbrio pode ser percebido no Sudeste, por concentrar a maior parte da população do país apresentando portanto o índice mais elevado de matrículas em relação as demais regiões.

Podemos classificar como “curioso” verificar que a região nordeste tem o dobro da quantidade da população da região sul, não obstante, o número de alunos matriculados no sul é quase o triplo do número de matriculados na região nordeste.

Chamamos atenção para esta discrepância, pois se confrontarmos os dados apresentados acima com os argumentos preconizados pelos defensores da EAD que apresentam a modalidade como a principal via de acesso à ‘democratização da educação’ pois segundo eles, a EAD é vista como o meio para ampliação do acesso à educação aos menos favorecidos chegando à localidades de difícil acesso onde a educação presencial ainda não conseguiu alcançar veremos que pode existir um certo descompasso de idéias.

<sup>6</sup> Fontes: MEC e CNE, os Conselhos Estaduais de Educação dos estados da Federação, o Censo INEP e Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Escola Técnica do Brasil (eTEC). Não se verificou a extraterritorialidade dos alunos. Os números de matrículas informados pelas instituições são atribuídos em alguns recortes do mapeamento geográfico ao Estado onde se situam as sedes.

No Rio de Janeiro, os integrantes do projeto CECIERJ/CEDERJ foram contadas como uma instituição apenas. A inexistência da informação sobre o número de alunos em algumas instituições pode significar que elas não tenham vagas ou que os cursos estejam inativos, mas também que a instituição não retornou à consulta feita pelos pesquisadores do AbraEAD, cuja resposta é voluntária.

Se compreendermos um dos objetivos da EAD como a ampliação do acesso visando a inserção das classes populares ao ensino de qualidade então porque nas regiões onde há o maior índice de pobreza e desigualdade social o número de matrículas é menor do que nos grandes centros urbanos onde a quantidade de estabelecimentos de ensino, a oferta de vagas e o poder aquisitivo da população é superior ao das demais regiões do Brasil? Afinal a quem a EAD pretende alcançar?

Para entender melhor esta relação podemos cruzar os dados com o número de estabelecimentos de ensino presencial no Brasil por região do Ensino Médio e do Ensino Superior. Os Dados localizados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) não foram levantados no mesmo período no que se refere ao Ensino Médio (2009) e ao Ensino Superior (2008) porém, mesmo considerando as alterações que podem ter ocorrido no espaço de tempo entre a realização das pesquisas, ainda assim, observamos, na tabela 3, que 43% dos estabelecimento de ensino médio estão localizados na região sudeste e 47% das instituições de curso superior estão concentradas na mesma região, conforme a tabela 4. Quanto a dependência administrativa foi registrado que o Ensino Médio de natureza pública detém 71,4% dos estabelecimentos porém, quanto ao Ensino Superior a maior parte está na rede privada, 89,5% da instituições.

Tabela 2 - Estabelecimentos com Ensino Médio - Ano = 2009

<b>Abrangência_Geográfica</b>	<b>Total de Escolas</b>	<b>% privadas</b>	<b>% públicas</b>
<b>Brasil</b>	25.923	28,6	71,40
<b>Norte</b>	1.844	16,4	83,6
<b>Nordeste</b>	6.776	4,8	95,2
<b>Sudeste</b>	11.252	34,0	66,0
<b>Sul</b>	4.046	22,5	77,5
<b>Centro-Oeste</b>	2.005	30,0	70,0

Fonte: a autora<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Tabela elaborada a partir dos dados do Resultado do Censo da Educação Básica 2009. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/download/censo/2009/TEXTTO\\_DIVULGACAO\\_EDUCACENSO\\_20093.pdf](http://download.inep.gov.br/download/censo/2009/TEXTTO_DIVULGACAO_EDUCACENSO_20093.pdf)

Tabela 3 - Número de Instituições de Ensino Superior - Ano = 2008

<b>Abrangência_Geográfica</b>	<b>Total de Instituições</b>	<b>% privadas</b>	<b>% publicas</b>
<b>Brasil</b>	2252	89,5	10,5
<b>Norte</b>	139	87,0	13,0
<b>Nordeste</b>	432	86,0	14,0
<b>Sudeste</b>	1.069	90,0	10,0
<b>Sul</b>	370	89,0	11,0
<b>Centro-Oeste</b>	242	37,0	63,0

Fonte: a autora<sup>8</sup>

Ainda neste contexto, vale lembrar que a modalidade esteve ligada à formação profissional desde o início. No começo tinha então um caráter supletivo, destinado àqueles que não tiveram oportunidade de acesso a uma educação formal, o que veio a contribuir fortemente para que a EAD fosse vista como uma forma de educação “menor”. (OLIVEIRA, 2008).

Em sua tese de doutorado sobre a formação de professores à distância, Daniela Mota Oliveira indica que ocorreu uma estreita relação entre a Educação Permanente e a EAD no nosso país.

No Brasil, no início da década de 1970, a emergência do conceito de “educação permanente”, a partir da exigência de respostas rápidas e eficazes às mudanças que ocorriam no mundo do trabalho, assegurou novos espaços para a EAD. (OLIVEIRA, 2008, p.151)

Para Oliveira, a EAD se articula as exigências do modo de produção capitalista, por se configurar na opção que melhor atende ao treinamento da mão-de-obra, quanto à sua adaptação a técnicas fordistas de educação. Nas suas palavras:

O ‘modelo fordista’ de educação tinha, como princípios fundamentais, a racionalização, a divisão do trabalho e a produção em massa, além de o ensino se reestruturar gradualmente através da mecanização e da automação crescente. (OLIVEIRA, 2008, p.152).

O CNE, no Art.3º da resolução nº01 de 20 de agosto de 2003 propõem que a capacitação dos professores utilize-se dos recursos da educação à distância.

Art 3o. Os sistemas de ensino instarão os professores a aderir aos programas de capacitação por meio de estímulos de carreira e progressão funcional nos termos do Parecer CNE/CEB 10/99 e do Art. 5o. da Resolução CNE/CEB 03/97, utilizando também, para tanto, o recurso do licenciamento periódico disposto no art. 67, II, da

<sup>8</sup> Tabela elaborada a partir dos dados do Resumo Técnico 2008. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo\\_tecnico\\_2008\\_15\\_12\\_09.pdf](http://download.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf)

Lei 9.394/96, os recursos da educação a distância, de maneira a atender as metas instituídas na Lei 10.172/2001, Plano Nacional de Educação, sobre “Formação dos Professores e Valorização do Magistério”, em especial as metas 5, 7 e de 10 a 19. (BRASIL, 2003)

Ainda nesta linha de pensamento será possível identificar uma forte ligação da EAD com a Educação Profissional, visto que se faz necessário habilitar o quadro de docentes tanto para atuarem no presencial como a distância.

Neste sentido é possível que a EAD além de ser vista como um meio para a democratização do acesso e para ampliação das oportunidades de formação também se consolide como importante via para capacitação da força de trabalho que hoje ocupa os quadros funcionais das instituições públicas e privadas.

A partir deste pressuposto, é possível que, após o incremento das TICs, já existisse na EAD, o germe da ideologia da “sociedade do conhecimento/sociedade da informação” que propõe uma relação direta entre conhecimento e o desenvolvimento econômico e também corroboram com as premissas da ideologia do “Capital Humano”. Pretendemos explorar estas concepções no próximo capítulo deste trabalho, porém podemos concluir que muita coisa mudou desde os primórdios da EAD até os dias atuais, assim como o tempo que o homem dedica a reflexão sobre suas próprias idéias, hoje o tempo é cada vez mais curto e diluído.

Em tempos modernos, é inadmissível aceitar a idéia de voltarmos trocar mensagens via correspondência ou de trabalhar e estudar utilizando apenas caneta e papel, sem depender do computador e da internet, de igual modo, é preciso ter cautela com a propagação das idéias de obsolescência que anunciam um processo de deterioração dos conceitos por conta do surgimento de concepções mais modernas, mais adaptadas.

## 4 REVISÃO DA LITERATURA

Optamos por investigar alguns dos principais autores nacionais que tem se dedicado ao estudo da Educação à Distância e discutir as concepções de suas pesquisas.

Após realizarmos as primeiras leituras para compreender o cenário onde está inserida a Educação Profissional em Saúde e suas interações nos referenciais teóricos da atualidade, prosseguimos analisando o pensamento de alguns dos principais autores que vem se dedicando a pesquisa sobre questões educacionais, mais especificamente ligados ao nosso objeto de estudo a Educação a Distância.

Destacamos na literatura o trabalho de alguns pesquisadores, a saber:

- Marco Silva: sociólogo, doutor em educação, professor da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e da Universidade Estácio de Sá;
- Maria Luiza Belloni: mestre em sociologia pela Sorbonne Nouvelle e professora do Departamento de Metodologia de Ensino e do Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências da Educação da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina);
- Vani Moreira Kenski: Doutora em Educação pela Unicamp, pesquisadora do CNPq e membro da Abed (Associação Brasileira de Educação a Distância);
- Oreste Preti: Mestre em Educação pela Universidade de São Carlos, experiente na área de Educação, com ênfase em Educação a Distância.

Antes mesmo de comentarmos os trabalhos dos autores mencionados acima entendemos que seria importante buscar alguns elementos essenciais para a construção de nossa pesquisa, tais como, o conceito de educação a distância, como este conceito se aplica a área da saúde.

Tomamos como ponto de partida a busca destes elementos para mapeamento do cenário, porém, não foi possível identificar a definição clara e objetiva de um único conceito de Educação a Distância na literatura. Observamos que existe uma diversidade de idéias que são defendidas por estudiosos do assunto, mas que não estão concentradas ou direcionadas para um único conceito ou apoiadas em teorias educacionais pré-existentes no meio acadêmico. Essa “diversidade” observada nas definições de EAD parece indicar até o momento, o surgimento de diferentes usos como modalidade de ensino, tecnologia

educacional, entre outros, e também, o impacto recente que as tecnologias de comunicação e informação tem produzido no campo do ensino.

A dificuldade de localizar uma definição do conceito na literatura nos levou a procurar identificar o pensamento defendido pelos pesquisadores da EAD, mencionados acima, destacando na produção científica dos mesmos algumas questões relevantes ao estudo e a partir desta identificação iniciar nossa análise.

Foi possível observar, na abordagem de Vani Kenski, que há uma preocupação marcante com a relação da docência e o ensino mediado pelas novas tecnologias de informação e comunicação - TICs<sup>9</sup>. Para Kenski a educação é como algo imenso e complexo que dificilmente é possível alcançar e refletir sobre todo o seu universo.

Para mim, educação abrange todos os momentos do ser, conscientes ou inconscientes, seus atos, seus pensamentos, seus desejos – manifestação da compreensão do que lhe falta – em todos os momentos de sua vida. (KENSKI, 2003, p.12).

Em suas idéias ela relata que a tradição de apresentar conceitos e informações já foi exclusiva da escola. Os conhecimentos eram transmitidos em instituições formais, de forma gradativa em espaços finitos e determinados. Ir à escola representava um movimento, um deslocamento para efetuar a tarefa de ensinar e aprender. O “tempo da escola”, conforme Georgen, 2010:

“Diria, numa palavra, que a escola precisa ter consciência de sua enorme responsabilidade ao intervir e dispor do espaço e do tempo dos educandos. Intervir sobre o espaço/tempo, dando um sentido desejado pode influenciar o destino de pessoas e de povos inteiros. E a escola tem parte nisso.” (GOERGEN, 2010).

A Escola simbolizava uma fase da vida reservada para aprendizagem sistematizada e conseqüente formação escolar. Hoje o que se desloca é a informação. “Em princípio, a revolução digital transforma o espaço educacional.”. (KENSKI, 2003, p.32)

Na concepção de Kenski, a era digital engendra, obrigatoriamente, novos comportamentos de aprendizagem, novas racionalidades e novos estímulos. A velocidade de seu alastramento obriga-nos a não mais ignorar sua presença e sua importância.

Esta pesquisadora sustenta que o modelo de educação vigente criado de acordo com os parâmetros da era industrial valoriza o ensino repetitivo e não atende as necessidades da

---

<sup>9</sup> Pesquisando nas várias definições existentes em livros, textos, Internet, revistas, etc., podemos dizer que TIC é um conjunto de recursos tecnológicos que, se estiverem integrados entre si, podem proporcionar a automação e/ou a comunicação de vários tipos de processos existentes nas atividades profissionais, no ensino e na pesquisa científica, na área bancária e financeira, religiosa, etc. Ou seja, são tecnologias usadas para reunir, distribuir e compartilhar informações, como exemplo: sites da Web, equipamentos de informática (hardware e software), telefonia, quiosques de informação e balcões de serviços automatizados. (MENDES, 2010).

sociedade da informação<sup>10</sup>. O amplo acesso e uso das novas tecnologias condicionam a reorganização dos currículos que resultam em mudanças radicais no ambiente educacional.

Kenski (2003) diz que a lógica burocraticamente hierarquizada e centralizada que estrutura as instituições educacionais está muito distante das necessidades da sociedade da informação que giram em torno de práticas de compartilhamento, integração, colaboração e participação integradas entre pessoas e instituições e por conta disso a relação entre a educação e novas tecnologias requer novos posicionamentos políticos e de gestão da educação.

Observamos o termo ‘sociedade da informação’ ser recorrente no discurso da autora, tanto na questão de novos paradigmas que nela se apresentam quanto na geração de suas demandas que emergem neste momento onde as transformações acontecem num ritmo cada vez mais frenético.

Cabe destacar que:

Na década passada, “sociedade da informação” foi, sem dúvida, a expressão que se consagrou como o termo hegemônico, não porque expresse necessariamente uma clareza teórica, mas graças ao batismo que recebeu nas políticas oficiais dos países mais desenvolvidos e a glorificação que significou ter uma Cúpula Mundial dedicada à sua honra. (BURCH, 2006)

A jornalista Sally Burch escreveu o artigo “Sociedade da informação/Sociedade do conhecimento”, publicado na França em 2005 em uma coletânea denominada ‘O desafio das Palavras’. Em seu artigo Burch resgata as origens do termo “sociedade da informação” e descreve que em 1973 o sociólogo estadunidense Daniel Bell introduziu a noção da “sociedade de informação” em seu livro O advento da sociedade pós-industrial. (BURCH, 2006).

Por sua vez, segundo Bell, o conhecimento será a base de toda estrutura econômica e social para a sociedade da informação. (BELL, 1976)

Nos anos 90, a expressão reaparece com força, incrementada pelo desenvolvimento da Internet e das TICs, conforme afirma Burch:

A partir de 1995, foi incluída na agenda das reuniões do G7 (depois, G8, onde se reúnem os chefes de Estado ou governos das nações mais poderosas do planeta). Foi abordada em fóruns da Comunidade Européia e da OCDE (os trinta países mais desenvolvidos do mundo). (BURCH, 2006).

---

Também no Banco Mundial e em várias agências das Nações Unidas foi adotada, assim como pelo governo dos Estados Unidos.

O conceito de “sociedade da informação” como construção política e ideológica se constituiu afinado aos propósitos neoliberais, contribuindo com suas meta de acelerar a instauração de um mercado globalizado aberto e “auto-regulado”.

Os organismos internacionais também colaboraram com esta política incentivando os países periféricos a abandonarem as regulamentações nacionais ou medidas protecionistas em prol da chegada de novos investidores externos, muito embora com consequências agravantes dos abismos entre ricos e pobres no mundo.

No final do século, com a saturação dos mercados de ações da indústria das TICs intensificam-se as pressões com relação aos países em desenvolvimento para abertura das vias ao investimento das empresas em busca de novos mercados para absorver seus excedentes de lucros.

A partir de 2000 é possível perceber o papel-chave que as tecnologias da comunicação desempenharam na aceleração da globalização econômica, conforme diz Burch sobre as TICs:

Sua imagem pública, está mais associada aos aspectos mais “amigáveis” da globalização como a Internet, a telefonia celular e internacional, a TV via satélite, etc. Assim, a sociedade da informação assumiu a função de “embaixadora da boa vontade” da globalização, cujos “benefícios” poderiam estar ao alcance de todos, se pelo menos fosse possível diminuir o “abismo digital.” (BURCH, 2006)

O fato que nos intriga e nos faz pensar é: afinal quais são e de onde vem as “necessidades da sociedade da informação”? Neste momento não iremos nos deter nestas perguntas abrimos apenas um parêntese para mais tarde voltar a pensar nestas questões.

A autora considera que a delimitação da política voltada para democracia precisa contemplar a descentralização, a autonomia, a responsabilidade, a participação e a qualidade, além de tornar prioritário alguns princípios, entre os quais: o acesso amplo e de múltiplas formas, de todos os cidadãos à educação; reorganização estrutural do sistema e das instituições educacionais; a formação e aperfeiçoamento permanente de profissionais da educação e um projeto de ensino construído de forma participativa e coletiva voltado para todos, de forma não excludente.

No final do século XX foi possível identificar nas diretrizes políticas dos organismos internacionais orientações preconizadas para o atendimento das necessidades do mundo em transformação apontando para a estruturação de uma nova sociedade, ‘A Sociedade do Conhecimento’. Conforme nos indica Neves e Pronko:

As diretrizes políticas dos organismos internacionais durante a última década do século XX se dirigiam a “um mundo em transformação”, posto que ainda estava em processo a definição de uma nova divisão internacional do trabalho. Uma vez concluído esse processo, as diretrizes gerais e setoriais dos organismos internacionais se dirigiram para a construção da “sociedade do conhecimento”. (NEVES; PRONKO, 2008, p.65)

Nos parece que tais diretrizes foram inseridas nas políticas educacionais em vários momentos: no período FHC e aprofundadas no primeiro governo Lula através da valorização da formação voltada para o mercado de trabalho.

O caráter antipopular da política educacional neoliberal pode ser atestado por quatro características de suas políticas sociais, presentes claramente, no campo educacional: privatização, focalização, descentralização dos encargos e a participação na execução. Essas características de mantiveram no primeiro governo Lula da Silva, que as atualiza e aprofunda (NEVES; PRONKO, 2008 p.66)

A política do governo Lula da Silva não pretendeu alterar a diferenciação instalada. Ela tem tentado dar maior organicidade a essa política do governo anterior, redefinindo o pragmatismo exacerbado de suas ações, por meio de uma articulação mais estreita entre educação geral e formação técnica, ajustando-se assim à diretriz educacional dos organismos internacionais de recuperação de uma “educação humanista ou educação geral para todos”, em tempos de “sociedade do conhecimento” (NEVES; PRONKO, 2008, p.74)

Percebemos que as bases do projeto de uma nova sociedade foram tecidos cuidadosamente e enxertados nas políticas públicas dos governos comprometidos com os organismos internacionais fazendo com que coincidam entre si.

Essa ênfase dada à formação para o trabalho complexo no primeiro governo Lula da Silva coincide com as redefinições das políticas dos organismos internacionais para a educação escolar da nova “sociedade do conhecimento” – a sociedade do século XXI –, quando as diretrizes para a educação superior científica e tecnológica passam a ser consideradas de modo mais sistemático e incisivo. (NEVES; PRONKO, 2008, p.72)

Desta forma as transformações estão significativamente mediadas pelas políticas dos organismos internacionais para a educação do século XXI para inserção do Brasil na produção do conhecimento necessário à nova “sociedade do conhecimento”.

Segundo Neves e Pronko (2008) ocorreram mudanças na formação para o trabalho complexo, em dois momentos próximos: O primeiro relativo aos ajustes estruturais e superestruturais com vistas a retomar, com segurança, o processo de crescimento econômico interrompido pela crise mundial do capitalismo “industrial”, para formação para o trabalho em “um mundo em transformação”. O segundo favorecido pela ampliação acelerada das tecnologias de informação e comunicação – TICs contribuindo fortemente com vistas à construção de uma nova sociedade – a “sociedade do conhecimento”.

Embora a privatização e a fragmentação continuem a orientar a política de formação para o trabalho complexo dos organismos internacionais até os nossos dias, elas passam, no limiar do XXI, a se incluir entre as diretrizes gerais do capital para estruturação da chamada “sociedade do conhecimento”, marcada 1) pela disseminação acelerada da segunda onda tecnológica, consubstanciada no uso intensivo das TICs, que, segundo o BM-Unesco, vem modificando “o modo como o conhecimento é desenvolvido, adquirido e transmitido” e “tornando o diálogo permanente que transforma a informação em conhecimento e compreensão” um diálogo fundamental (UNESCO, 1998, art. 12) e, concomitantemente, 2) pelo aumento da desigualdade social mundial. (NEVES; PRONKO, 2008, p.110)

Para Neves e Pronko, a explicação para a necessidade das mudanças, segundo os organismos internacionais é que o capital físico vem perdendo seu valor absoluto como fonte de riqueza “concentrada nas fábricas, na terra, nas ferramentas e maquinarias”, e ampliando o seu poder através do “conhecimento, das habilidades e do engenho dos indivíduos” decisivos para o desenvolvimento da economia mundial. (BANCO MUNDIAL, 2000)

Para organizar essa “nova” sociedade, o Estado mínimo dos anos de neoliberalismo ortodoxo foi reestruturado (BM, 1997). Seu “fundamentalismo de mercado”, expressão cara aos intelectuais orgânicos da sociedade do conhecimento adeptos da terceira via e/ou do novo desenvolvimentismo (NEVES; PRONKO, 2008, p.111-112,)

Os organismos internacionais reservam à educação superior na sociedade do conhecimento a tarefa estratégica de formar intelectuais urbanos de novo tipo que eduquem o consenso dessa “nova” sociedade de acordo com os novos imperativos do capital, não só na fábrica mas na sociedade em seu conjunto (NEVES; PRONKO, 2008, p.116)

Neste contexto a educação profissional toma contornos cada vez mais expressivos devido a necessidade de formação de profissionais para atuarem diretamente na produção, na aparelhagem estatal e em diferentes espaços da sociedade civil na nova “sociedade do conhecimento”. Por conta disso a pós-graduação brasileira, que até os anos finais do século XX esteve voltada para a efetivação de atividades de pesquisa, passou a se constituir também, de forma significativa, em espaço de formação de “capital humano” especializado para todos os segmentos do mercado de trabalho e de convivência social, incluindo é claro o campo da Saúde.

Apenas considerando esta breve reflexão sobre a abordagem dos pontos apresentados acima podemos apreender que Kenski (2003) tem uma visão ampliada sobre as possibilidades da educação que, no entanto, requerem diversas adequações para que venham a ser colocadas em prática. Seria como dizer que o mundo mudou mas não se preparou para lidar com estas mudanças, assim, nos encontramos num processo de busca de adaptações e atualizações as condições atuais da sociedade que incluem as formas de ensinar e aprender.

Neste sentido, podemos dizer que a EAD vem se configurando como um processo de oferta e procura que algumas vezes se apresenta com a pretensão de preencher lacunas no universo das necessidades educacionais da sociedade em que vivemos. Essa presença da EAD vem ganhando força porque carrega consigo muitos ingredientes que correspondem as demandas desta nova sociedade ainda em construção e conseqüentemente atendem as necessidades do novo homem que nela vem se configurando. É neste contexto onde tudo aparentemente é novo: nova concepção de educação, nova sociedade, novo homem e novo mundo onde a EAD tem se desenvolvido, em muitos casos como forma experimental e em outros, como opção estratégica para expansão do ensino, de idéias e conceitos, tudo isso mediado pela informação e pelo conhecimento como pano de fundo.

Nossa próxima pesquisadora, Maria Luiza Belloni, identificada como referência no assunto educação à distância, por conta dos diversos trabalhos publicados na área, refere-se ao pensamento de (BELLONI, 2001b) para afirmar que a EAD é um produto e um processo da modernidade: suas características básicas são semelhantes as das sociedades modernas como produção de massa e culturas de consumo e de gestão muito desenvolvidas. Belloni (2001) entende a educação como um campo extremamente complexo e resistente a mudança e, conseqüentemente existe a necessidade de uma melhor definição da EAD e da Aprendizagem Aberta, buscando escapar dos modelos economicistas.

A autora reservou um capítulo de um de seus livros para apresentar diversas definições da educação a distância, acredito que o seu propósito não foi apresentar um modelo descritivo daquilo que poderia se tornar na melhor definição da EAD mas, pelo contrário, sua pretensão foi exatamente mostrar que pela variedade de respostas e opiniões dos mais variados especialistas no assunto tais como: Moore, Perriaut, Peters e Keegan não é possível descrevê-la como um objeto com sentido e significado único, para confirmar esse entendimento podemos tirar como exemplo o pensamento de Peters que buscou explicar as particularidades da EAD com relação ao ensino convencional e ao mercado de trabalho a partir do contexto socioeconômico mais amplo.

Neste texto, encontramos algumas definições que podem caracterizar a EAD como:

Um termo que cobre várias formas de estudo, em todos os níveis de ensino, sem supervisão contígua e imediata presencial (HOLMBERG, 1977 apud BELLONI, 2003).

Ensino que não implica presença física de professores e alunos (Lei Francesa, 1977). Família de métodos instrucionais onde ensino e aprendizagem não acontecem simultaneamente (MOORE, 1973 apud BELLONI, 2003).

Uma relação de diálogo, estrutura e autonomia que requer meios técnicos para mediatizar a comunicação (MOORE, 1990 apud BELLONI, 2003).

Permite um alto grau de aprendizagem individualizada (CROPLEY ; KAHL, 1983 apud BELLONI, 2003).

Um termo genérico que inclui o elenco de estratégias de ensino e aprendizagem tais como: “educação por correspondência ou estudo por correspondência em nível pós-escolar no Reino Unido; “estudo em casa” em nível pós-escolar e “estudo independente” em nível superior nos EUA; Como “estudos externos” na Austrália e como ensino a distância pela Open University; Na França é referido como “tele-ensino”; Na Alemanha “estudo a distância” ou “ensino a distância”; em espanhol é “educação a distância” e em português é a “tele-educação” (PERRIAULT, 1996 apud BELLONI, 2003).

Sua função será suplementar ou reforçar a interação predominantemente a distância (TIGHT, 1988 apud BELLONI, 2003).

É um método de transmitir conhecimento, competências e atitudes com objetivo de reproduzir material de ensino de alta qualidade, o que torna possível instruir um maior número de estudantes, ao mesmo tempo, onde quer que eles vivam. É uma forma industrializada de ensino e aprendizagem (PETERS, 1973 apud BELLONI, 2003).

Segundo Belloni (2003) o que é possível perceber como parâmetro em comum a todas as definições apresentadas é a distância, entendida como espaço, separação entre o aluno e o professor, porém, o que realmente vale destacar é o fato da não-unanimidade em torno do assunto.

Outra característica que também podemos destacar é a utilização da tecnologia, cada dia mais avançada que demanda uma estrutura organizacional complexa e que são considerados como elementos essenciais à EAD.

Segundo Little (1995), a autonomia é uma *capacidade* - de distanciamento, reflexão crítica, tomada de decisões e ação independente. Ele acredita que a autonomia pressupõe, mas também requer, que o aluno desenvolva um tipo particular de relação com o processo e conteúdo da sua aprendizagem e pode ser demonstrada tanto na forma como o aprendente aprende, como na maneira de transferir o que foi aprendido, para contextos mais amplos.

Voltando aos pesquisadores, Belloni (2001b) destaca o pensamento de Peters que, segundo ela, provocou muita polêmica ao introduzir conceitos da economia e da sociologia industrial para definir a EAD. Para a autora, ele buscava entender as particularidades da EAD não pelo que é, mas, a partir do contexto socioeconômico mais amplo com relação ao ensino convencional e ao mercado de trabalho. Para Peters:

A EAD implica a divisão do trabalho de ensinar, com a mecanização e a automação da metodologia de ensino. A relação professor/estudante é essencialmente diferente da que ocorre no ensino convencional. Outros autores como Evans e Nation acreditam que falta ao campo da EAD uma reflexão teórica que fundamente as práticas no sentido de desconstruir o industrialismo instrucional dominante na EAD e construir novas formas de educação adequadas ao mundo pós-industrial. (BELLONI, 1975 p.157)

Nossa próxima referência literária é Oreste Preti. Em seu livro *Educação a Distância: construindo significados*, ele reúne alguns textos, entre eles um texto de Pedro Demo:

Teleducação e Aprendizagem: busca da qualidade educativa da teleducação que reforça o objetivo fundamental da EAD que segundo ele, não consiste em substituir a didática obsoleta e nem incrementar a aula com efeitos especiais e sim utilizar os recursos que dispõe e assumir um compromisso com a aprendizagem dos alunos.

Neste texto Demo critica a tendência instrucionista da EAD, pois reduz o aluno a objeto, como é comum na didática do ensino com base na aula meramente expositiva e reprodutivista. Demo compreende que é preciso estar atento ao caráter ambivalente da aprendizagem porque segundo ele, o mesmo saber pensar que facilita a emancipação também pode reproduzir a ignorância.

A aprendizagem é vista, assim como fenômeno tipicamente reconstrutivo, além de político, porque neste processo surge um sujeito capaz de história própria. Na aprendizagem não só se maneja conhecimento, como também se forja habilidade emancipatória do ser humano, tornando-o capaz de sair da condição de massa de manobra. Daí não se segue que somente aprendemos o que nos emancipa, porque a direção pode voltar-se pelas avessas, quando nos tornamos competentes na habilidade de imbecilizar ou outros. (PRETI, 2000, p.149).

Outro ponto interessante a ser destacado é tendência do virtual se sobrepôr ao presencial, Demo diz que futuramente será difícil convencer os jovens a comparecerem nas escolas e universidades para assistirem aulas, porque isto pode ser feito virtualmente com maior proveito, graça e escolha. Em contraponto diz que a aprendizagem, sobretudo por sua face da politicidade, exige também presença física para atender a necessidade dos seres humanos no que se refere ao estabelecimento de relações pedagógicas mais profundas, mas também é indesejável a total presença física, como ainda acontece hoje.

O autor considera que na EAD encontram-se algumas facilidades que podem se constituir como alvo da exploração do mercado, porém correspondem a potencialidades reais, além disso, é possível aproveitar a virtualidade para abrir outras alternativas de estudo, pesquisa, encontros, grupos, orientação, avaliação, desde que nunca exclusivas ou destituídas do caráter reconstrutivo político. “Não se pode reduzir o mundo da formação no mundo da informação.” (PRETI, 2000). Ele também considera que não se pode deixar de reconhecer o potencial da EAD no sentido da democratização do acesso.

Refletindo sobre estas idéias entendemos que de modo geral a visão do autor em relação a EAD é de ter a mão outras alternativas para ensinar e aprender. Também percebemos o reconhecimento da potencialidade da EAD que considera positivas se bem empregadas, porém, há alguns aspectos colocados que nos parecem não ser exatamente uma previsão aceitável por todos. O fato do avanço das possibilidades tecnológicas e a apropriação de seus recursos serem cada vez maiores não quer dizer que passaremos a viver totalmente

virtualmente conectados e ao mesmo tempo desconectados uns dos outros. O ambiente acadêmico parece atrair os jovens, ir a universidade, fazer parte de uma instituição de ensino de renome, realizar um curso de graduação ou pós-graduação é muitas vezes motivo de orgulho e satisfação para muitos alunos. Neste ponto tendemos a discordar de Demo.

Preti, (2000) em *Autonomia do Aprendiz na Educação a Distância: significados e dimensões* ele nos revela sua compreensão das fragilidades identificadas na EAD. Ele as chama de “Calcanhar de Aquiles”. A questão é a aprendizagem individual, que engloba a ausência física de alunos e professores e requer um maior grau de responsabilidade por parte do aluno quanto ao processo de desenvolvimento e formação.

O autor distingue e retrata alguns fatores que precisam ser considerados na EAD.

- Político-social: aumento da taxa de desemprego alinhado a introdução de máquinas inteligentes, desqualificação dos trabalhadores e a política do Estado mínimo.
- Econômico: Como qualificar sem onerar os cofres públicos e empresas diante da redução do investimento na educação.
- Tecnológico: os atuais meios tecnológicos possibilitam a interação do professor não apenas com uma sala de aula e limitado número de estudantes e sim com centenas.
- Pedagógico: a escola atual não é atraente e se constitui num obstáculo ao trabalhador que precisa de algo mais leve e flexível melhor adaptado a sua realidade.

Observamos que o autor traz à tona a questão da autonomia relacionando-a com o perfil de grande parte da clientela da EAD, o adulto trabalhador. Baseando-se nos resultados de uma pesquisa realizada em Quebec, nos anos 80-81, Preti (2000) concluiu que o adulto não somente tem possibilidade para conduzir sua formação, como a maioria deles, a busca, tornando-se um terreno fértil e dinâmico para a EAD. Porém, não basta apenas estar consciente daquilo que quer aprender, segundo o autor os componentes de organização do sistema em EAD têm um peso que influenciará no resultado final, ou seja, na possibilidade de construção da autonomia dos estudantes ao longo do processo.

Para falar de autonomia, o autor faz um resgate do significado da origem da palavra no grego: *autos* (próprio, a si mesmo) e *nomos* (lei, norma, regra). Significava a capacidade de cada cidade de autogovernar, pleno direito a liberdade política e econômica e por outro lado, recusa a subjugação a um rei, afirmação do ser cidadão e a negação do ser escravo. Seguindo este raciocínio entendemos que autonomia representa desconcentração do poder. Na relação

pedagógica, diz o autor, significa reconhecer no outro sua capacidade de ser, de participar, de decidir entendendo a educação como um ato de liberdade e de compartilhamento. Outro sentido seria a capacidade que o sujeito tem de “tomar para si” sua própria formação e tornar-se sujeito e objeto de formação para si mesmo.

Finalizando, entendemos que para que a EAD possa ser considerada uma prática de aprendizagem autônoma, caberia registrar o conceito de práticas e sistemas alternativos:

“A EAD para ser uma educação alternativa, tem que possuir as seguintes características: ser participativa, partir da realidade e fundamentar-se na prática social do estudante, promover nos agentes do processo atitudes críticas e criativas, abrir caminhos à expressão e comunicação, promover processos e obter resultados, fundamentar-se na produção de conhecimentos, ser lúdica, prazerosa e bela, desenvolver atitudes de pesquisa.” (PRETI, 2000, p.143).

Uma breve reflexão sobre os assuntos abordados pelo autor nos faz compreender que o conceito da EAD para Preti revela particularidades que se aplicam a esta modalidade de ensino e, portanto, se diferenciam do ensino presencial, mas também levanta questões fundamentais para aprendizagem de modo geral como o exemplo da questão da autonomia do sujeito. Podemos afirmar que ele nos coloca as possibilidades da EAD como pontos positivos porém sem deixar de reconhecer a devida cautela que é preciso ter para que aconteça “o ato educativo e não a instrução”. (PRETI, 2000, p.143).

Nossa próxima e última referência analisada neste momento é a compreensão da EAD segundo o pensamento de Silva (2003). Para realizar esta tentativa de compreensão tomamos por base a coletânea de textos organizada pelo autor em quatro partes: fundamentos da aprendizagem online; ambientes virtuais de aprendizagem; a legislação específica e a formação corporativa. Nossa pretensão não é dissecar o teor da obra, mas observar as questões mais expressivas ou recorrentes encontradas em alguns textos.

O autor inicia com a abordagem de um fenômeno: exaustão e impressão que tudo muda repentinamente. No alvorecer da EAD, alguns previam o fim do presencial e possibilidades de lucros infinitos com a distribuição dos cursos em massa a custos desprezíveis, porém a ilusão durou pouco, pois na realidade os cursos tinham altíssima evasão e quando contavam com boa qualidade e frequência custavam o mesmo ou ainda mais que os cursos equivalentes na modalidade presencial a não ser que a escala fosse enorme como na experiência da *Open University* Inglesa.

Diante destas limitações, o próximo passo foi a adoção de propostas híbridas, “o ideal era não fazer tudo online, mas misturar o melhor da educação presencial com o melhor da sua versão online”. (SILVA, 2003, p.35).

Segundo Silva, o que ficou claro é que a EAD não é nenhuma novidade, o fato novo seria transformar a educação em produto de consumo de massa, e estimular o consumismo, neste caso estão sendo criadas necessidades tais como: reciclagem profissional, aprendizado de novas habilidades e produtos educacionais (cursos em CD-ROM, livros etc.) sem a correspondente criação de condições para o consumo. Esta crítica apresenta a proposta de considerar a internet como matéria prima ao invés de ambiente pré-construído. É melhor utilizar o espaço da internet para que os próprios alunos construam seus ambientes, assim como a produção do material didático.

Em vez de proibições, estimular as possibilidades e a responsabilidade cidadã de cada aprendiz (...). Em vez da preponderância exclusiva da visão mercantilista, a recuperação e a valorização de sua função pública, inclusiva e de resistência. (SILVA, 2003, p.37).

Uma das autoras da coletânea é Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida, cujo texto: Educação, Ambientes Virtuais e Interatividade onde são colocados como desafios para a EAD os mesmos desafios que são colocados para o sistema educacional em sua complexidade.

A autora diz que não se trata de colocar a EAD em oposição ao presencial, mas entender que existe muito em comum, ou em outras palavras, compreender a complexidade da EAD implica estudar os fundamentos tanto da educação virtual como do presencial.

Na segunda parte do livro encontramos alguns estudos de casos que apresentam suas experiências relatando pontos positivos e negativos na prática da EAD. Como por exemplo:

- Ambientes Virtuais de Aprendizagem - AVAs podem auxiliar os docentes a disponibilizar os conteúdos didáticos na Web e oferece serviços integrados de comunicação
- O AVA possibilita não só a construção de algumas trajetórias coletivas mas futuros passos em direção a novas redes de significados, novos projetos e novos projetistas.
- O sistema, por si só não propicia uma colaboração efetiva, pois não se enxerga o grupo coletivo: a ênfase quase sempre é no indivíduo.
- Um grupo não se reconhece como tal enquanto não houver um grau mínimo de coesão ou atração.
- É necessária a oferta de suporte contínuo para viabilizar as atividades a serem desenvolvidas ao longo do curso.

Observamos ainda a preocupação em classificar e descrever como se dá a atuação dos diversos profissionais envolvidos nos processos de EAD numa perspectiva de abordagem

multidisciplinar (Web-roteirista, conteudista, web-designer, programador, instrucional designer, professores, tutores, técnicos revisores, entre outros).

A terceira e última parte do livro que utilizaremos para análise, ocupa-se da legislação específica da EAD. Na LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – no art.80 observamos as atuais determinações sobre a EAD em síntese:

- a) o poder público deve incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância;
- b) O ensino a distância desenvolve-se em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada;
- c) a educação a distância organiza-se com a abertura e regime especiais;
- d) a educação a distância será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União;
- e) caberá a União regulamentar requisitos para realização de exames para registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância. (BRASIL, 1996)

Antes da LDB os programas de EAD eram classificados como experimentais, posteriormente o tema foi se ampliando e ganhando espaço no meio acadêmico com crescente frequência numa enorme quantidade de artigos. Silva (2003) classificou entre as principais as seguintes abordagens:

- a) suas possibilidades de abertura e ampliação de oportunidades de acesso a uma educação de qualidade, como resposta adequada às exigências de mais e melhor formação em uma modernidade globalizada e competitiva;
- b) sua consistência como solução de problemas e dificuldades colocados pela falta de disponibilidade de tempo de candidatos a cursos de diferentes níveis e modalidades, pela exigüidade de espaços e carência quantitativa e qualitativa de agentes educacionais para seu atendimento;
- c) seu real valor como instrumento eficaz de renovação e mudança de paradigmas pedagógicos diante das limitadas potencialidades das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. (SILVA, 2003, p.398-399).

Não há dúvidas que a abertura da legislação para EAD colaborou para impulsionar seu avanço, porém, se considerarmos o crescimento da modalidade ao longo de mais de uma década veremos que esse não foi o fator primordial para sua expansão.

Por último destacamos o texto Regulamentação da Educação a Distância: caminhos e descaminhos do Prof. Lobo Neto. Segundo ele, a EAD vista como uma estratégia para ampliação do acesso, deve aprofundar a relação do projeto pedagógico com o projeto histórico, político e cultural da sociedade brasileira e, portanto, essa seria a chave para compreendermos quais são as necessidades e pré-requisitos essenciais para o desenvolvimento dos projetos de EAD e como deveriam ser o processo de avaliação no cenário da educação brasileira.

Nesta linha de pensamento, o primeiro ponto capaz de avaliar se o programa de EAD é uma proposta de qualidade será na identificação do seu projeto político pedagógico e sua vinculação com o contexto histórico. Como confirma o autor:

A Educação a distancia é uma forma de fazer educação e, portanto, como educação, está necessariamente vinculada ao contexto histórico, político e social em que se realiza como prática social de natureza cultural. (...) A EAD, portanto, como estratégia de ampliação das possibilidades de acesso a educação necessariamente se compromete com o projeto pedagógico e, por meio dele, com o projeto histórico, político e cultural da sociedade. (SILVA, 2003, p.405).

É possível afirmar que muitos projetos pedagógicos de cursos ofertados na área da saúde na modalidade EAD não têm a preocupação primordial de não se desvincular dos princípios do SUS que regem a política de saúde pública no país.

Pelo contrário podem configurar-se num amontoado de números que aumentam a quantidade de alunos matriculados a cada ano, mas que não expressão sua qualidade ate mesmo devido ao elevado índices de evasão registrados.

Concluindo é possível ressaltar o fato dos autores concordarem que a EAD como modalidade de ensino é educação como na modalidade presencial e por conta disso possui os mesmos desafios e potencialidades. Em outras palavras, a educação presencial e a educação a distância possuem mais semelhanças do que diferenças e não devem ser vistos como opostos e sim como complementares um ao outro.

Nossa pretensão foi a de tentar identificar o conceito de EAD na concepção dos autores que estudamos e posteriormente relacionar tal conceito com a educação profissional na saúde. Ainda não foi possível avançar até este ponto, porém, podemos afirmar que se de modo geral não foi possível evidenciar um conceito único e particular relacionado a EAD, também de igual modo, será difícil identificar o conceito de EAD na Saúde.

Abaixo destacamos as principais concepções dos pesquisadores sobre EAD nas duas vertentes estudadas. Lembramos trabalhamos com dois autores de coletâneas e por conta disso destacamos textos de outros autores contidos em suas obras conforme o quadro abaixo:

## CONCEPÇÕES DE EAD

AUTORES	NOVO MODELO DE EDUCAÇÃO	MEDIAÇÃO DAS TICs
<b>KENSKI</b>	nova aprendizagem, novas racionalidades e novos estímulos. Novos posicionamentos políticos e de gestão da educação.	A docência mediada pelas TICs. A ampliação do acesso
<b>BELLONI</b>	produto e processo da modernidade. Ampliação da relação com mercado de trabalho. falta reflexão teórica que fundamente as práticas e para construir novas formas de educação adequadas ao mundo pós-industrial.”	O Processo de busca de adaptações e atualizações as condições atuais da sociedade que incluem as formas de ensinar e aprender. Demanda uma estrutura organizacional complexa.
<b>PRETI</b>	potencial para democratização do acesso. A tendência <b>instrucionista</b> reduz o aluno a objeto. outras alternativas de estudo, pesquisa, encontros, grupos, orientação, avaliação, desde que nunca exclusivas ou destituídas do caráter reconstrutivo político. <b>Pedro Demo</b>	Aprendizagem individual com maior grau de responsabilidade por parte do aluno. Deve assumir um compromisso com a aprendizagem dos alunos. <b>Pedro Demo</b>
<b>SILVA</b>	Produto de consumo de massa, e estimular o consumismo. <b>Paulo Blikstein e Marcelo Zuffo</b> Não se opõe ao presencial, existe muito em comum. Compreender sua complexidade implica estudar seus fundamentos. <b>Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida</b>	abertura e ampliação de oportunidades de acesso uma resposta adequada às exigências da modernidade globalizada e competitiva solução pela falta de tempo, de espaços e carência de agentes educacionais. valor como instrumento eficaz de renovação e mudança de paradigmas pedagógicos. <b>Lobo Neto</b>

Quadro 2

Fonte: o autor

## 5 AS DIMENSÕES DA EAD

Baseando-se nas concepções de Educação a Distância que identificamos ao realizar a revisão da literatura, tendo em vista os trabalhos de alguns pesquisadores considerados como referência no estudo da EAD no Brasil e no mundo obtivemos uma síntese que nos levou a delimitar duas vertentes de EAD que defendem posições distintas: a concepção que traz a idéia de “**um novo modelo de educação**” e a concepção que adota o modelo de “**mediação das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs**” porém, para melhor compreensão do assunto serão didaticamente apresentadas separadamente.

Com a finalidade de organizar o pensamento optou-se por um mapeamento do objeto cujo ponto de partida será dar clareza sobre “o que estamos pesquisando”. Partindo-se destes pressupostos percebemos a importância de identificar três dimensões da EAD.

A dimensão epistemológica, a dimensão política e a dimensão da gestão que integram a EAD e vão nos ajudar a compreender as questões abordadas neste estudo.

### 5.1 A DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA

Chamamos dimensão epistemológica aquela que diz respeito aos aspectos e influências cognitivas, de base filosófica que instituem saberes e práticas distintas a partir do campo estudado. Neste sentido, na dimensão epistemológica, observamos propostas de EAD que utilizam duas nomenclaturas distintas e precisam ser analisadas. A questão é qual a diferença entre Educação a distância e Ensino a distância?

Percebemos a existência desta distinção não somente em instituições que desenvolvem a propostas de EAD, como também na literatura, mas afinal existe diferença? Qual é a definição mais aceitável no meio acadêmico para descrever o significado da Educação a distância e do Ensino a distância.

Chaves (1999), considera o termo Educação a Distancia como totalmente inadequado, segundo o autor:

A educação e a aprendizagem são processos que acontecem, de certo modo, dentro da pessoa - não há como possam ser realizados a distância. Tanto a educação como a aprendizagem (com a qual a educação está conceitualmente vinculada) acontecem onde quer que esteja o indivíduo que está se educando ou aprendendo. (CHAVES, 1999, p.29-43).

Este mesmo autor entende o termo Ensino a Distância perfeitamente possível e afirma fazer sentido, porque quem ensina está fisicamente separado daquele que aprende:

Quando aprendemos através de um livro que foi escrito para nos ensinar alguma coisa, ou assistimos a um filme, um programa de televisão, ou um vídeo que foram feitos para nos ensinar alguma coisa, etc. A expressão "ensino a distância" faz perfeito sentido aqui porque quem está ensinando -- o "ensinante" -- está "especialmente distante" (e também distante no tempo) de quem está aprendendo -- o "aprendente". (O termo "distância" foi originalmente cunhado para se referir ao espaço, mas pode igualmente bem ser aproveitado para se referir ao tempo). (CHAVES, 1999, p.29-43).

Entendemos que é praticamente impossível existir uma única definição para Educação ou Ensino que possamos considerar como correta e adequada à utilização em qualquer contexto, ocorre que seu significado poderá ser apropriado de maneiras diferentes de acordo com as intencionalidades de quem o utiliza.

Sabemos que há muitas outras questões que merecem atenção e que podem, ou não, estar relacionadas com essa diferenciação nas nomenclaturas Educação/Ensino. Entre elas, a concepção filosófica que orienta a proposta pedagógica de uma escola, seus referenciais teóricos metodológicos, o projeto político pedagógico, as metas e objetivos que se pretende alcançar e os princípios as quais estão vinculados para que possa ser coerente com a escolha do nome que melhor o identifica.

Existem entendimentos distintos acerca da Educação e do Ensino que podem ser observados na literatura, na legislação e até mesmo no dia a dia das pessoas. É possível que em alguns casos os termos Educação e Ensino sejam utilizados como sinônimos, observamos este fato, até mesmo em alguns dicionários que definem o sentido destes termos de maneira bastante semelhante.

Encontramos no dicionário Houaiss, entre outras, as seguintes definições para educação:

Ato ou processo de educar(-se), qualquer estágio desse processo, aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano, pedagogia, didática, ensino, o conjunto deste métodos, pedagogia, instrução, ensino, conhecimento e desenvolvimento resultante desse processo, desenvolvimento metódico de uma faculdade, de um sentido, de um órgão, conhecimento e observação de costumes da vida social, civilidade, delicadeza, polidez, cortesia. (HOUAISS, 2001, p.1100-1101).

E para o verbete ensino:

Ato ou efeito de ensinar, ensinamento, transferência de conhecimento, de informação, especialmente de caráter geral, na maioria das vezes em local destinado a esse fim (escola, oficina, etc), instrução, principal meio de educação, fino trato, cortesia, civilidade, experiência adquirida por meio de fato vivenciado, lição, ato ou efeito de adestrar, de habilitar, amestramento, treinamento. (HOUAISS, 2001, p. 1158-1159).

Neste exemplo, observamos que as caracterizações dos termos algumas vezes se confundem e se repetem: educação é definida como instrução/ensino e, ensino é definido como transferência de conhecimento/informação, dando a entender que ensinar e educar são sinônimos. Observamos que ensino também pode ser definido como disciplinamento.

Em Durkheim (1999): “a educação é uma socialização da jovem geração pela geração adulta”, porém, no cotidiano, encontramos pessoas que consideram que para ter educação é preciso freqüentar a escola, pois uma pessoa bem educada é aquela que possui bom nível de escolaridade.

Segundo Brandão: A educação existe onde não há escola e por toda parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. (BRANDÃO, 2010)

Na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº9394/96 é utilizado o termo “sistema de ensino”, em algumas situações para identificação de questões referentes a Educação como direito universal do cidadão.

No 4º Congresso Nacional de Educação – 4º CONED realizado no Estado de São Paulo em 2002, observamos a seguinte referência no eixo 1- organização e avaliação da educação nacional:

A CF/1988 utiliza a expressão “sistema de ensino”, em lugar de Sistema Nacional de Educação, não explicitando claramente a intenção de organizá-lo. Além disso, a troca de “educação” por “ensino” não se resume a uma simples questão semântica. Tanto do ponto de vista filosófico como operacional, a diferença entre *educação* e *ensino* está na abrangência conceitual do primeiro, que extrapola a simples configuração de níveis e modalidades de ensino, implicando a busca de articulação das várias áreas que compõem os direitos sociais, cujo atendimento tem a ver com o grau de cidadania e humanidade que se deseja alcançar. Ao contrário, o conceito de *ensino* restringe-se à mera organização administrativa e burocrática da rede escolar. (CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002)

Não somente nestes exemplos podemos evidenciar a troca de “Educação” por “Ensino”, no nosso objeto de pesquisa, partindo deste pressuposto, observamos muitas vezes os termos Educação a Distância e Ensino a Distância sendo utilizados para identificar um mesmo curso ou programa em momentos distintos. Ai surge a questão, afinal estamos falando de Educação ou de Ensino?

Ainda em Chaves (1999), encontramos referências que firmam ser a aprendizagem decorrente de um processo bem-sucedido de ensino, ocorrendo dentro do indivíduo e, portanto, o mesmo ensino que pode resultar em aprendizagem para algumas pessoas pode ser totalmente ineficaz em relação a outras. Para ele, por causa disso, e do nexos conceitual entre educação e aprendizagem, existem autores que não concordam que possamos educar outra

pessoa. Segundo Chaves (1999), Paulo Freire mesmo, em *Pedagogia do Oprimido*, afirma que "ninguém educa ninguém" – embora acrescenta que ninguém se educa sozinho. Nesta visão, a educação, como a aprendizagem, de que ela depende, é um processo que ocorre dentro do indivíduo, e por conta disso só pode ser gerado pela própria pessoa, ainda que em interação com os seus semelhantes, com a natureza, com a cultura ao seu redor.

De certo esta reflexão não se esgota aqui, porém a distinção entre Educação e Ensino aparentemente representa não apenas uma disputa conceitual, mas também a disputa por projetos sociais neste campo, do qual a EAD parece reproduzir e atualizar.

Neste sentido podemos perceber que muitas vezes por de trás da questão semântica existe uma base filosófica que a ampara. Sabemos que existem propostas calcadas nos fundamentos da educação crítica e humanística assim com propostas que acreditam que é desnecessário que os alunos percam tempo estudando filosofia, artes ou literatura quando o que realmente seria necessário aprender é melhorar a produtividade da empresa, ser inovador e flexível, saber lidar com as situações de crise que o mundo globalizado vem vivenciando.

Corroborando com as idéias de sociedade da informação já discutida no capítulo 1 sobre a Educação Profissional em Saúde neste ponto começamos a perceber as duas concepções distintas para a EAD:

A concepção de um **“novo modelo de educação”** e a concepção do modelo que adota a **“mediação das TICs”**.

A primeira pode ser entendida como a resposta da educação para o projeto de um novo mundo, um novo homem de uma nova sociedade. Nesta concepção se insere a teoria do Capital Humano que está intimamente ligada ao novo modelo de educação que a EAD vem a se constituir.

Percebemos nesta concepção a presença das questões teóricas que apontam as falhas do sistema educacional, no que diz respeito a falência da atual estrutura da escola nos moldes tradicionais, com aulas e professores presenciais que necessitam da estrutura física e que tem hora determinada para começar e terminar. Como alternativa propõem uma nova lógica capaz de garantir espaços de busca que irão possibilitar a diminuição das desigualdades através da oferta de possibilidade de acesso ao ensino de qualidade que, segundo Kenski (2003), é o caminho para a formação de um novo cidadão:

Ao possibilitar que o homem se desenvolva tendo em vista os novos modos de ser na sociedade contemporânea, a nova lógica que orienta as atividades de ensino na instituição coloca-o olhando para si mesmo e para seus anseios pessoais e coletivos. [...] Garante-lhes os espaços por onde pode iniciar sua busca, em direção ao ideal educativo de formação integral como ser humano, em todas as suas dimensões. Um ser humano preocupado em diminuir as desigualdades sociais e oferecer iguais

possibilidades de acesso ao ensino de qualidade a todos, caminho para formação de um novo cidadão para um novo mundo. (KENSKI, 2003, p.97).

Esta concepção da EAD parece estar bem afinada com os conceitos de Sociedade da informação/sociedade do conhecimento que compõe junto a teoria do Capital Humano um novo ritmo para a apropriação do saber e dos tipos de saberes que são mais adequados a uma nova sociedade.

Esta visão pretende atender as necessidades da criação de um novo modelo de educação, mais “equânime e flexível” que substitua a rigidez do antigo para outro estágio civilizatório.

Segundo o Banco Mundial:

Os países debilmente vinculados com o sistema global do conhecimento, que hoje está em rápida formação, se encontrarão em uma posição cada vez mais desvantajosa; [...] é provável, da mesma forma, que aumente a desigualdade no interior de cada país, conforme alguns indivíduos e grupos tirem partido de seu maior grau de educação, especialmente de nível terciário, para controlar o sistema de conhecimento e conseguir assim maiores rendas; é preciso remediar essa situação. (BANCO MUNDIAL, 2000)

A segunda concepção é aquela que introduz a idéia da EAD como Mediação das TICs e pode ser entendida como uma proposta de apropriação das TICs como tecnologia que poderá favorecer a qualidade da educação sem alterar sua essência. Observamos esta idéia no pensamento de Silva (2003) quando destaca que os desafios para a EAD são os mesmos desafios que são colocados para o sistema educacional em sua complexidade.

Não se trata de colocar a EAD em oposição ao presencial, mas entender que existe muito em comum, ou em outras palavras, compreender a complexidade da EAD implica estudar os fundamentos tanto da educação virtual como do presencial. (SILVA, 2003, p.201).

Torna-se evidente a diferença entre as duas concepções e essa discussão nos leva à segunda dimensão que pretendemos investigar: a dimensão política.

## 5.2 A DIMENSÃO POLÍTICA

Neste universo da política observamos a disputa de projetos públicos e privados.

Particularmente ao que se refere a EAD é possível evidenciar recentes políticas públicas lançadas pelo atual governo que parecem constituírem-se num desdobramento do Plano Nacional da Educação.

Há bastante tempo, entre os educadores, tem-se falado sobre a necessidade da elaboração e execução de um plano nacional de educação que venha atender as demandas deste setor. Na LDB - Lei nº9394 em 1996, no art.9º foi estabelecido caber à União, a elaboração do PNE, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituindo-se a Década da Educação. (BRASIL, 1996).

Em fevereiro de 1998 iniciou-se na Câmara dos deputados a tramitação do Projeto de Lei nº 4.173 que somente em janeiro de 2001 entrou em vigor através da Lei nº10.172, o atual Plano Nacional de Educação aprovado com duração de dez anos.

Entre os principais objetivos do PNE estão a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública.

Também define, por conseguinte, as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino. No que se refere a Educação a Distância o PNE preconiza que:

Ao introduzir novas concepções de tempo e espaço na educação, a educação a distância tem função estratégica: contribui para o surgimento de mudanças significativas na instituição escolar e influi nas decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos e pela sociedade civil na definição das prioridades educacionais. (BRASIL, 2001)

Dentre os objetivos para alcance das metas do PNE encontramos:

Ampliar, gradualmente, a oferta de formação a distância em nível superior para todas as áreas, incentivando a participação das universidades e das demais instituições de educação superior credenciadas.  
Incentivar, especialmente nas universidades, a formação de recursos humanos para educação a distância.  
Apoiar financeira e institucionalmente a pesquisa na área de educação a distância. (BRASIL, 2001)

Neste sentido percebemos que o governo vem criando planos para dar conta de tais objetivos. Assim surgiu o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE que tem entre treze

diferentes iniciativas para a Educação Superior a criação da UAB – Universidade Aberta do Brasil.

Criada em 2006, a UAB visa a implantação do sistema nacional de educação superior a distância com a participação de instituições públicas de educação superior e em parceria com estados e municípios.

A UAB conta com aproximadamente 700 pólos implantados em parceria com 91 instituições de ensino com a oferta de 866 cursos em diversas modalidades e áreas científicas, entre elas, 13 ofertas de cursos na área de Saúde Coletiva.

A meta da UAB é de atingir a marca de 830 pólos de EAD até 2013, o sistema ampliará sua rede de cooperação para atender a 800 mil alunos/ano.

Encontramos no censo da educação superior divulgado pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira as tabelas abaixo:

Tabela 4 - Evolução do Número de IES, Cursos, Vagas e Inscritos na Educação a Distância Brasil – 2002/2008

<b>Ano</b>	<b>IES</b>	<b>%</b>	<b>Cursos</b>	<b>%</b>	<b>Vagas</b>	<b>%</b>	<b>Inscritos</b>	<b>%</b>
2002	25	-	46	-	24389	-	29.702	-
2003	37	48,8	52	13,0	24.025	-1,5	21.873	-26,4
2004	45	21,6	107	105,8	113.079	370,7	50.706	131,8
2005	61	35,6	189	76,6	423.411	274,4	233.626	360,7
2006	77	26,2	349	84,7	813.550	92,1	430.229	84,2
2007	97	26,0	408	16,9	1.541.070	89,4	537.959	25,0
2008	115	18,6	647	58,6	1.699.489	10,3	708.784	31,8

Fonte: BRASIL, 2008

Observamos na tabela 5 que apresenta dados do Censo da Educação Superior do INEP o registro de 115 instituições com oferta cursos de graduação a distância em 2008, o que representa 18,6% a mais do que em 2007. É possível observar acima que o número de cursos de graduação a distância aumentou de maneira significativa nos últimos anos.

Observamos o crescimento de 58,6% na oferta de novos cursos a distância em relação ao ano de 2007. Também o número de vagas cresceu 10,3%, no mesmo período.

No geral, observamos que o crescimento no número de vagas da educação a distância de 2003 a 2007 registrou uma variação de mais de 70 vezes o número de vagas ofertadas.

Seguem abaixo mais duas tabelas complementares que apresentam a quantidade de cursos e matrículas no ano de 2008.

Tabela 5 - Número de cursos de educação a distância, por grau acadêmico, segundo a Categoria Administrativa - Brasil – 2008

Grau Acadêmico	Total		Pública						Privada			
			Total		Federal		Estadual		Municipal			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	647	100	281	100	225	100	36	100	20	100	366	100
Tecnológico	162	25,0	29	5,0	14	0,9	2	5,6	13	65,0	133	36,3
Bacharelado	138	21,3	55	15,3	43	3,6	8	22,2	4	20,0	83	22,7
Licenciatura	344	53,2	197	59,8	168	11,6	26	72,2	3	15,0	147	40,2
Bach/Licenciatura	3	0,5									3	0,8

Fonte: BRASIL, 2008.

Na tabela 6, observamos que os cursos são distribuídos em todas as categorias acadêmicas sendo que mais da metade dos cursos se concentram na Licenciatura, 53,2%. No que se refere a natureza administrativa cerca de 57% são em instituições privadas.

Tabela 6 - Número de Matrículas em cursos de educação a distância, por grau acadêmico, segundo a Categoria Administrativa Brasil 2008

Grau Acadêmico	Total		Pública						Privada			
			Total		Federal		Estadual		Municipal			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	727.961	100	278.988	100	55.218	100	219.940	100	3830	100	448.973	100
Tecnológico	127.619	17,5	22.430	1,6	4.376	28,2	15.562	7,1	2.492	65,1	105.189	23,4
Bacharelado	255.467	35,1	155.066	4,9	13.623	255,1	140.883	64,1	560	14,6	100.401	22,4
Licenciatura	341.118	46,9	101.492	13,3	37.219	115,0	63.495	28,9	778	20,3	239.626	53,4
Bach/Licenciatura	3.757	0,5									3.757	0,8

Fonte: BRASIL, 2008

Na tabela 7 observamos que, assim como a oferta de cursos, a licenciatura lidera o quantitativo de matrículas e quanto a natureza da instituição o percentual de matrículas é de 38% para as instituições públicas contra 62% nas instituições privadas.

Tabela 7 - Estatísticas Básicas e Indicadores da Educação Superior, Graduação a distância, por Categoria Administrativa Brasil – 2008

Graduação a Distância	Total Geral	Categoria Administrativa				Privada
		Pública Total	Federal	Estadual	Municipal	
<b>Estatísticas Básicas</b>						
Instituições	115	59	42	16	1	56
Cursos	647	281	225	36	20	366
Vagas Oferecidas	1.699.489	254.477	27.817	156.623	70.037	1.445.012
Candidatos Inscritos	708.784	313.880	128.345	163.908	21.627	394.904
Ingressos	430.259	183.238	24.165	156.118	2.955	247.021
Matrículas <sup>11</sup>	727.961	278.988	55.218	219.940	3.830	448.973
Concluintes	70.068	8.175	1.598	5.573	1.004	61.893
Funções Docentes em Exercício (Presencial + EAD)	321.493	111.594	61.783	42.042	8.069	209.599
Funcionários em Exercício (Presencial + EAD)	338.890	119.368	66.122	44.870	8.376	219.522
<b>Indicadores</b>						
Cursos/Instituição	5,6	4,8	5,4	2,3	20,0	6,5
Candidatos/Vaga	0,4	1,2	4,6	1,0	0,3	0,3
Matrículas/Docente em Exercício	2,3	2,5	0,9	5,2	0,5	2,1

Fonte: BRASIL, 2008.

Na tabela 8 estão condensados os indicadores quanto a quantidade de instituições, cursos, vagas, inscritos, ingressos, matriculados e concluintes na graduação a distância. As matrículas na modalidade de ensino a distância aumentaram 96,9% em relação ao ano anterior e, em 2008, passaram a representar 14,3% do total de matrículas no ensino superior. Além disso, o número de concluintes em EAD cresceu 135% em 2008 se comparado a 2007.

Nossa pretensão não é trazer conclusões sobre o avanço dos programas governamentais no que diz respeito a EAD, porém as evidências apresentadas no último censo

<sup>11</sup> O número de matriculados é o total de alunos do curso, ou seja do 1º ao último ano do curso (são os alunos novos somados aos alunos dos anos subsequentes). O número de Inscritos é o total de pessoas que se inscreve para concorrer ao processo seletivo de ingresso em curso superior (para ingressar no curso). O ingresso é o aluno que foi aprovado no processo seletivo e efetiva a matrícula no curso – aluno novo.

Informações fornecidas pela Coordenação-Geral de Sistema Integrado de Informações Educacionais. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (BRASIL, 2008).

podem descrever o que vem ocorrendo ao longo dos últimos anos no que diz respeito ao acesso a graduação a distância.

Quanto as instituições privadas é possível perceber que as propostas de educação ou ensino encontradas no setor privado estão plenamente direcionadas para os interesses do mercado.

As instituições, assim como, as ofertas dos cursos, em qualquer nível de ensino estão impregnadas de ideologias vinculadas a teoria do capital humano, destacando-se nas questões sobre empregabilidade, flexibilidade e adaptação ao perfil que o mercado globalizado vem demandando.

Estes argumentos são facilmente identificados no presencial ou a distância. Neste caso a propaganda é a mesma, promessas de uma carreira bem sucedida e conseqüentemente a garantia de um futuro promissor.

Para dar conta das necessidades do mercado, as propostas estão a cada dia se diversificando, num viés de fragmentação que no mínimo podemos chamar de curioso. No cardápio de curso de uma das principais instituições privadas do país, a Universidade Estácio de Sá, encontramos cursos de graduação tecnológica tais como:

- BELEZA, ESTÉTICA E IMAGEM PESSOAL
- CARNAVAL
- CIÊNCIAS AERONÁUTICAS HABILITAÇÃO EM AERONAVES DE ASAS FIXAS
- CIÊNCIAS AERONÁUTICAS HABILITAÇÃO EM AERONAVES DE ASAS ROTATIVAS
- CONSERVAÇÃO E RESTAURO - BENS CULTURAIS
- DANÇA DE SALÃO E COREOGRAFIA
- DESIGN DE INTERIORES
- DESIGN DE MODA
- ESTÉTICA E COSMÉTICA
- EVENTOS
- GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA
- GESTÃO DE SEGUROS
- GESTÃO DE SERVIÇOS EM ATENDIMENTO (CALL CENTER)
- GESTÃO FINANCEIRA
- GESTÃO PÚBLICA
- JOGOS DIGITAIS
- PETRÓLEO E GÁS
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL E AUTOMOTIVA

Na educação pública, a princípio, as ofertas deveriam ser, por natureza, direcionadas a formação do cidadão, numa perspectiva de formação integral do ser humano, buscando

contemplar a formação ética e política capaz de preparar o aluno para a vida e não somente para o mercado de trabalho. Tal proposta de educação pública também deveria compreender a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade.

Tomamos como exemplo a proposta pedagógica da EPSJV onde a educação é vista como projeto de sociedade.

A EPSJV defende uma concepção politécnica que dialoga com as circunstâncias societárias atuais e, deixando explícita a sua concepção de mundo, compreende que o trabalhador se educa no conflito e na contradição, e que a aquisição, pela classe trabalhadora, dos saberes elaborados pela humanidade serve de instrumento para a luta contra a divisão social do trabalho e a dominação. (ESCOLA POLITECNICA DE SAUDE JOAQUIM VENÂNCIO, 2010).

Porém também é possível encontrar propostas que parecem apontar para preparação e adaptação ao mundo atual acriticamente.

Como por exemplo, encontramos a proposta intitulada como a “missão” de uma das maiores instituições de ensino público do país, o Colégio Pedro II: “Educar crianças e adolescentes, tornando-os capazes de responder às transformações técnicas, culturais, emocionais e sociais do mundo de hoje”. (COLEGIO PEDRO II, 2010)

Na universidade pública a oferta de cursos parece constituir-se em moldes mais tradicionais quanto a carreiras e currículos, como prova disso não localizamos a maior parte dos cursos de graduação tecnológica da Universidade Estácio de Sá em algumas das maiores universidades públicas do país como a UFRJ, UERJ, USP ou UNICAMP e assim como foi visto no presencial a mesma relação se repete à distância.

### 5.3 A DIMENSÃO DA GESTÃO

Ao analisarmos a dimensão da Gestão do EAD observamos que as mesmas justificativas que são apresentadas nas instituições privadas também são utilizadas nas instituições públicas.

Algumas das principais bandeiras da EAD hoje são: o baixo custo, maior possibilidade de acesso ou democratização do ensino e sua capacidade de alcance sem fronteiras, além da questão da autonomia.

Percebemos a utilização de tais questões como os argumentos chave para a construção de projetos de EAD e para gerar avanço de programas que adotam as idéias de inovação, criatividade, capacidade de resolver problemas de déficit do grau de escolaridade da

população que atinge tanto as regiões mais distantes como aos centros urbanos e qualificação profissional em praticamente todas as regiões do país.

Em 2009, existia o registro de 145 instituições credenciadas para oferta de cursos superiores na modalidade a distância que juntas contavam com um universo de mais de 760.000 mil alunos. No início de 2010, o MEC possuía uma lista de 211 instituições de ensino credenciadas ou em fase de credenciamento em todo o país, sendo que na região sudeste eram 90 instituições, na região sul 44 instituições, na região nordeste 42 instituições, na região centro-oeste 19 instituições e na região norte 16 instituições.

Até março de 2009 eram 5.636 pólos de apoio presencial vinculados as instituições credenciadas pelo MEC para a modalidade de educação a distância.

Com as constantes adequações que vêm sendo promovidas na atividade de supervisão, as instituições têm modificado, para melhor, a qualificação de seus pólos, portanto esse número poderá ser alterado com o passar do tempo.

Em algumas destas instituições, observamos a oferta de diversos cursos de graduação totalmente a distância que apresentam como lemas: “Qualidade e conveniência sem pagar mais por isso”, “Os cursos a distância são a evolução do ensino superior, Qualidade comprovada em um formato inovador”. (ESTÁCIO DE SÁ, 2010) ou “Transforme seu potencial em sucesso profissional”. (UNIP, 2010)

De fato, é possível observar facilmente nas propagandas dos cursos que aquele que acessa o site é considerado “um aluno em potencial” onde as promessas encontradas parecem querer seduzir o candidato apresentando facilidades que venham se constituir exatamente naquilo que ele precisa. A metodologia é apresentada como “inovadora e que se encaixa perfeitamente no seu dia-a-dia”. É totalmente voltada para a utilização das TICs.

A Estácio Interativa oferece cursos que privilegiam aulas ao vivo, transmitidas via satélite, e aulas on-line, {...} com flexibilidade para acessar os conteúdos e as aulas. Observamos como principais destaques: aulas teletransmitidas ao vivo; acesso direto aos professores; {...} comprometimento com a excelência.

As aulas são transmitidas ao vivo, {...} ou onde e como for mais conveniente para o aluno, pela internet, utilizando o computador ou smartfone.

Durante as aulas teletransmitidas, é possível participar fazendo perguntas aos professores, as quais serão respondidas na hora, ao vivo, ou depois, na Sala de Aula Virtual, por um professor on-line.

Todas as aulas ficam disponíveis na internet. {...} Além disso, ficam à disposição na Sala de Aula Virtual todos os exercícios, materiais didáticos, temas relacionados nos fóruns de discussão e arquivos em pdf para download.

As provas são realizadas em um dos Pólos de Educação a Distância da Estácio Interativa, credenciados em diversos locais do Brasil {...}. A presença dos alunos é controlada por meio de exercícios realizados, pela participação nos fóruns e outras atividades na internet. (ESTÁCIO DE SÁ, 2010).

A Universidade Paulista vai até você.

Você aprende a partir da troca de informações, na realização de atividades e exercícios formulados pelo professor. Participa de fóruns e/ou *chats*, cujos arquivos ficam disponíveis para futuras consultas, e integra grupos de alunos, com áreas próprias para trocas de arquivos e *e-mails*, painel de discussão e sala virtual.

Além da avaliação presencial obrigatória, você dispõe da forma *on-line*, com correção automática dos testes e exercícios.

Você também pode ser avaliado com a aplicação de questões discursivas, cujas respostas são enviadas para o *e-mail* interno do professor *on-line* {...}.

Os conteúdos de cada curso, bem como as teleaulas, estão disponibilizados aos alunos para acesso a qualquer momento via *internet*, {...}.

O aluno poderá assistir às teleaulas no polo de apoio regional, {...}. Elas também serão gravadas e o aluno poderá assistir, via *internet*, a qualquer momento no local de sua preferência.

Os cursos da UNIP na modalidade de Educação a Distância (EAD) podem ser oferecidos por meio de diferentes metodologias e com uso de tecnologias variadas. O conteúdo curricular é disponibilizado em plataforma digital e/ou material impresso. A interação com a tutoria será efetivada via *internet* e/ou por outro meio de comunicação.

Sistema de Ensino Interativo - SEI, os encontros presenciais programados são os determinados pela legislação, {...}. Encontros presenciais com professores e/ou tutores diminui no decorrer do curso. As teleaulas são transmitidas da nossa sede em São Paulo, em tempo real, via satélite, no polo regional de apoio localizado em sua cidade ou região {...} via *Internet*.

(UNIP, 2010)

Entendemos que seria mais apropriado investigar o projeto político-pedagógico dessas instituições e não somente o conteúdo que está anunciado no site como instrumento de propaganda dos cursos para conhecer e identificar melhor os conceitos de educação aos quais estão vinculados, porém este não houve tempo hábil para tal.

Outro ponto relevante é a questão do custo que envolve tanto o interesse da instituição que deseja diminuir suas despesas e aumentar a receita como o interesse do aluno que não tem recursos para investir na própria educação.

É preciso considerar que para implantar um curso ou um programa de EAD que ofereça tecnologia de ponta capaz de dar conta dos recursos pedagógicos mais utilizados atualmente é necessário garantir um excelente suporte técnico, equipe de docentes especializados em EAD, pessoal de apoio administrativo capacitado para operacionalizar o sistema, tanto no que se refere ao ambiente virtual como a gestão acadêmica que administra o desenvolvimento pedagógico e registros documentais dos alunos.

Outro elemento fundamental é a elaboração e edição do material didático apropriado para EAD, além da construção do ambiente virtual que abrigará o curso de forma que seja coerente com a proposta pedagógica. Todo este aparato tecnológico demanda um investimento que só será rentável se a demanda do curso for realmente grande a ponto de diluir o custo.

Para muitos alunos a questão do custo é essencial e em muitas vezes é um diferencial importante no momento da escolha da instituição ou do curso desejado. Neste aspecto as grandes instituições que oferecem cursos a distancia acabam conquistando uma quantidade cada vez maior de alunos pois tem condições de oferecerem custos mais baixos.

No exemplo da Universidade Estácio de Sá, observamos que o custo da mensalidade de cursos que possuem conteúdo programático, disciplinas e carga horária iguais aos cursos presenciais, podem chegar a ser 305% maior no presencial do que a distancia, dependendo da localização onde o curso é ministrado presencialmente vide tabela 5 abaixo.

### QUADRO COMPARATIVO<sup>12</sup>

<b>Curso de Administração</b>	<b>Presencial</b>	<b>à Distância</b>
Titulação	Bacharel em Administração	Bacharel em Administração
Duração	4 anos (8 períodos)	4 anos (8 períodos)
Corpo Docente/ Coordenação do curso	Prof. Durval Corrêa Meirelles - Coord. da área de Gestão e Negócios	o mesmo
Disciplinas	42 no total	42 no total
Local	Barra da Tijuca	a distância
Projeto pedagógico	Programa de curso	o mesmo
Mensalidade	R\$946,76	R\$199,00 (preço promocional)
Diferença em %	305% mais caro que o mesmo curso oferecido à distância	

Quadro 3  
Fonte: O autor

Não podemos deixar de relacionar a questão da democratização do acesso a do baixo custo e, portanto, pelo menos nas instituições privadas, percebemos uma tendência de aumento na procura por cursos que oferecem os menores custos, tendo em vista os abismos sociais que separam os que podem e os que não podem investir em educação. Ainda hoje, cursos como Medicina, Engenharia e Direito são os mais caros e frequentados quase exclusivamente por alunos com maior poder aquisitivo, com raríssimas exceções.

<sup>12</sup> Cursos oferecidos pela Universidade Estácio de Sá (As disciplinas estão organizadas em módulos diferentes e algumas são classificadas com nomes distintos, porém abordam os mesmos assuntos).

Partindo deste pressuposto, destacaremos nesta dimensão a questão da autonomia colocada como “opção” que o aluno tem para escolher o curso deseja fazer ou que curso está mais adequado a sua realidade para que ao concluí-lo esteja apto ao mercado de trabalho.

Existe uma relação entre a autonomia e a personalização ou individualização do estudo partindo-se da premissa de que existem diversas estratégias de aprendizagem que as pessoas utilizam e da questão das diferenças entre as pessoas pois, cada um tem um ritmo diferente de aprendizagem e necessidades próprias, entre outros.

Neste aspecto a EAD parece se diferenciar dos moldes de padronização da escola, onde existe o controle do tempo, todos começam e terminam de estudar no mesmo dia e na mesma hora, os alunos e os professores precisam estar no mesmo espaço físico. Além disso, ainda há outro aspecto a ser considerado na autonomia que é a questão da escolha do percurso que o aluno fará para apreender o conteúdo do curso, isto porque há propostas de estudos onde o próprio aluno seleciona o material didático que irá utilizar ou que ele mesmo elabora através de um plano de estudos para seu desenvolvimento pedagógico.

Precisamos refletir mais um pouco sobre a questão da autonomia. Como compreendemos a autonomia? O que é ser autônomo? É ter liberdade de escolha, liberdade de decisão? No campo educacional, até onde pode chegar a autonomia de um aluno? Na verdade acreditamos que muitos de nós educadores convive com os moldes e rótulos criados pela escola, que na maior parte das vezes, não está preparada para lidar com as diferenças e por isso espera um comportamento padrão dos alunos, uma forma de raciocínio comum e linear, um modelo do “bom e mau aluno” que normalmente fica registrado na consciência e causa estranheza quando “alguém” sai do padrão, muda a forma de pensar sobre um determinado assunto, levanta questões para as quais ainda ninguém havia preparado respostas.

Temos em Holes (1979) um pioneiro na concepção de autonomia pedagógica. “A aprendizagem autônoma depende, essencialmente, do que deve ser aprendido, quem deve aprender, qual a metodologia, os recursos a utilizar e a sua avaliação”. (HOLES, 1979, p.188)

De certo que a autonomia como capacidade de gerir a própria aprendizagem da qual estamos falando tem os seus limites mas existem diferenças entre a liberdade que o aluno tem para aprender o que deseja aprender e a liberdade que o aluno tem de escolher (num cardápio cada vez maior de opções) o que vai aprender.

É preciso entender melhor este conceito e analisá-lo a luz da perspectiva do processo de democratização da educação, como por exemplo: a abertura das portas da universidade por diversos mecanismos e caminhos que incluem a EAD pode ser considerada como massificação da educação? Está aí colocada mais uma contradição para a educação brasileira

da qual não poderemos nos isentar. Caberá a realização de outros estudos que se dediquem a compreender melhor como se dá este processo e quais as alternativas possíveis para esclarecer suas contradições.

Nas instituições públicas de ensino os programas de EAD são uma realidade, no Estado do Rio de Janeiro, encontra-se sediada a Fundação Centro de Ciência e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – CECIERJ que estabeleceu um consórcio no ano 2000 entre as seis universidades públicas localizadas no Estado, o CEDERJ.

Sua metodologia é apresentada como aquela que permite o acesso ao sistema daqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior público por morarem longe das universidades ou por falta de tempo para frequentar as aulas tradicionais.

Os principais objetivos do CEDERJ são:

1. contribuir para a interiorização do ensino superior público, gratuito e de qualidade no Estado do Rio de Janeiro;
2. concorrer para facilitar o acesso ao ensino superior daqueles que não podem estudar no horário tradicional;
3. atuar na formação continuada, a distância, de profissionais do Estado, com atenção especial para o processo de atualização de professores da rede estadual de Ensino Médio;
4. aumentar a oferta de vagas em cursos de graduação e pós-graduação no Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: FUNDAÇÃO CECIERJ, 2010

Os cursos oferecidos por estas universidades são semi-presenciais, estão previstas avaliações presenciais e aulas práticas em laboratório onde são desenvolvidas atividades de experimentação sob orientação de professores no pólos regionais do CEDERJ.

Entendemos, neste exemplo que há uma concepção de EAD que defende a idéia de utilização das TICs como mediação e instrumento para o alcance dos objetivos educacionais.

Torna-se evidente que há defensores que acreditam que a EAD tem se consolidado como uma possibilidade para promoção da educação e sua melhor forma de utilização está em aliar o potencial de suas ferramentas tecnológicas conciliando-as com o ensino convencional sem abrir mão do que há de melhor no primeiro ou no segundo.

Portanto, o modelo que adota a mediação das TICs como opção de proposta para fortalecimento da educação pode ser encontrado em qualquer modalidade de educação, sua concepção parece estar mais ajustada as propostas híbridas de ensino.

Por sua vez, percebemos que se enquadra perfeitamente na concepção de EAD que defende a idéia de um novo modelo de educação a proposta que promove a desconstrução do conceito de distância<sup>13</sup>, que consiste num novo entendimento em relação a questão do espaço

---

<sup>13</sup> Abordamos o conceito de distancia no capítulo 2 sobre origens e concepções

e tempo que vai além dos limites espaciais em que estamos. Este novo conceito trás em si uma noção da **Educação ou Ensino não presencial** que melhor representa esta prática educativa do que a anterior noção de distância que foi aproveitada desde os seus primórdios.

Para entender o que estamos chamando de “novo conceito” retomamos a análise onde vimos que a EAD foi criada originalmente como uma estratégia que visa alcançar pessoas em lugares onde o ensino presencial ainda não alcançou e também atender a necessidade de treinamento em serviço evitando que o profissional tenha que se afastar do local de trabalho para receber capacitação necessária ao desempenho de suas funções laborais. Como afirma Oliveira em sua tese de doutorado, A formação de professores a distância para a nova sociabilidade: análise do “Projeto Veredas” de Minas Gerais.

Quando retrocedemos aos seus primórdios, em fins do século XVIII, até as primeiras décadas do século XX, temos que a EAD sempre esteve ligada à formação profissional. (OLIVEIRA, 2008, p.151).

Nesta perspectiva, é possível que a EAD esteja apontando para o atendimento das necessidades do mercado, porém, sem desconsiderar um elemento também presente desde o início, sua “marca” de educação de caráter supletivo, destinada àqueles que não tiveram oportunidade de acesso a uma educação formal, fato este que contribuiu para que a EAD fosse considerada como “educação menor”.

De certo que muita coisa mudou e os conceitos sobre EAD também estão mudando desde sua origem (fins do século XVIII) até a atualidade. É possível confirmar esta afirmação se pensarmos que até bem pouco tempo, seria inadmissível pensar que as grandes universidades no Brasil e no mundo adotariam a EAD como uma das principais, se não a maior porta de entrada de alunos.

Podemos respaldar a aplicabilidade da EAD também nas políticas e programas governamentais. Atualmente a SEED – Secretaria de Educação à Distância do MEC oferece 15 diferentes programas de EAD para a sociedade. A criação da SEED representa a clara intenção do governo em investir na EAD e nas novas tecnologias.

No Ministério da Saúde - MS a EAD também encontra local de destaque, é considerada como uma das principais iniciativas para capacitação dos profissionais e gestores da saúde, o incentivo à pesquisa e a promoção da saúde.

Assim como a Educação precisa capacitar seus “Técnicos” e vê na EAD uma estratégia para alargar caminhos para possibilitar a qualificação de professores, principalmente os da Educação Básica, a Saúde também enxergou na EAD este caminho, afinal, como seria possível qualificar o pessoal da saúde sem interromper a assistência? Não

vamos nos deter nesta discussão neste momento, porém acredito que esta citação é bastante clara e nos ajuda a compreender qual a importância da EAD para o atendimento das necessidades dos Serviços de Saúde.

Ampliando a nossa reflexão, considerando as abordagens que temos pesquisado sobre a atual apropriação da EAD na Educação profissional em saúde, percebemos que diante de nós se apresentam duas vertentes relevantes.

Antes de apresentá-las, abrimos aqui um “pano de fundo” para trazer uma idéia da qual ainda não temos clareza, precisamos no momento melhor compreendê-la.

No primeiro capítulo deste estudo abordamos o conceito de distância como o que representa uma educação que visa alcançar “lugares remotos” ou pessoas que não estudam no presencial, devido a falta de tempo, falta de oferta, falta de condições financeiras, entre outras.

Aprofundando um pouco mais o conceito percebemos que essa “distância” não se esgota ai, pelo contrário, apresenta-se a outros públicos, assim como a diferentes modelos e propostas.

Conforme citamos anteriormente, um termo usual que nos ajudou a localizar melhor a proposta de EAD que vem ganhando força nos espaços educacionais é o que considera EAD como **educação não presencial**, independentemente do local e ao público a que se destina, esta afirmação se justifica pelo fato de encontrarmos a EAD no campo, nas pequenas e grandes cidades, dentro e fora dos grandes centros urbanos. Encontramos EAD na universidade pública e privada, trabalhando de forma integral ou parcial (cursos 100% a distância, semipresencial ou chamados híbridos). Muitos cursos presenciais utilizam-se dos recursos da EAD para realização de trabalhos das disciplinas que fazem parte de sua grade. A EAD está no mercado de trabalho, é utilizada como instrumento de qualificação profissional e não se restringe a uma determinada área de conhecimento.

Então como vamos entender a questão da distância?

Este componente do “não presencial” parece se evidenciar de forma bastante contundente e mais alinhado neste momento.

Utilizando-se deste ponto de vista vejamos as vertentes que classificamos como concepções da EAD a seguir.

Na primeira percebemos que a EAD pode ser vista como “Nova modalidade de Ensino” na perspectiva direcionada para a visão de um “novo homem” engajado em uma “nova sociedade”, que se organiza para criação de um “novo mundo” como nos relatam as idéias defendidas por Kenski (2003) sobre a lógica que orientam as atividades de ensino no contexto da sociedade contemporânea.

A partir desta abordagem procuramos extrair alguns elementos que dão base a esta visão questionando os seus argumentos para entender melhor de que “novo homem” estamos falando e qual seria este “novo mundo” para o qual ele deve estar preparado, ou habilitado, a desenvolver-se pedagogicamente. São questões para refletir que ainda não necessariamente possuem uma resposta objetiva, talvez possamos encará-las mais como desafio do que como qualquer outra coisa.

Porém é possível afirmar que nesta vertente, muitas vezes se apresentam propostas de ensino que parecem querer inaugurar uma nova educação desvinculada do que foi produzido antes dela, considerando-o como antigo, ultrapassado ou obsoleto aquele conhecimento que não se apropriar da nova modalidade para que venha ser considerado moderno, dinâmico, atual, de longo alcance entre outros adjetivos que podemos identificar.

Esta lógica, a princípio, nos parece querer forçar a acreditar que é preciso abandonar o passado e olhar o presente-futuro de uma forma diferente daquela que temos feito até então. Como exemplo, observamos propostas que apresentam diversas vantagens na EAD: a capacidade de alcançar os locais onde a educação presencial não chegou, a quantidade infinitamente superior de estudantes, a redução de custos, a utilização de recursos que agilizam o processo de ensino, a ampliação da oferta de cursos, entre outras.

Observamos, embutido no discurso que oferece a nova modalidade, o objetivo de possibilitar a melhoria da formação dos profissionais de saúde sempre atrelada a melhoria da qualidade do atendimento da população. Esta oferta é quase sempre apresentada como a melhor se não a única maneira viável de qualificar o trabalhador tendo em vista a natureza do seu trabalho na saúde.

Será que a EAD é realmente capaz de possibilitar o alcance destas metas? Como o MS se preparou ou planejou ações no sentido de dar suporte ao desenvolvimento de suas metas?

Na segunda vertente observamos a EAD como um instrumento para introdução das TICs no campo educacional. Não é a oferta de uma nova modalidade representada em si mesma e sim, podendo ser vista como um braço da educação, uma possibilidade para dinamizar, reforçar, dar um gás novo, mas que não se difere do que existia antes dela, podendo ser vista até como um aprimoramento que mantém suas origens no presencial.

Encontramos referências favoráveis a esta concepção no pensamento de Demo que indicam que o objetivo fundamental da EAD não consiste em substituir a didática obsoleta e nem incrementar a aula com efeitos especiais e sim utilizar os recursos que dispõe e assumir um compromisso com a aprendizagem dos alunos. (PRETI, 2000, p.147)

Avançando no processo de reflexão nos cabe questionar. É possível identificar a EAD como uma nova modalidade de ensino ou como uma forma para utilização das TICs no campo educacional?

O gráfico apresentado a seguir se constitui numa representação provisória básica das correlações e dimensões da EAD que foram abordadas no texto na perspectiva de projetá-las para analisar suas intercessões e o pano de fundo onde estão inseridas.

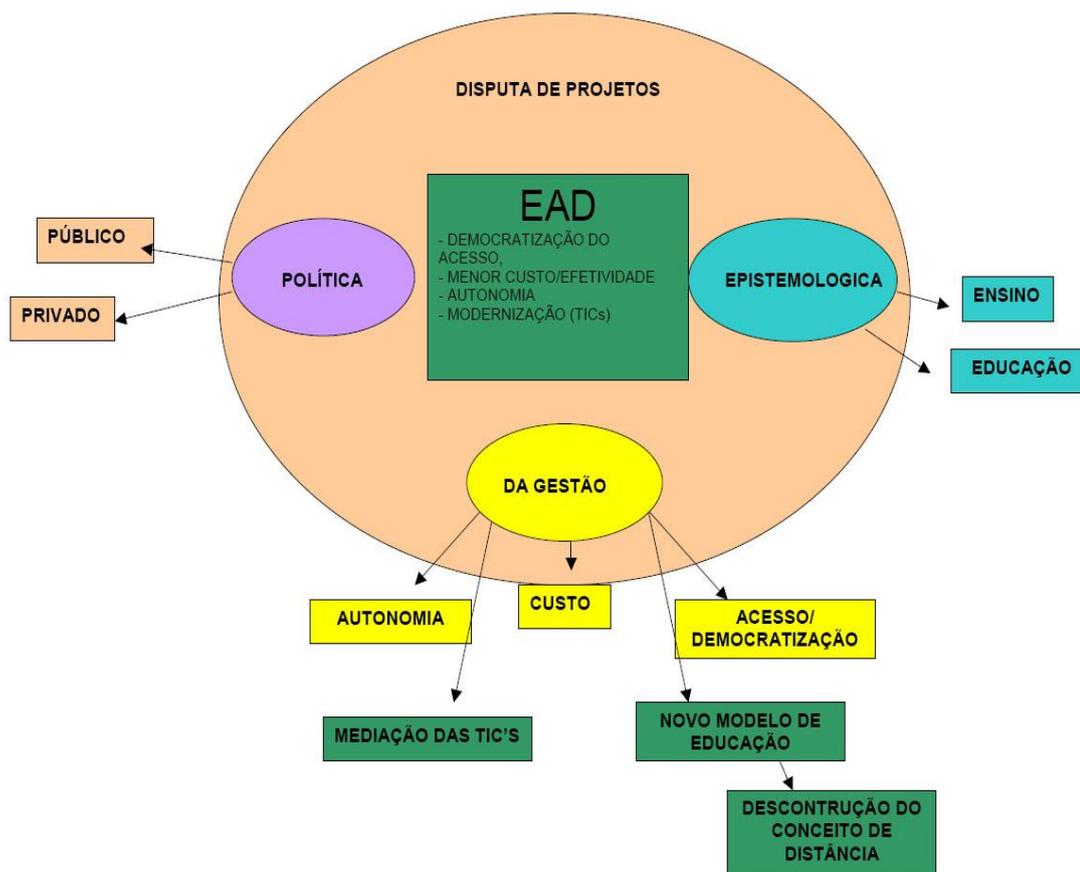


Ilustração 5 – Dimensões da EAD  
Fonte: O autor

Percebemos na ilustração acima as três dimensões da EAD e as questões as quais estão vinculadas. Através desta análise percebemos que as dimensões estão inseridas num campo maior ao qual denominamos **disputas de projetos**, pois é onde ocorrem as disputas ideológicas num sentido mais amplo e onde se localizam os movimentos de correlação de forças que irão nortear o escopo do projeto de EAD assim como sua direção.

É neste campo onde ocorrem as conexões que envolvem as dimensões e seus principais argumentos em particular e das dimensões entre si para que sejam estabelecidos seus vínculos.

A aproximação do objeto possibilitou observamos que há uma questão central permeando todo o campo, a noção de sociedade do conhecimento. Podemos identificá-la em diversos momentos ao longo do estudo atravessando as três dimensões da EAD e por conta disso acreditamos ser relevante destacá-la.

Um dos pontos representados é o surgimento de duas vertentes que surgiram ao longo do estudo a “**Mediação das TICs**” e um “**Novo Modelo de Educação**” que discutimos no capítulo.

As diversas relações destas vertentes nos levaram a desconstrução do conceito de distância e a apropriação do termo “**educação não presencial**” que acreditamos apresentar um sentido mais alinhado as práticas de EAD da atualidade do que o sentido original de distância.

Entendemos que está é apenas uma primeira aproximação e que muitas outras questões podem e devem ser levantadas para ampliar a compreensão da modalidade EAD, seus conceitos e possibilidades.

## 6 A EAD NA SAÚDE

Neste capítulo não serão abordadas algumas questões relevantes tais como a política de Educação Permanente no Brasil, organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde e as demais discussões que tematizam a saúde. Ficaremos unicamente com as discussões que vem da educação, das políticas de educação e das concepções de educação. As concepções de saúde e as políticas de saúde que podem também nortear esta arena, esta intercessão, não foram objeto da investigação e, portanto, não serão abordadas, ficando para trabalho futuro incluir tais questões.

Desta forma procuramos abordar especificamente as questões voltadas para a competência do SUS no que se refere a formação de recursos humanos para a saúde.

Para tal, observamos que a constituição Federal de 1988 contempla na Seção II DA SAÚDE - Art. 200. “Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;”

A Lei 8080 de 1990 – Lei do SUS prevê no Art. 6º “*Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS): III - a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde;*”. No TÍTULO IV- DOS RECURSOS HUMANOS:

**Art. 27.** A política de recursos humanos na área da saúde será formalizada e executada, articuladamente, pelas diferentes esferas de governo, em cumprimento dos seguintes objetivos: I - organização de um sistema de formação de recursos humanos em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, além da elaboração de programas de permanente aperfeiçoamento de pessoal. (BRASIL, 1990).

Percebemos acima a preocupação tanto na CF quanto nas origens do SUS com a questão da formação de RH em saúde. Porém até 2003, ano da criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES, não existiu na estrutura física formal do MS a instância responsável em dar conta da “ordenação da formação Recursos Humanos em saúde”.

A criação da SGTES no início do governo Lula, ocorreu por conta de uma reestruturação das áreas técnicas e políticas: “o Ministério da Saúde assumiu o seu papel de gestor federal do SUS no que diz respeito a formulação das políticas orientadoras da formação, distribuição e gestão dos trabalhadores da saúde no Brasil” (BRASIL,2010a)

Antes da reestruturação e a implantação de um novo organograma no MS havia vários debates e mobilizações porém, sem concretizar a tomada de decisão necessária para que a questão da política de RH fosse efetivamente criada e implementada.

Segundo Morosini (2009), encontramos referências deste momento da história do MS:

Na conjuntura compreendida entre 2003 e meados de 2005 são deflagradas, pela instância governamental, uma série de estratégias para, de alguma maneira, enfrentar a dívida em relação às questões dos Recursos Humanos em Saúde e onde são retomados, com maior intensidade, debates e disputas por propostas de políticas de gestão do trabalho e da educação em saúde. (MOROSINI, 2009, p.40)

Segunda esta autora, há referências que apontam para a predominância de uma concepção mais ampliada e integrada de gestão e qualificação do trabalho no SUS e a mudança da visão tradicional sobre a área de Recursos Humanos, conforme localizado na NOB/RH-SUS:

Princípios e Diretrizes para a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUS – (NOB/RH-SUS) Constitui-se em mais um dos instrumentos produzidos a partir da participação da sociedade organizada, para a consolidação do Sistema único de Saúde, recolocando a importância do trabalho para o sistema, a necessidade da valorização profissional na implantação dos modelos assistenciais e a regulação das relações de trabalho no setor saúde (BRASIL, 2005)

Portanto, a criação de uma secretaria dentro da estrutura formas do MS para tratar especialmente da gestão do trabalho e da educação na saúde aponta para o início de uma nova visão que poderá resultar em mudanças significativas no âmbito da saúde pública.

Em 2003, o ministro Humberto Costa, responsável por essa nova configuração homologou a nova estrutura.

Em meados de 2005, há uma importante mudança na coalizão do governo que gerou novas mudanças na SGTES, e na política de gestão que estava sendo praticada. A partir deste momento, com a saída do ministro Humberto Costa do PT e a posse do ministro Saraiva Felipe do PMDB, ocorreram modificações na composição dos cargos e inserção de novos atores políticos no ministério. Com a substituição dos quadros, a política certamente foi influenciada no que diz respeito a continuidade dos projetos que estavam em andamento anteriormente.

No momento atual a estrutura do MS está organizada da seguinte forma:

A estrutura central do Ministério da Saúde é composta por cinco secretarias responsáveis por elaborar, propor e implementar as políticas de saúde, sendo, assim, as executoras das atividades finalísticas do órgão. Outras unidades que compõem o ministério são a secretaria-executiva, o gabinete do ministro e a consultoria jurídica, responsáveis por atividades de assessoria e assistência direta às ações do ministro. (BRASIL, 2010a).

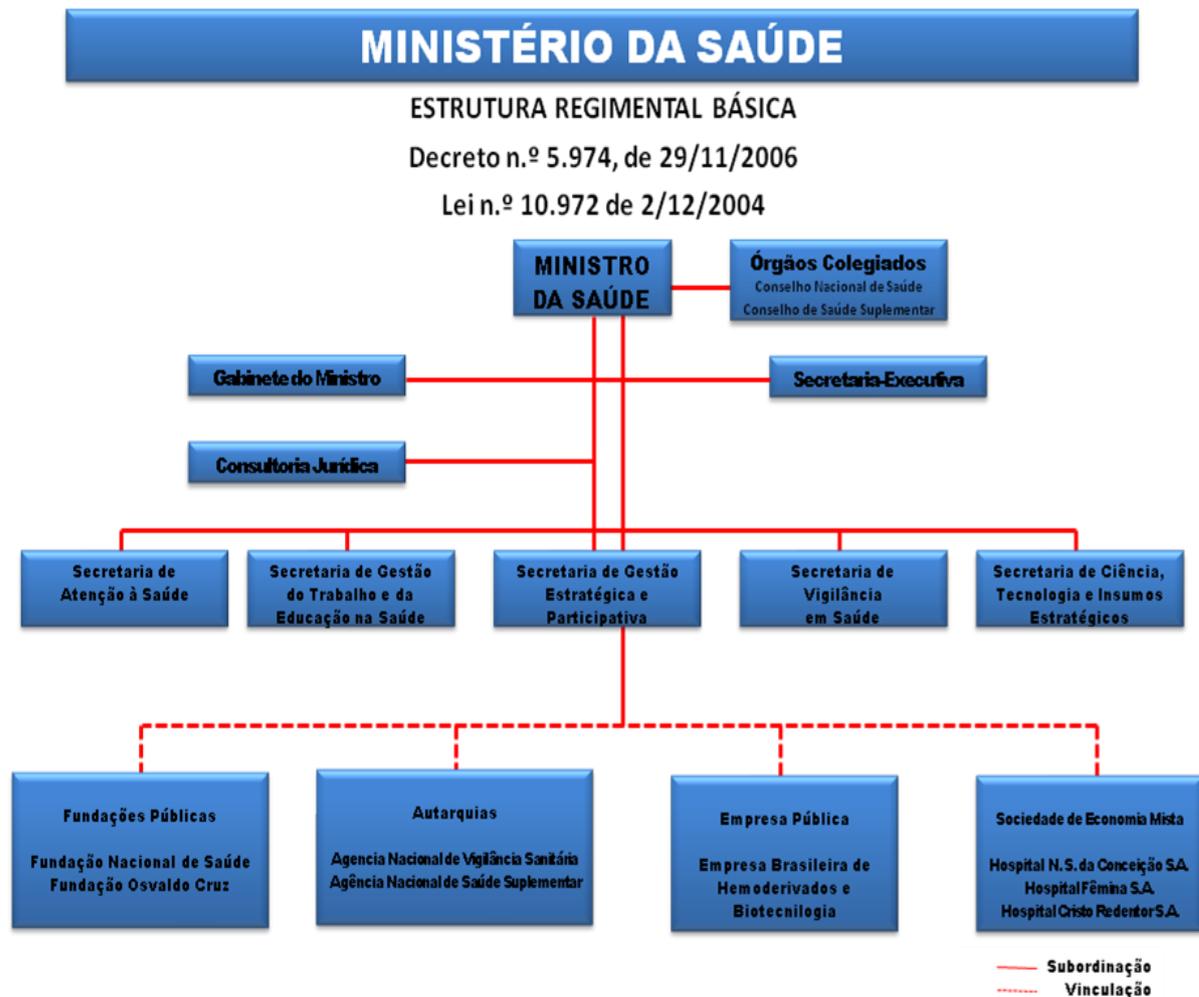


Ilustração 6 – Organograma do Ministério da Saúde  
Fonte: o autor, 2010

Entre as cinco secretarias está a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – SGTES que segundo o MS, é sinal visível da importância do movimento em direção à valorização dos trabalhadores na estrutura ministerial.

O MS atuando através da SGTES vem formulando diversas ações que se utilizam da Educação a distância para promover seus objetivos.

Para compreender melhor como acontecem estas ações é preciso conhecer um pouco de organização e estrutura da SGTES.

Compete a SGTES a promoção e a ordenação da formação de recursos humanos na área da saúde. Para tal está entre suas atribuições elaborar e propor políticas de formação e desenvolvimento profissional para a área da saúde atuando no planejamento, coordenação, bem como no apoio as atividades relacionadas ao trabalho e à educação no setor.

O seu principal foco de ação é a organização da gestão da educação e do trabalho em saúde, a formulação de critérios para as negociações e o estabelecimento de parcerias entre os gestores do SUS e o ordenamento de responsabilidades entre as três esferas de governo.

Vejamos o organograma da SGTES:



Ilustração 7 – Organograma da SGTES  
Fonte: o autor, 2010

Destacamos abaixo as Ações do MS que se utilizam da EAD

Segundo divulgação do Ministério da Saúde – MS, a atual gestão propõe um amplo processo de formação e qualificação dos profissionais de saúde e de regulação profissional no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, o MS encontra soluções de execução nacional para uma política de educação permanente em saúde em uma escala ainda não experimentada.

Seu objetivo pretende garantir oferta de cursos de formação técnica, de qualificação e de especialização para os profissionais da saúde e para segmentos da população. A câmara de regulação do trabalho em saúde, responsável pela análise de projetos, propostas e políticas para a desprecarização dos vínculos de trabalho no sistema de saúde, retomou a mesa nacional de negociação permanente do SUS.

A SGTES pretende promover a articulação, integração, planejamento e coordenação de ações tendo em vista a formação, o desenvolvimento profissional e o trabalho em saúde no SUS.

Conforme anuncia vem apostando no fortalecimento de instituições formadoras de profissionais atuantes na área, na qualificação e distribuição das ofertas de educação e trabalho, na participação dos trabalhadores de saúde do SUS na gestão dos serviços e a regulação das profissões de saúde, além do fortalecimento das iniciativas próprias do movimento popular no campo da educação em saúde e da gestão das políticas públicas de saúde, entre estas, à promoção de informações e conhecimentos relativos ao direito à saúde e ao acesso às ações e aos serviços de saúde, e também o fomento à cooperação internacional com países do continente americano, países de língua portuguesa e países do hemisfério sul.

A SEGTES está estruturada em duas áreas técnicas: gestão da educação na saúde e gestão do trabalho em saúde.

Cabe ao Departamento de Gestão da Educação em Saúde - DEGES coordenar a implantação da Política de Educação Permanente para os trabalhadores do SUS visando o seu fortalecimento.

O DEGES atua em duas Coordenações Gerais: A Coordenação Geral de Ações Estratégicas e a Coordenação Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde, responsáveis pelas ações que têm como público-alvo a formação e a ordenação da formação dos profissionais de nível superior e de nível técnico profissional respectivamente.

O DEGES apresenta 04 ações estruturantes:

- Política de Educação Permanente
- Programa Nacional Telessaúde Brasil
- Universidade Aberta do SUS-UnA-SUS
- Comissão Interministerial de Gestão da Educação na Saúde

As ações estruturantes acima se desdobram em diversos programas voltados a educação superior e educação técnica.

Vinculados a Política de Educação Permanente observamos a oferta dos seguintes programas:

Na Educação Superior:

- Pró-Saúde
- Pet-Saúde
- Revalidação de Diplomas Médicos
- Residência Multiprofissional em Saúde
- Residência Médica
- Pró-Internato

Na Educação Técnica:

- Profae
- Profaps
- Fortalecimento das ETSUS

Podemos destacar entre os programas acima o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem- PROFAE como um projeto diretamente vinculado a EAD.

## **PROFAE**

O PROFAE surgiu a partir da demanda da qualificação de trabalhadores inseridos nos serviços de saúde, realizando ações próprias da enfermagem, sem a habilitação técnica profissional necessária para o exercício dessas ações, além de uma quantidade expressiva de trabalhadores em exercício nas ações de enfermagem sem escolaridade básica e de baixa renda, impedindo ou dificultando o acesso aos cursos de formação profissional ofertados pelo mercado educativo.

Por conta desta situação além do prejuízo na qualidade dos serviços de saúde ofertados à população, houve a irregularidade e ilegalidade na inserção destes trabalhadores no mercado de trabalho, devido a Lei Federal nº 7.498/86, que ao ser publicada, reconheceu a existência de trabalhadores de enfermagem sem qualificação exercendo a profissão, mas, concedeu um prazo de até dez anos para que todos fossem profissionalizados e se tornassem, no mínimo, auxiliares em enfermagem. Diante deste cenário, nos anos de 1999 e 2000, o Ministério da Saúde (MS) formulou e implementou o PROFAE.

Além dos programas vinculados a Educação permanente o MS tem O Programa Nacional Telessaúde, iniciado em 2007, a Universidade Aberta do SUS - UnaSUS iniciada em junho de 2008 e Comissão Interministerial de Gestão da Educação na Saúde

### **Programa Nacional de Telessaúde**

Instituído no âmbito do MS pela portaria nº 35, de 04 de janeiro de 2007, é coordenado pela SGTES e pela Secretaria de Atenção à Saúde, em articulação com outros ministérios, universidades públicas e entidades das áreas de Saúde e Educação.

O Programa deu início a partir da implantação do projeto piloto que conta com nove Núcleos de Telessaúde, localizados nas universidades dos estados do Amazonas, Ceará, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Cada Núcleo estará conectado a 100 pontos em Unidades Básicas de Saúde, constituindo uma rede de cooperação técnica que totaliza 900 pontos, distribuídos por todo o território desses estados. Eis os objetivos do programa:

O Projeto busca qualificar 2.700 equipes de Saúde da Família, por meio da utilização de modernas tecnologias de informação e comunicação, capazes de promover a teleducação/telessaúde, possibilitando a resolubilidade na Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS) e visando a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população por meio de uma qualificação permanente. (BRASIL, 2007)

Segundo o MS, a rede e o sistema de segunda opinião educacional permitirão o intercâmbio de informações e contribuirá para a otimização do fluxo de pacientes na rede de saúde, qualificando os encaminhamentos e as equipes, ampliando o acesso aos serviços especializados, evitando deslocamentos e minimizando custos.

Para que possa alcançar cobertura nacional de forma sustentada, a proposta de expansão do Telessaúde prevê a implantação de pelo menos um núcleo em cada estado do Brasil com objetivo de reduzir gastos com saúde por meio da qualificação profissional e diminuir a quantidade de deslocamentos desnecessários de pacientes, além do aumento das atividades de prevenção de doenças.

## Projeto UnaSUS

A Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UnaSUS foi criada em junho de 2008 pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, é um projeto do MS que visa melhorar a formação dos profissionais do SUS, por meio de cursos a distância, e, como consequência, melhorar o atendimento aos cidadãos brasileiros.

Vejamos as metas da UnaSUS:

A meta do UnaSUS é qualificar até 2011 para 52 mil profissionais oferecendo especialização em Saúde da Família e capacitação gerencial para outros 100 mil trabalhadores de saúde. Hoje, dos 71 mil profissionais de nível superior envolvidos na Saúde da Família, 96% não têm especialização na área.

Uma das metas previstas no Plano Mais Saúde – Direito de Todos – 2008/2011, lançado em dezembro de 2007, está vinculada a um dos seus oito eixos de intervenção. No 4º Eixo - Força de Trabalho, encontramos a Medida 4.4 - Promover a especialização dos profissionais de nível superior das Equipes de Saúde da Família (ESF) por meio da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS). Para realização desta meta o MS destinou o montante próximo de 270 milhões de reais. O MS espera especializar 52.172 profissionais de nível superior das Equipes de Saúde da Família, 65% do total. (BRASIL, 2010c)

Os cursos da UnaSUS estão divididos em três áreas: Saúde da Família, Formação Gerencial e Saúde do Idoso. As atividades serão desenvolvidas através de parcerias com universidades, escolas, secretarias de saúde, associações científicas entre outros parceiros, que repartirão as tarefas de elaboração de material didático, supervisão pedagógica e apoio local à aprendizagem. Os profissionais poderão contar com os pólos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), coordenada pelo Ministério da Educação (MEC), e os pontos do Programa Nacional de Telessaúde, além de outras instituições.

O Programa visa a criação de redes colaborativas entre instituições acadêmicas, serviços de saúde e gestão do SUS, destinada a atender as necessidades de formação e educação permanente do SUS por meio do intercâmbio de experiências, compartilhamento de material instrucional, cooperação para desenvolvimento e implementação de novas tecnologias educacionais em saúde, rede compartilhada de apoio presencial ao processo de aprendizagem. A concepção e implantação do programa é interfederativa. O MS destaca que o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) tiveram papel fundamental como co-autores e co-gestores da UnaSUS.

A rede funciona também como troca de informações acadêmicas dos alunos para certificação educacional compartilhada. Os cursos vão desde mestrados profissionais a cursos livres, cursos de aperfeiçoamento e especialização. O uso de técnicas de educação a distância minimiza a necessidade de deslocamento da cidade ou da região do trabalhador. O primeiro curso ofertado pela UnaSUS é o curso de especialização em saúde da família para os médicos, dentistas e enfermeiros do Programa Saúde da Família (PSF). Seis Universidades Públicas estão conveniadas para a oferta de 5.500 vagas de especialização em saúde da família com a previsão para ampliar a oferta para 18.700 vagas.

A UNA-SUS tem os seguintes objetivos específicos:

1. Criar um acervo público e colaborativo de materiais educacionais para área da saúde;
2. Promover a incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação aos processos de educação em saúde;
3. Oferecer apoio presencial aos processos de aprendizagem em saúde;
4. Disponibilizar aos trabalhadores da saúde a oferta de cursos adequados à realidade local, utilizando-se de interações presenciais e a distância, com vistas à capacitação em áreas estratégicas para o SUS.  
(BRASIL, 2010c)

A UNA-SUS propõe-se articular ações de universidades e outras instituições acadêmicas, Escolas de Saúde Pública, Serviços de Saúde e Gestão do SUS para atender seus objetivos.

Sua rede educacional tem os seguintes princípios:

1. O conhecimento é entendido como um bem público, que deve circular sem restrições e ser livremente adaptado aos diferentes contextos;
2. A educação permanente é entendida como a aprendizagem no trabalho ao longo de toda a vida, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações;
3. É uma universidade aberta, ou seja, os estudantes tem liberdade de escolher suas oportunidades de aprendizagem e de determinar o ritmo e o estilo de seus estudos;
4. É centrada na aprendizagem, implicando no uso de metodologias ativas e problematizadoras, que incentivem a busca por soluções aos desafios apresentados pela realidade de cada estudante;
5. Sua gestão é um processo de trabalho em rede, operando de forma descentralizada para a construção cooperativa de métodos, conhecimentos e ferramentas de **aprendizagem em saúde**;
6. Busca se basear em padrões internacionais abertos, garantindo a interoperabilidade e granularidade e permitindo, portanto, a máxima visibilidade da contribuição de cada um;
7. As oportunidades de aprendizagem serão permanentemente avaliadas, visando a garantia de sua qualidade;
8. O planejamento da formação é baseado em necessidades de saúde, organizando as oportunidades de aprendizagem de acordos com as orientações do SUS.  
(BRASIL, 2010c)

A UNA-SUS pretende possibilitar a contribuição das instituições de acordo com as suas potencialidades, está estruturada em 4 eixos que correspondem aos seguintes objetivos:

- produção de conhecimento,
- cooperação em tecnologias educacionais,
- apoio presencial e
- certificação educacional.

Segundo a UnaSUS a produção de conhecimento se materializa na formulação de materiais instrucionais, realizada em espaços virtuais e presenciais colaborativos, através da colaboração das entidades nacionais, universidades e associações profissionais e científicas, conforme a experiência do Campus Virtual de Saúde Pública (CVSP) da OPAS-OMS. O material desenvolvido será de acesso livre às instituições e estudantes interessados, por meio das bibliotecas virtuais e de outras mídias: CD-ROMs, DVDs, impressos, etc..

As Novas tecnologias educacionais serão disseminadas e, se necessário, desenvolvidas. Pretende-se estimular o intercâmbio de experiências no uso das TICs à educação em saúde em diversas atividades, tais como: manuais para elaboração e certificação de conteúdos e de organização de sistema de tutoria, oficinas de capacitação e outras atividades.

A questão do presencial à aprendizagem será realizado também em parceria com qualquer instituição que possa oferecer a infra-estrutura local, através de seus pólos e pontos de apoio à educação a distância. Como por exemplo os pólos da Universidade Aberta do Brasil, pontos do Programa Nacional de Telessaúde, escolas e centros formadores de saúde ligados às gestões estadual e municipal e a diversas instituições.

Conforme informado pela UnaSUS, a remuneração dos tutores presenciais será realizada por meio dos recursos descentralizados da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e do Programa Federal de Bolsas de Educação pelo Trabalho.

A certificação educacional será realizada através da supervisão acadêmica dos estudantes pelas universidades e demais instituições de educação habilitadas para oferecer especialização na modalidade a distância, garantindo a certificação dos profissionais ao final do processo.

As propostas e possibilidade ambicionadas pela UnaSUS são muitas, entre as quais:

1. Que todos os trabalhadores do SUS tenham acesso a todas as oportunidades de aprendizado produzidas com recursos públicos;
2. Os trabalhadores-alunos poderão interagir com essas oportunidades, com ou sem supervisão, quando quiserem e quantas vezes considerarem necessário para dominar os conhecimentos que seu trabalho vier a exigir;
3. Também poderão documentar seu aprendizado e comprovar sua trajetória educacional sem burocracia (certificação digital)  
(BRASIL, 2010c)

Sua expectativa é atingir um novo patamar de produtividade nas ações de qualificação dos trabalhadores de saúde com:

1. A redução do desperdício de recursos com materiais e ofertas redundantes e com estruturas de apoio presencial duplicadas, pois todos terão acesso a tudo que for produzido pela rede;
2. A publicização permanente e a cultura de colaboração, que geram ganho incremental da qualidade do material disponível;
3. A possibilidade de que o trabalhador, ao mudar de serviço ou cidade, possa levar na sua bagagem histórico educacional em serviço certificado, evitando retreinamentos desnecessários;
4. Possibilitar maior transparência no uso de recursos para a educação na saúde. Com isso, passam a ser possíveis análises de impactos, pois há acompanhamento permanente de “egressos”.  
(BRASIL, 2010c)

A FIOCRUZ também é uma instituição de destaque no site do MS quando pesquisamos sobre Educação. A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), uma de suas unidades técnico-científicas, sediada no campus do Rio de Janeiro, atua na capacitação e formação de alunos (lato e strito-sensu), na produção científica e tecnológica e na prestação de serviços à saúde pública. Mantém programas de cooperação técnica com todos os Estados do Brasil, e com instituições nacionais e internacionais atuantes em vários campos da Saúde.

Apesar da tradição da ENSP na oferta de ensino presencial há mais de meio século nos últimos doze anos vem oferecendo cursos na modalidade a distância.

Na pagina do MS existe um link<sup>14</sup> para o site da Fiocruz que abre espaço para Educação em Saúde apresentando a seguinte mensagem:

A Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (EAD/ENSP) é uma iniciativa estratégica de formação em saúde, que oferece oportunidades de formação e qualificação de alto nível a profissionais, de forma integrada ao seu processo de trabalho. A Escola é credenciada pelo Conselho Nacional de Educação para certificar cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância.<sup>15</sup>  
(ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA, 2010)

---

<sup>14</sup> Alguns termos da informática são traduzidos, mas referidos no original quando o texto exige. É o que ocorre com “link” (= ligação, elo, conexão), “web” (teia, em www= wide world web )

<sup>15</sup> referências encontradas no sitio da Fiocruz: <http://www.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=58>

A EAD tem vinculação direta à direção geral da ENSP, não estando subordinada a nenhum departamento especificamente, este fato, pode caracterizar o cunho político-estratégico que a EAD assumiu no interior da instituição.

A ENSP/EAD<sup>16</sup> oferece cursos direcionados aos profissionais de saúde em nível de atualização, aperfeiçoamento e especialização lato sensu. Abaixo destacamos os três principais objetivos no ato de criação da EAD<sup>17</sup>:

- 1) Acompanhar e coordenar o conjunto das iniciativas de EAD, já em andamento ou em fase de elaboração no interior da FIOCRUZ, mediando o provimento de suporte pedagógico e material a essas experiências, e viabilizando o permanente intercâmbio entre elas, assim como sua difusão junto à possível clientela de instituições e profissionais de saúde.
  - 2) Suscitar e sustentar o debate intra-institucional sobre o tema, estabelecendo canais de comunicação com os diversos departamentos e núcleos, e implementando no conjunto da instituição uma agenda de difusão de informações, tanto no campo teórico-metodológico, quanto no das experiências concretas.
  - 3) Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais com experiência em EAD, visando tanto o intercâmbio de idéias e práticas, quanto à busca de oportunidades de cooperação que permitissem, em curto prazo, a celebração de parcerias para a realização de projetos concretos, e, a médios e longos prazos, a absorção de tecnologias de ponta em EAD.
- (ESCOLA NACIONAL DE SAUDE PÚBLICA, 2010)

As informações descritas a seguir foram extraídas do sitio da EAD<sup>18</sup> disponibilizados no guia do aluno referente a informações gerais sobre o modelo pedagógico dos programas e cursos da EAD. O Guia do Aluno inicia sua apresentação destacando seguintes os ítems: “Alcance e flexibilidade nem sempre oferecidos pelo ensino presencial”, Pilares do modelo educativo a distância desenvolvido pela EAD/ENSP, Material Didático, Sistema de Tutoria, Ambiente Virtual de Aprendizagem e Gestão Acadêmica.

As atividades podem ser diferenciadas entre programas e cursos de EAD e define o seu aluno público alvo como o Trabalhador da saúde comprometido com a consolidação do SUS. Encontramos e seguinte texto na página principal do guia:

Nos programas e cursos da Educação à Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (EAD/ENSP), a formação dos profissionais de saúde é integrada a seu processo de trabalho e visa a construção e consolidação do SUS com mais eficácia, eficiência e equidade.

No modelo educativo à distância desenvolvido pela EAD, o aluno constrói seus conhecimentos em local e tempo adequados a ele; utiliza material didático próprio; conta com a parceria de um tutor; interage com uma comunidade virtual; e acompanha seu desempenho, por meio de um ambiente de gestão acadêmica.

A educação a distância promovida pela EAD constitui alternativa para o aluno aprender a aprender e continuar aprendendo, pois é comprometida com os resultados

<sup>16</sup> referências encontradas na página do EAD – [www.ead.fiocruz.br](http://www.ead.fiocruz.br)

<sup>17</sup> Mimeo (documentos internos da EAD)

<sup>18</sup> [www.ead.fiocruz.br](http://www.ead.fiocruz.br) guia do aluno

do aluno, que recebe orientação constante sobre como estudar; é estimulado ao hábito da pesquisa; e tem seu ritmo e diversidade de experiências respeitados. (ESCOLA NACIONAL DE SAUDE PÚBLICA, 2010)

Se relacionarmos os números de alunos matriculados nos cursos a distância ofertados pela EAD/ENSP/FIOCRUZ em parceria com o MS e os demais cursos a distância oferecidos pelo MEC veremos os resultados indicados na tabela 10 conforme abaixo:

**Nº TOTAL DE MATRICULADOS E EGRESSOS DOS CURSOS A DISTÂNCIA DA EAD/ENSP/FIOCRUZ POR REGIÃO GEOGRÁFICA**

<b>REGIÃO</b>	<b>MATRICULADOS</b>	<b>%</b>	<b>EGRESSOS</b>	<b>%</b>
BRASIL	59.682	100	30.449	100
NORTE	6.212	10,4	2.104	6,91
NORDESTE	17.316	29,1	10.229	33,6
CENTRO-OESTE	4.746	7,90	2.427	8,0
SUDESTE	22.468	37,6	10.472	34,4
SUL	8.940	15,0	5.217	17,0

Tabela 8

Fonte: (ESCOLA NACIONAL DE SAUDE PÚBLICA, 2010)

Os cursos oferecidos pelo MS em parceria com a EAD/ENSP/FIOCRUZ apresentam índices semelhantes aos números do MEC apresentados no capítulo 2. Observamos na Tabela 10 acima que a região Sudeste concentra a maior parte de alunos matriculados, 37,6% sendo que destes 46,6 concluíram o curso. A região Norte é a menor em quantidade de matrículas, aproximadamente 10% sendo que destes 34% concluíram.

A região que apresentou o maior índice de alunos egressos em relação aos matriculados é o Nordeste (59%), seguido pela Sul (58%) e pelo Centro-Oeste (51%).

Entendemos que, assim como os demais cursos ofertados de âmbito geral, os cursos da área de saúde a distância direcionados aos profissionais do SUS também privilegiam as regiões onde estão localizados o maior número de estabelecimentos de ensino presencial.

Observamos que em nestas iniciativas é possível perceber diretrizes voltadas para a formação profissional dos quadros que estão em atuação no SUS e, portanto, são iniciativas voltadas para formação profissional. . O interesse do MS é formar quem esta na rede e aprimorar que já esta na rede.

Desta forma, podemos concluir que além da Fiocruz as principais iniciativas do MS que vem sendo desenvolvidas através da EAD são o projeto UnaSUS e o Telessaúde.

Tendo em vista que um dos principais, senão o principal meio de oferta das atividades de formação e desenvolvimento do MS é a EAD, percebemos que há uma forte possibilidade da utilização da EAD na saúde como sua principal via de acesso a formação o que vamos caracterizar a partir de agora como novo termo a **EPS a distância**.

O que nos chama atenção não é simplesmente o fato da EPS se utilizar da EAD como modalidade e sim a ênfase que as políticas e programas vêm colocando na modalidade para desenvolver suas propostas.

A questão é o foco estar cada vez mais restrito ao invés de ser ampliado, neste ponto também observamos mais uma contradição entre o discurso da EAD e as práticas instituídas no campo da educação em saúde.

A concentração e o investimento do MS em projetos de EAD que parecem promover oportunidades de formação, qualificação e aperfeiçoamento para os profissionais de saúde não estariam quase que restringindo a EAD como única alternativa de acesso?

Os programas de formação em massa oferecidos na modalidade a distância são capazes de dar conta das demandas de qualificação dos trabalhadores da saúde em todas as suas especificidades?

Nossa intenção não é dar respostas a tais perguntas mas levantar as questões para aprofundar a reflexão sobre as possibilidades que estão colocadas.

Existe uma relação direta da EAD com o mundo do trabalho inegável, a maior parte das questões que trabalhadas na pesquisa estão ligadas as necessidades do mercado de trabalho, a objetividade do trabalho, o consumo das tecnologias pelo mercado e da própria educação. Pretendemos retornar a estas questões no capítulo das considerações finais para aprofundamento da análise.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentando reunir algumas reflexões e discussões que nos pareceram relevantes ao longo deste estudo apresentamos algumas considerações finais. Nossa intenção neste momento, muito mais do que concluir ou apresentar provas definitivas a respeito do objeto pesquisado é provocar novas reflexões e novas pesquisas devido as evidências levantadas neste estudo nos levaram reconhecer sua potencialidades.

Neste sentido uma primeira questão se coloca e nos parece central neste estudo o pressuposto de que um novo tipo de educação está sendo construído pode estar baseado na marcante característica que a modalidade de Educação à distância vem adquirindo e que neste trabalho denominamos de **Educação não Presencial**.

A abordagem deste estudo nos faz perceber que a concentração de instituições credenciadas; pólos de apoio presencial e a oferta de cursos na modalidade EAD nos grandes centros urbanos do país são contraditórios ao discurso original da oferta de EAD visando atingir locais de difícil acesso onde a oferta de ensino presencial local não seja capaz de atender a demanda de alunos em regiões isoladas.

Pelo nosso levantamento a maior parte da oferta de EAD está localizada nas regiões onde já existe grande número de estabelecimentos de ensino presencial reforçando a idéia de uma nova modalidade, ensino o não presencial.

No que se referem as desigualdades regionais percebemos que a EAD não está revertendo e sim reproduzindo a mesma relação de desigualdade.

Do ponto de vista dos entraves verificados no processo, consideramos a exclusão digital como uma relevante barreira a ser transposta prioritariamente nas regiões menos favorecidas do país. Há estudos que revelam que o acesso a internet banda larga ainda é muito restrito no país, em torno de 21%. Uma matéria publicada num jornal de grande circulação no país apresenta dados do Instituto de pesquisa Econômica Aplicada - IPEA que declaram que o serviço de internet em banda larga no país é caro, lento e desigual (VASCONCELOS, 2010). O destaque da matéria chama atenção para o gasto com a internet que chega a ser 4,58% da renda do brasileiro, ou seja, dez vezes maior que nas nações desenvolvidas.

A renda familiar também foi analisada como diferencial sendo que acima de 20 salários mínimos o percentual de acesso é de 83,5% e até dois salários mínimos o índice de acesso cai para 4,6%. Para ter uma idéia de como essa estatística reflete na questão regional, o IPEA revela que no Nordeste os acessos não chegam a 15% de sua população.

Tendo em vista os relatos acima, acreditamos que os argumentos de alcançar locais de difícil acesso, apesar das tentativas, não podem ser colocados como característica da EAD e se de fato esta questão é parte integrante da proposta inicial de EAD pensada pelos promotores das políticas públicas que se ocupam da educação brasileira, por algum motivo de natureza não investigada neste trabalho, ainda não se concretizou.

Vale lembrar que se levarmos em conta as informações obtidas no MEC, os índices das pesquisas do INEP e do IBGE verificamos uma forte tendência do “fator distância” perder sua aplicabilidade como característica peculiar da modalidade de educação – EAD.

As análises dos registros referidos acima revelam um novo ponto de vista para a EAD que o define como um processo de ensino-aprendizagem virtual, porém ocorre independentemente da distância, pode ser na sala ao lado, ou seja, sua marca principal não é o fator distância em si e sim a virtualidade.

Temos exemplos disso tanto em cursos que são realizados totalmente a distância como em semi-presenciais e até na modalidade presencial que mescla atividades e/ou disciplinas a distância no currículo.

Cabe ressaltar um segundo ponto muito marcante presente no estudo que diz respeito a relação da EAD com o trabalho e conseqüentemente com a Educação Profissional em Saúde.

Observamos que a modalidade a distância é largamente utilizada para programas e projetos voltados a Educação Profissional fato que no decorrer da pesquisa chamou a atenção pela abrangência pois fora alguns cursos de graduação oferecidos nesta modalidade as demais ofertas estão direcionadas a formação e qualificação profissional.

Os argumentos que justificam a demanda e a oferta de um curso não presencial são os mais variados, conforme vimos na pesquisa, a EAD traz consigo uma forte ligação com a educação profissional e especificamente no campo da saúde afinada com os interesses dos programas de treinamento e capacitação ofertados a força de trabalho. O PROFAE é um forte exemplo de oferta de curso que contempla esta relação de conciliação entre atividades laborais e estudo.

A falta de disponibilidade de tempo para dedicação aos estudos também é uma das maiores questões que denotam a utilização da EAD como recurso possível para complementação de estudos e aperfeiçoamento profissional.

Possivelmente esta característica trata-se de uma adaptação da EAD as questões atuais da sociedade no sentido de superação dos limites que são impostos ao cidadão do novo mundo.

Historicamente o sistema capitalista guarda a propriedade de adaptação e superação para manutenção da hegemonia como na visão de Frigotto (1999), quando se refere as metamorfoses do capital. Semelhantemente é possível pensar sobre a ocorrência de um tipo de metamorfose educacional, tendo em vista as demandas da sociedade do conhecimento e do Capital Humano, e portanto convém destacar que muitas das concepções abordadas na pesquisa caminham na mesma direção destes conceitos.

Tendo em vista o desenvolvimento da pesquisa quanto seu arcabouço teórico com base na Educação Profissional em Saúde adotando-a como lente para entender as questões da EAD na saúde e para analisar os conceitos ideológicos das políticas de educação em saúde recentemente promovidas pelo Ministério da Saúde é possível propor um processo de reflexão e identificação que nos conduza a cunhar um novo termo que reflita grande parte senão totalmente o meio para atendimento das necessidades de formação dos profissionais de saúde no que se refere aos projetos de capacitação, qualificação, aperfeiçoamento entre outros.

Na perspectiva da politecnicidade que defende a formação omnilateral do sujeito e não privilegia apenas os aspectos técnicos das ciências os programas de ensino que pretendem promover educação integral não podem se privar de tais conceitos.

A questão é como contemplar o conceito amplo da educação profissional em saúde politécnica na modalidade a distância ou não-presencial. É possível?

Projetos de EPS, que sigam uma perspectiva emancipatória de educação, poderão se desenvolver utilizando a mediação das TICs?

Indo ao encontro daqueles autores que defendem a EAD como uma **mediação das TICs** em projetos de educação que já existem como fazer dialogar? Como pensar na possibilidade de diálogo entre o presencial e o não presencial?

E para aqueles autores que defendem EAD como uma **Nova Educação** para um novo sujeito e para uma nova sociedade, existe a possibilidade do diálogo?

Chamamos a atenção para a importância de refletir sobre essas questões.

Dedicamos o capítulo 2 do trabalho para abordar as origens da EAD onde procuramos retratar um panorama mundial do alcance da modalidade desde seus primórdios, quando ainda eram utilizadas apenas as correspondências até a introdução das TICs, quando a internet alavancou os projetos de EAD no Brasil e no mundo.

Percebemos que inicialmente as propostas de EAD estavam voltadas para o desenvolvimento de novas capacidades laborais das populações no período pós-guerra que começaram a migrar em grande quantidade do campo para as cidades da Europa em reconstrução, além de alcançar pessoas que tem algum tipo de dificuldade de frequentar as

aulas presenciais, por motivo de trabalho, pelas enormes distâncias, moradores em locais isolados e para qualificar os professores.

Um pouco mais tarde no Brasil destacamos o Movimento de Educação de Base (MEB), cuja preocupação básica era alfabetizar jovens e adultos através das "escolas radiofônicas" principalmente nas regiões mais carentes, Norte e Nordeste do Brasil.

Aparentemente a EAD iniciou seu caminhar numa perspectiva de inclusão social possivelmente emancipatória porém, na atualidade, após o explosão da internet começamos a observar objetivos distintos dos iniciais.

Observamos na pesquisa que as instituições privadas de ensino vêm investindo muito na EAD de forma que esta atividade tornou-se uma importante porta de entrada de alunos representando parcelas financeiras significativas para as instituições.

Os dados estudados comprovam a concentração de instituições, pólos, cursos e alunos nas regiões economicamente mais desenvolvidas do país, ou seja, quanto maior o número de estabelecimentos de ensino presencial, maior é a quantidade de instituições e pólos da modalidade a distância. Haveria algum tipo de concorrência nesta relação?

Em contrapartida observamos propostas de EAD que indicam ser necessário o aprofundamento de estudos no sentido de identificar os requisitos necessários aos programas que pretendam oferecer educação na perspectiva da integralidade.

Observamos neste estudo relatos na literatura que evidenciam que EAD não se faz de qualquer maneira, pelo contrario demanda muitos elementos específicos da modalidade que são essenciais para a construção da proposta.

Acreditamos ser necessária a constituição de pesquisas que visem a avaliação, possivelmente através de estudo de casos, que venham colaborar para definição de elementos que contribuam para o fortalecimento da EAD numa perspectiva emancipatória de educação.

No que se refere à Educação em Saúde, atualmente a política desenvolvida na Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – SGETS/MS aponta para a questão da oferta de EAD como a principal via metodológica de trabalho desta gestão.

A lógica da formação de recursos humanos da SGTES/MS inserida nos projetos ofertados aos profissionais de saúde é coerente com a noção do Capital Humano, ou seja, suas ações têm como público-alvo os profissionais que atuam no SUS, suas estratégias e programas vêm consolidando as atividades voltadas para o ensino em serviço e a certificação dos profissionais como garantia da qualificação. Alguns projetos de cursos vinculados ao MS anunciam a qualificação com base nos conceitos de eficiência e eficácia oriundos da qualidade total e da pedagogia das competências.

Apesar de todas as fragilidades estruturais e ideológicas percebidas na EAD penso que ainda é preciso ir mais fundo na pesquisa para propiciar uma análise substancial.

A “sociedade do conhecimento” tem como seu carro chefe a difusão da tecnologia da informação e comunicação de forma que utiliza-se de seus instrumentos para a propagação dos ideais hegemônicos pós industrialistas na concepção do desenvolvimento econômico através da generalização do caráter produtivo do conhecimento, segundo Pronko, (2008), “generalização da utilização diretamente produtiva da ciência e da tecnologia que permeiam, cada vez mais, todas as nossas atividades cotidianas.” (NEVES; PRONKO, 2008, p.141)

A amplitude da propagação das ideologias das TICs é tão poderosa que, a grosso modo, podemos afirmar que para muitas famílias brasileiras possuir um computador conectado a internet hoje é tão essencial quanto um fogão ou uma geladeira.

Os argumentos de democratização do acesso a educação e a criação de “cursos que oportunizem a seus egressos incorporar-se de imediato ao mercado de trabalho” (NEVES; PRONKO, 2008) estão contempladas nas recomendações dos organismos internacionais que defendem veementemente a sociedade do conhecimento.

O chamado novo ordenamento social, Neves e Pronko (2008) traz o entendimento do caráter irreversível das TICs e de suas estratégias para perpetuação do capitalismo muitas vezes embutidas e diversificadas nas diretrizes preconizadas pelos organismos de financiamento e regulação internacional para os países periféricos.

As políticas de C&T, regulação do conhecimento sob forma das patentes e reestruturação dos sistemas de ensino, a propagação dos conceitos de sistema nacional de inovação e parcerias público-privadas, a abertura do mercado de telefonia celular, entre outros todos ancorados na ideologia da sociedade do conhecimento sob o pano de fundo “conhecimento é desenvolvimento” (BANCO MUNDIAL, 2000).

Torna-se inegável reconhecer que a presença e desenvolvimento das TICs se constituem na abertura de novos cenários que por si só abrem uma arena de disputas políticas ideológicas a respeito da utilização destas tecnologias.

As Vertentes da EAD delimitadas nos capítulos 3 e 4 nos trouxeram a idéia de duas concepções distintas: um “**novo modelo de educação**” e o modelo de “**mediação das TICs**”.

Na revisão da literatura procuramos destacar as concepções de EAD no trabalho dos pesquisadores selecionados. Percebemos que os teóricos estudados apresentam tendências mais ou menos favoráveis a cada uma destas concepções. Na maior parte dos casos não foi possível caracterizar uma idéia alinhada a apenas uma das concepções pois ora percebemos

que o autor apresentava argumentos que convergiam com a concepção de um novo tipo de educação e ora demonstrava-se favorável a concepção de mediação das TICs.

No quadro de análises quanto as concepções teóricas procuramos identificar que autores apresentavam conceitos mais alinhados a uma ou outra vertente estudada.

Percebemos que esta análise não pode ser estudada de forma linear por conta de todas as intercessões que compõem a construção de um conceito teórico. Neste ponto percebemos a importância de ter discutido a EAD em três dimensões que procuraram abordar aspectos fundamentais de sua composição, seu caráter epistemológico, político e da gestão.

Em nossa análise mais uma vez procuramos abordar as interlocuções com as atuais diretrizes internacionais que apontam fortemente para a consolidação da ideologia da sociedade do conhecimento fazendo com que o avanço das TICs que é um dos pilares seja melhor compreendido em suas razões e intencionalidades dentro da lógica do capitalismo contemporâneo.

Voltando aos argumentos da perspectiva emancipatória da educação podemos levar em conta os argumentos da EAD que apontam para a questão da diminuição das fronteiras. De certo modo é possível reconhecer a importância da socialização do conhecimento, e como seria útil o processo de troca de conhecimentos, realização de pesquisas internacionais que beneficiassem os países e povos envolvidos com mais equidade.

No campo da educação é de suma importância estabelecer a estrutura das escolas para que o professor possa intermediar os processos de ensino. Acreditamos na possibilidade de apropriação de conhecimentos pela intermediação das TICs, no entanto, sabemos que existem diversos fatores que precisam ser considerados no mundo globalizado, na sociedade do conhecimento, regida pelo capital os interesses econômicos falam mais alto do que os demais.

Outro ponto polêmico na análise da EAD é a questão do aceleramento e de fato é uma questão preocupante pois até mesmo na legislação educacional contempla a determinação de equivalência entre cursos na modalidade presencial e a distância. No Decreto nº 5.622/2005, que regulamenta o art.80 da lei nº 9.394/1996 no Art. 3º, parágrafo 1º diz: “Os cursos e programas a distancia deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial”.

Entendemos que não basta a garantia de carga horária, grade de disciplinas ou currículo do curso para garantir sua efetividade porém é preciso considerar a relevância de alguns requisitos básicos que precisam existir ate mesmo para tentar frear o oportunismo de algumas instituições de ensino que não adotam o profissionalismo e a ética que deveriam preservar.

Na dimensão da gestão voltamos a abordar a questão da autonomia anteriormente comentada no capítulo da revisão da literatura por ser um assunto muito caro em relação a pesquisa.

Na EAD a autonomia é colocada como uma bandeira que justifica o potencial da modalidade no sentido de proporcionar ao aluno mais liberdade para estudar, independência para planejar e organizar seus horários de estudo, tendo em vista que na EAD não há tempo pré-determinado para início ou final das aulas, com exceção das aulas transmitidas por teleconferência em tempo real o aluno estabelece por conta própria quanto tempo dedicará ao estudo, apesar da carga horária mínima semanal geralmente recomendada em alguns programas. Mas como se dá a questão da autonomia na prática?

Na modalidade a distância existe certa sensação de “liberdade” que na verdade não é exatamente como é formulada, em alguns programas é imposta uma carga de estudo tão pesada ou até maior do que no presencial e, por conta disso, é necessário que o aluno tenha muita disciplina e responsabilidade para cumprir com todas as atividades pedagógicas do curso levando-se em conta a formatação e padronização dos mesmos.

Por outro lado, a autonomia também é colocada como liberdade de escolha para seleção dos cursos, porém a questão é qual o universo para realização da escolha? Como e porque o aluno escolhe o curso? Quais os principais requisitos que o aluno busca num curso a distância? Estas são perguntas que podem ajudar a compreender o que é importante para o aluno no momento da seleção de um curso. Acreditamos que uma das questões relevantes que ocupam lugar principal é a disponibilidade financeira para a manutenção do estudo.

Ainda cabe registrar que outro sentido para a autonomia seria a capacidade que o sujeito tem de “tomar para si” sua própria formação, ocorre que existe o risco de lançar sobre o aluno toda a responsabilidade de sua aprendizagem de forma que seu êxito ou fracasso seja um mérito próprio e independente de nenhum outro fator externo.

Neste sentido tendemos a concordar com o pensamento daqueles que consideram a aprendizagem individualizada como uma fragilidade na EAD pois a mesma requer a ausência física de alunos e professores e aumenta a exigência do grau de compromisso por parte de todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento e formação.

Ainda no campo da gestão observamos o crescimento de instituições, cursos e matrículas como fator inegável da capilaridade da EAD. Os números apresentados no senso da educação superior de 2008 comprovam a evolução da modalidade. As matrículas na modalidade de ensino a distância aumentaram quase em 100% em relação ao ano anterior e

passaram a representar 14,3% do total de matrículas no ensino superior em todo país no ano de 2008.

É preciso considerar que diante de todo este crescimento nas instituições privadas as propostas de educação ou ensino encontradas estão plenamente direcionadas para os interesses do mercado. Boa parte dos programas novos tratam-se de cursos tecnológicos que conferem diploma de graduação porém com carga horária reduzida. Estes cursos visam a inserção imediata do egresso no mercado de trabalho, fato que nem sempre acontece principalmente se o aluno não tem como comprovar experiência profissional anterior ao curso.

Em alguns casos, a oferta de cursos nas instituições privadas chega a impressionar pela capacidade de sedução através de promessas de sucesso profissional, conforme apresentamos anteriormente: “Qualidade e conveniência sem pagar mais por isso”, “Os cursos a distância são a evolução do ensino superior, Qualidade comprovada em um formato inovador”. (ESTÁCIO DE SÁ. 2010) ou “Transforme seu potencial em sucesso profissional”. (UNIP, 2010).

Se a propaganda é a alma do negócio neste caso o aluno pode estar apostando numa armadilha e na maioria das vezes não terá nem a chance de questionar seus direitos de consumidor por comprar gato por lebre, ou seja, propaganda enganosa.

Porém o apelo não se restringe aos cursos de graduação tecnológica, observamos que num curso clássico de natureza regular como Bacharel em Administração pode ocorrer uma impressionante variação no valor da mensalidade de ordem superior a 300% de diferença entre a modalidade a distância e no ensino presencial.

Estas questões promovem a intensificação da crítica pois revelam discrepâncias que nos levam a suspeitar de que algo não está coerente ou pelo menos necessita de esclarecimentos mais convincentes. Será esta a “nova educação”, para um “novo homem” que preconiza a “nova sociedade”?

No capítulo da EAD na saúde percebemos que a lógica da formação não se diferencia da proposta da sociedade do conhecimento, pelo contrário, reproduz a proposta individualista anunciada pelo conceito de Capital Humano.

O próprio termo utilizado na saúde no que se refere a formação de “recursos humanos” denota a noção de identificação dos profissionais de saúde vistos como um recurso a ser administrado. Além disso, a quebra na continuidade das propostas pedagógicas praticadas pela SGTES/MS com as mudanças de governo caracterizam a desconstrução dos projetos e a

ausência de preocupação em perpetuar um projeto de mudança significativa na área de educação em saúde.

A ênfase dos programas e projetos do MS na modalidade EAD nos leva a acreditar que o investimento na massificação é um fator presente na política educacional desta gestão.

Observamos a criação da Universidade Aberta do SUS (UnaSUS) exclusivamente para atuar na modalidade a distância com a justificativa de democratizar o acesso aos profissionais sem que os mesmos tenham que se afastar da assistência. Apesar de não ter sido objeto do estudo torna-se pertinente questionar: qual é a concepção do estatuto da UnaSUS? Seu caráter acadêmico seria proporcionar a universalidade do acesso?

As justificativas para a adoção desta proposta pedagógica são muitas e ambiciosas, pretendem oportunizar acesso a “todos os trabalhadores” ao aprendizado, interação autônoma (com ou sem supervisão) com o conhecimento “que for necessário ao seu trabalho”, além de possibilitar a comprovação educacional sem burocracia (certificação digital).

As expectativas também são audaciosas e buscam “produtividade nas ações de qualificação dos trabalhadores de saúde com redução de desperdício inerente ao ensino presencial”. (BRASIL, 2010c)

O discurso da democratização do acesso e da formação voltada para atender as necessidades do SUS são recorrentes porém na prática observamos a reprodução das mesmas desigualdades regionais verificadas na estatística de oferta de cursos da Universidade Aberta do Brasil -UAB.

A oferta de cursos na área de saúde demonstra que quase metade dos alunos do país está concentrada na região Sudeste confirmando que os cursos da área de saúde a distância direcionados aos profissionais do SUS também privilegiam as regiões onde estão localizados o maior número de estabelecimentos de ensino presencial.

Este estudo apresentou questões norteadoras para suscitar o interesse de novos estudos direcionados a EAD justificados pela escassez de pesquisas no campo da saúde voltadas a este tema.

Esperamos ter conseguido cumprir nossos objetivos no sentido da promoção do debate e na perspectiva de abertura deste diálogo no meio acadêmico.

Os conceitos e características da EAD que foram destacados na literatura e apresentados neste trabalho se constituíram no início de uma reflexão crítica sobre o tema.

A percepção da vinculação da EAD com a Educação profissional em Saúde foi um destaque que apesar de não ser algo novo é uma marca inquestionável das atuais políticas de educação.

Enfim, a abordagem da descaracterização da distância como componente central da modalidade se constituiu num forte argumento pelo avanço e fortalecimento da EAD como projeto pedagógico na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.E.B. **Tecnologia e educação a distância**: abordagens e contribuições dos ambientes digitais e interativos de aprendizagem Educação a distância. 2010. GT: Educação e Comunicação, n.16. Disponível em:<  
<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/mariaelizabethalmeida.rtf>>. Acesso em: 20 maio 2010.
- BANCO MUNDIAL. **Educación Superior en los Países en Desarrollo**: peligros y promesas. Washington: BM, 2000.
- BELL, Del. **O advento da sociedade pós industrial**; Um risco na previsão Social por Daniel Bell, 1976.
- BELLONI, M. L. ; SCAVONE, L. ; GARBAYO, C. **A Dimensao Politica da Comunicação de Massa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1975. v. 1. 140 p.
- BELLONI, M. L. **O que é mídia-educação**. 1. ed. Campinas/SP: AUTORES ASSOCIADOS, 2001. v. 01. 100 p.
- BELLONI, M. L. **Educação à Distância**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 115 p.
- BIBLIA ONLINE. **Ester 1**. Disponível em: < <http://www.bibliaonline.com.br/acf/et/1> >. Acesso em: 10 maio 2010.
- BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo. Brasiliense. 1ªed.1981.Disponível em:< <http://pt.scribd.com/doc/39369244/O-que-e-Educacao-BRANDAO-Carlos-Rodrigues>>. Acesso em 13 de jun. 2010.
- BRASIL. **LEI N. 4.024, de 20 de Dezembro de 1961**. Disponível em:  
 <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346>>. Acesso em 22 maio 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Recursos humanos para atividades do SUS. In: Conferência Nacional de Saúde, 4., 1967, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ, 1967. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id\\_area=1120](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1120)>. Acesso em 4 maio 2010
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.7498 de 25 de junho de 1986**. Disponível em:  
 <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128195/lei-7498-86>>. Acesso em 13 jun. 2010.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Disponível em:<  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em:  
 <<http://www.portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/lei9394.pdf>, 2010>. Acesso em: 3 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **LEI Nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001**. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em 15 maio 2010.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC / **Resolução CNE/CEB 01, de 20 de agosto de 2003**. Disponível em:< <http://pt.scribd.com/doc/22764753/Resolucao-CNE-CEB-N%C2%BA-01-2003>>. Acesso em 15 maio 2010.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC / **Decreto 5.154 de 23 de Julho de 2004** – Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm) > Acesso em 4 jun. 2010

BRASIL. Ministério da Educação – MEC / **Decreto 5.622 de 19 de dezembro de 2005** – Disponível em:< [http://www.portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec\\_5622.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf)>. Acesso em 4 jun. 2010

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 35 de 4 de Janeiro de 2007**. Institui o Projeto Nacional de Telessaúde em Apoio à atenção básica no Brasil. Disponível em:< <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria35jan07telessaude.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2010

BRASIL. Ministério da Educação / INEP. **Resumo Técnico: censo da educação superior 2008: dados preliminares**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em:< [http://download.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo\\_tecnico\\_2008\\_15\\_12\\_09.pdf](http://download.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf) >. Acesso em: 10 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resultado do Censo da Educação Básica 2009**. Disponível em:< [http://download.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo\\_tecnico\\_2008\\_15\\_12\\_09.pdf](http://download.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf) >. Acesso em: 10 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portal da Saúde. **Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde**. 2010<sup>a</sup>. Disponível em:< [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=24020&janela=2](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=24020&janela=2) >. Acesso em: 2 maio 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Princípios e Diretrizes para a Gestão do Trabalho no SUS: NOB/RH-SUS**. 2005. disponível em: < [http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/nob\\_rh\\_2005.pdf](http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/nob_rh_2005.pdf) >. Acesso em: 2 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Universidade Aberta do SUS: UNASUS**. 2010c. Disponível em:< [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id\\_area=1393](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1393)>. Acesso em 15 de jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação/**Referenciais Curriculares Nacionais: área profissional, educação profissional de nível técnico**. 2010d. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/sa%C3%A3de.pdf>>. Acesso em 23 maio 2010.

BURCH, Sally. **Desafio de Palavras**. Texto Sociedade da Informação/Sociedade do Conhecimento 29 de maio de 2006. Disponível em: < <http://vecam.org/article519.html> >. Acesso em maio 2010

CAMPOS, G. W. de S. Subjetividade e administração de pessoal: considerações sobre os modos de gerenciar o trabalho em equipes de saúde. In: MERHY, E. E. & ONOCKO, R. (Orgs.) **Praxis em salud**: un desafio para lo público. Buenos Aires; São Paulo: Lugar Editorial; Hucitec, 1997.

CHAVES, Eduardo O. C. - Tecnologia na educação, ensino a distância, e aprendizagem mediada pela tecnologia: conceituação básica - **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 3, n. 7, p. 29-43, 1999.

COLEGIO PEDRO II (Rio de Janeiro). Missão. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/ocolegio/missao.htm>>. Acesso em: 5 maio 2010.

COMENIUS. J.A. **Didática Magna**. São Paulo: Martins Fontes. 2002.

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4., 2002. São Paulo. Anais...São Paulo, 2002. Disponível em:< <http://antigo.andes.org.br/Anexo2-Circ039-03.doc>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson – **Cadernos do Cárcere** - 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (volume 1).

CRONOLOGIA DA EAD. Disponível em:<<http://www.vdl.ufc.br/catedra/telematica/cronologia.htm#bras>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

DURKHEIM, Émili. **Da divisão do trabalho social**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. **Projeto político pedagógico**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2005. Disponível em:<[http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/PesqProjetoDoc/projeto\\_politico\\_pedagogico.pdf](http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/PesqProjetoDoc/projeto_politico_pedagogico.pdf)>. Acesso em: 9 maio 2010.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA. Programa EAD/FIOCRUZ. Disponível em: <[www.fiocruz.br/vpeic/media/programa.pdf](http://www.fiocruz.br/vpeic/media/programa.pdf)>. Acesso em 16 de jun. 2010.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA. **Educação a Distância**: EAD em números. Disponível em:< <http://www.ead.fiocruz.br/ead-em-numeros/>>. Acesso em: 17 de jun. 2010.

FÓRUNS EJA BRASIL. Movimento de Educação de Base: MEB. Disponível em:<<http://forumeja.org.br/meb>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

FERRETTI, C. J. et. al. **Novas Tecnologias, trabalho e educação**. 8. ed. Petrópolis: Cultura Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 19. ed. São Paulo: paz e terra, 2001.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Coleção estudos culturais em educação).

FRIGOTTO, G. Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambigüidades. **Boletim Técnico do Senac**, v.11, n. 3 p.1-14, set/dez., 1985.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfo-se conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 77-108.

FRIGOTTO, G. O Fórum Mundial de educação e as relações entre trabalho, tecnologia e formação humana. **Revista de Educação Simpro**, Campinas, v. 9, p. 13-18, 2002.

FUNDAÇÃO CECIERJ. **Nosso objetivo**. Disponível em:<  
<http://www.cederj.edu.br/fundacao>>. Acesso em: 8 jun. 2010.

GOERGEN, Pedro. Espaço e tempo na escola: a liquefação dos sólidos modernos. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 10, n. 02, fev. 2005. Disponível em:  
<[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772005000200004&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772005000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 abr. 2010.

HIRATA, Helena. **Da polarização das qualificações ao modelo da competência**. In: FERRETTI, Celso et al. **Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 128-142.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

HOLLES, H. **Autonomie et apprentissage des langues trangres**. Paris,ditions Hatier, 1979.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005. Disponível em:<  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/sintese/tab8\\_1.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/sintese/tab8_1.pdf)>. Acesso em: 7 maio 2010.

IBGE. Contagem da População - Inclusive a população estimada nos domicílios fechados, 2007. Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2010.

KEEGAN, D. **Foundations of distance education**. 2a.ed. Londres: Routledge, 1991.

KENSKI, V. M.. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora34, 1999.

LITTLE, D. **Learning as dialogue: The dependence of leaner autonomy on theacher autonomy System**. Dublin. Ireland. 1995. Disponível em:< [http://ac.els-cdn.com/0346251X95000066/1-s2.0-0346251X95000066-main.pdf?\\_tid=63c8a6ef8d2fd78d38f3e6cab9e02f7e&acdnat=1337861877\\_fcf9b08965786811f5973b4762b67e31](http://ac.els-cdn.com/0346251X95000066/1-s2.0-0346251X95000066-main.pdf?_tid=63c8a6ef8d2fd78d38f3e6cab9e02f7e&acdnat=1337861877_fcf9b08965786811f5973b4762b67e31)>. Acesso em: 10 maio de 2010.

MENDES, A. **TIC: Muita gente está comentando, mas você sabe o que é?**. Disponível em: <<http://imasters.com.br/artigo/8278>>. Acesso em: 10 maio 2010.

MOROSINI, M.V.G.C. **A política de formação dos agentes comunitários de saúde: memória de uma formulação em disputa nos anos 2003-2005/** Dissertação de Mestrado. 2009. 222f. Disponível em: <[www.bvseps.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=166](http://www.bvseps.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=166)>. Acesso em: 10 jun. 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

NUNES, Ivônio B. **Noções de Educação à Distância.** Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0001035479fd9357eb055>>. Acesso em: 5 maio 2010.

NUNES, Ivônio B. **Educação à Distância e o Mundo do Trabalho: tecnologia educacional.** v. 21 n.107, Rio de Janeiro, ABT, 1992.

OLIVEIRA, Daniela Motta. **A Formação de Professores a Distância para a Nova Sociabilidade: análise do Projeto Veredas de Minas Gerais, 2008.** Tese (educação), Niterói, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense.

PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César França. **Dicionário da educação profissional em saúde.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.

PEREIRA, Isabel Brasil; Ramos, Marise Nogueira. **Educação Profissional em Saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

PERRY, W.; Rumble, G. **A short guide to distance education.** Cambridge: International Extension College, 1987.

PETERS, Otto. **A educação a distância em transição: Tendências e Desafios.** Tradução de Leila F. de Souza Mendes. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2003.

PRETI, Oreste. **Educação a Distância: construindo Significados.** Cuiabá: NEAD/IE – UFMG; Brasília: Plano, 2000.

RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton. **É possível uma educação crítica no ciberespaço?** Disponível em: <[http://www.pedagogia.pro.br/educacao\\_ciberespaco.htm](http://www.pedagogia.pro.br/educacao_ciberespaco.htm)>. Acesso em: 2 jun. 2010

RODRIGUES, Marla. **No exterior.** Disponível em: <<http://www.vestibular.brasilecola.com/ensino-distancia/no-exterior.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

SILVA, Marco (org). **Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa.** São Paulo: Loyola, 2003.

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ. Diploma. Disponível em: <<http://www.estacio.br/ead/diploma.asp>>. Acesso em: 2 jun. 2010.

UNIVERSIDADE PAULISTA. Entenda a UNIP Interativa. Disponível em:<  
[http://www.unipinterativa.edu.br/universidade/unip\\_interativa.aspx](http://www.unipinterativa.edu.br/universidade/unip_interativa.aspx)>. Acesso em: 6 jun .2010.

VASCONCELOS, Nelson. Banda larga no Brasil. **O globo**, Rio de Janeiro, 27 abr. 2010.  
Coluna Conexão Global; Caderno de economia.

VIEIRA, M. A Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde. In: Escola Politécnica de  
Saúde Joaquim Venâncio. **Textos de apoio em políticas de saúde**. 1 ed. Rio de Janeiro:  
Fiocruz, 2005, p. 99. (volume 1).

ZOCHE, Denise Antunes de Azambuja. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 5  
n. 2, p. 281-295, 2007.